



A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL
RELIGIOSA AFROCATÓLICA EM TERRAS PAULISTAS:
O CASO DAS IRMANDADES E IGREJAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

CAIO FELIPE GOMES VIOLIN
ORIENTADORA: RENATA BAESSO PEREIRA
- 2023 -



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CAIO FELIPE GOMES VIOLIN

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
CULTURAL RELIGIOSA AFROCATÓLICA EM TERRAS PAULISTAS:
O CASO DAS IRMANDADES E IGREJAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**

CAMPINAS

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CAIO FELIPE GOMES VIOLIN

**A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
CULTURAL RELIGIOSA AFROCATÓLICA EM TERRAS PAULISTAS:
O CASO DAS IRMANDADES E IGREJAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO**

CAMPINAS

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ARQUITETURA E
URBANISMO
CAIO FELIPE GOMES VIOLIN

A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
CULTURAL RELIGIOSA AFROCATÓLICA EM TERRAS PAULISTAS:
O CASO DAS IRMANDADES E IGREJAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Renata Baesso Pereira

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

350.38098161
V795c

Violin, Caio Felipe Gomes

A construção de uma identidade cultural religiosa afrocatólica em terras paulistas: o caso das irmandades e igrejas de Nossa Senhora do Rosário / Caio Felipe Gomes
Violin. - Campinas: PUC-Campinas, 2023.

206 f.: il.

Orientador: Renata Baesso Pereira.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Patrimônio cultural - São Paulo (SP). 2. Negros - Religião. 3. Irmandades. I. Pereira, Renata Baesso. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

22. ed. CDD 350.38098161

CAIO FELIPE GOMES VIOLIN

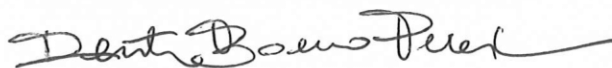
“A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL RELIGIOSA AFROCATÓLICA EM TERRAS PAULISTAS: O CASO DAS IRMANDADES E IGREJAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador(a): Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Dissertação defendida e aprovada em 25 de janeiro de 2023 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Ana Paula Farah

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Dirceu Piccinato Junior

Atitus Educação

A todos aqueles que um dia sofreram,
sofrem e sofrerão preconceito, racismo e
foram, são e serão mortos pela sua cor de
pele NEGRA.

AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Assistência Social da PUC-Campinas, que concedeu o financiamento da bolsa de estudo e tornou possível esta pesquisa.

À Profa. Dra. Ivone Salgado, que durante o período da orientação, de fevereiro a julho de 2021, foi mais do que uma professora, uma verdadeira amiga que me acolheu e ensinou muito.

À Profa. Dra. Renata Baesso Pereira, que me acolheu após a aposentadoria da Profa. Dra. Ivone e, durante um ano e meio, soube, através de sua paciência e sabedoria, me orientar e incentivar na realização dessa pesquisa.

Em especial, agradeço ao Prof. Dr. Rafael Capelato e ao Prof. Dr. Dirceu Piccnato Junior, que leram cuidadosamente o memorial de qualificação, estiveram presentes na banca de qualificação e fizeram recomendações valiosas para o aprimoramento da pesquisa e do trabalho.

Aos professores, amigos (alunos) e funcionários do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, que durante todo período de mestrado foram verdadeiros companheiros e souberam oferecer apoio e incentivo, sendo de fundamental importância para minha trajetória.

Aos meus amigos de trabalho, em especial às Professoras Arlete Nera, Francisca Zenaide Rocha e à Diretora Luciana Pedrini, que sempre deram apoio e incentivo nessa caminhada.

Ao Pe. Dr. André Bordignon, que esteve sempre presente nos momentos mais difíceis e soube escutar e dar palavras de conforto.

À minha família, que sempre esteve presente e serviram de apoio, incentivo e compreensão enquanto me dedicava à realização desta pesquisa.

Por fim, sou grato a todos e todas que realizaram ou irão realizar pesquisas que favoreçam a cultura afro.

“A ciência floresce melhor quando usa livremente todas as ferramentas disponíveis, desimpedida de noções preconcebidas sobre o que ela deveria ser.” Freeman Dyson

*“As sociedades são a imagem que tem de si vistas nos espelhos que constroem para reproduzir as identificações dominantes num dado momento histórico. São os espelhos que, ao criar sistemas e práticas de semelhança, correspondência e identidade, asseguram as rotinas que sustentam a vida em sociedade.”
Boaventura de Souza Santos*

RESUMO

Pretende-se, nesta dissertação, investigar a formação da identidade cultural negra na criação de irmandades e construções de Igrejas em honra à Nossa Senhora do Rosário, além de características culturais e devocionais que são propriamente católicas. Serão utilizadas nas pesquisas fontes primárias e secundárias bibliográficas, as quais auxiliarão no reconhecimento de tais igrejas e irmandades como contribuidoras efetivas para a criação de uma identidade própria desta parcela étnico-cultural. O campo de pesquisa será o território paulista, especificamente cidades nas quais foram introduzidas mão-de-obra de negros escravizados, delimitando, assim, um parâmetro de semelhança na criação dessas igrejas e irmandades. A partir de tal delimitação, será possível compreender, também, como foi a relação da educação catequética do povo negro com o surgimento de suas comunidades e a construção de suas igrejas no espaço urbano. Propõe-se, dessa forma, reconhecer a importância dessas Irmandades e de seus espaços de devoções escolhendo três regiões para estudo de caso: Oeste Paulista, Capital e Litoral. Dentre cada região, será escolhida uma cidade como estudo de caso para maior aprofundamento. Tem-se, como método, a análise do processo de criação, transformação e extinção das Irmandades, trazendo, sobretudo, como um dos objetos centrais de nossa pesquisa, seus patrimônios religiosos. Em seguida, ficará evidente como acontece o processo de identidade afrocatólica no patrimônio cultural religioso que ainda resiste nas regiões de São Paulo.

Palavras-chave: Afrocatólico, Escravizado, Igrejas do Rosário, Irmandades, Patrimônio Cultural Religioso.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to investigate the formation of black cultural identity, in the creation of brotherhoods and construction of Churches in honor of Our Lady of the Rosary, cultural and devotional characteristics that are properly Catholic. Primary and secondary bibliographic sources will be used in this research, which will help to recognize such churches and brotherhoods as effective contributors to the creation of an identity of this ethnic-cultural parcel. The research field will be the territory of São Paulo, specifically cities in which enslaved black labor was introduced, delimiting a parameter of similarity in the creation of these churches and brotherhoods. From this delimitation, we will also be able to understand how was the relation of the catechetical education of the black people with the emergence of their communities and the construction of their churches in the urban space. It's intended, in this way, to recognize the relevance of these Brotherhoods and their spaces of devotions, choosing three regions for a case study: Oeste Paulista, Capital and Litoral. Among each region, a city will be chosen as a case study for further analysis. As a method, the analysis of the creation process will be used, as well as the transformation and extinction of the Brotherhoods, having, above all, their religious heritage as one of the central objects of this research. Then, it will be evident how the process of Afro-Catholic identity happens in the religious cultural heritage that still resists in the regions of São Paulo.

Keywords: Afro-Catholic, Brotherhoods, Enslaved, Religious Cultural Heritage, Rosary Churches.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Madonna del Rosario | 34 |
| Figura 2: Igreja de N. S. do Rosário do Mosteiro de S. Domingos, em Lisboa..... | 39 |
| Figura 3: Regiões portuguesas onde foram fundadas Irmandades do Rosário..... | 41 |
| Figura 4: Comércio atlântico de escravos no século XVIII e início do século XIX. ... | 50 |
| Figura 5: Cartografia das regiões da capitania de São Paulo no início do século XIX. | 69 |
| Figura 6: Cartografia aérea da capitania de São Paulo, demarcando cidades que possuem Igreja de Nossa Senhora do Rosário. | 70 |
| Figura 7: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Guaratinguetá, a esquerda imagem de 1889 e a direita imagem de 2019 do local onde era a Igreja que foi demolida. | 76 |
| Figura 8: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Mogi das Cruzes, a esquerda imagem de 1960 e a direita imagem de 2016 local onde era a Igreja que foi demolida..... | 78 |
| Figura 9: Frontispício da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário de Sorocaba, imagem de 1950..... | 79 |
| Figura 10: Local de onde estava a antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário que foi demolida, imagem de 2019. | 79 |
| Figura 11: Frontispício da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário em Mogi-Mirim, imagem de 1960..... | 80 |
| Figura 12: Local da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário em Mogi-Mirim que foi demolido, imagem de 2019. | 81 |
| Figura 13: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Piracicaba, imagem de 2022. | 83 |
| Figura 14: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em São José dos Campos, imagem de 2022. | 85 |
| Figura 15: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Bananal, imagem de 1958. | 86 |
| Figura 16: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Bananal, imagem de 2014. | 86 |
| Figura 17: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Embu das Artes, imagem de 1939..... | 87 |

| | |
|--|-----|
| Figura 18: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Embu das Artes, imagem de 2015..... | 88 |
| Figura 19: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Santa Isabel, imagem de 2019..... | 89 |
| Figura 20: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Iguape, a esquerda imagem de 1950 e a direita imagem de 2012. | 90 |
| Figura 21: Fundo da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Eldorado, imagem de 1984. | 91 |
| Figura 22: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Eldorado, imagem de 2017. | 91 |
| Figura 23: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Cunha, imagem de 2019. | 92 |
| Figura 24: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha em São Paulo, a imagem de 1940..... | 93 |
| Figura 25: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha em São Paulo, a imagem de 2016..... | 94 |
| Figura 26: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Amparo, imagem de 1983. | 95 |
| Figura 27: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Amparo, imagem de 2019. | 95 |
| Figura 28: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Itapetininga, a esquerda imagem de 1910 e a direita imagem de 2018..... | 96 |
| Figura 29: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Paraibuna, a esquerda imagem da antiga igreja sem data e a direita imagem de 2019. | 97 |
| Figura 30: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Santa Branca, imagem de 2019..... | 98 |
| Figura 31: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Santos, a esquerda imagem de 1930 e a direita imagem de 2012. | 99 |
| Figura 32: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Taubaté, a esquerda imagem antiga da Igreja sem data e a direita imagem de 2019. | 100 |
| Figura 33: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em São Luís do Paraitinga, a esquerda imagem de 1921 e a direita imagem de 2013. | 101 |

| | |
|---|-----|
| Figura 34: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de São Paulo, a esquerda imagem de 1900 que foi demolida e a direita imagem de 2018 da igreja reconstruída. | 102 |
| Figura 35: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Atibaia, a esquerda imagem de 1945 e a direita imagem de 2016. | 103 |
| Figura 36: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Jundiaí, a esquerda imagem antiga Igreja de 1919 e a direita imagem de 2019 da nova Igreja. | 104 |
| Figura 37: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Jacareí, a esquerda imagem de 1906 e a direita imagem de 2012. | 105 |
| Figura 38: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Lorena. | 106 |
| Figura 39: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Lorena, imagem de 2014. | 107 |
| Figura 40: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Iguape, a esquerda imagem da antiga igreja em 1940 e a direita imagem da nova igreja de 2019. | 108 |
| Figura 41: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Mogi-Guaçu, imagem de 1929. | 110 |
| Figura 42: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Mogi-Guaçu, imagem de 1977. | 110 |
| Figura 43: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Bragança Paulista, a esquerda imagem de 1889 e a direita imagem de 2016. | 111 |
| Figura 44: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Serra Negra, a esquerda imagem de 1916 e a direita imagem de 2016. | 112 |
| Figura 45: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Itatiba, imagem de 2017. | 113 |
| Figura 46: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Piracaia, a esquerda imagem antiga da igreja e a direita imagem de 2019. | 114 |
| Figura 47: Localização das três cidades dos estudos de caso: Campinas, São Paulo (Penha) e Iguape. | 117 |
| Figura 48: 1989 – Nova igreja de Nossa Senhora do Rosário de Campina. | 118 |
| Figura 49: Ilustração do Largo do Rosário em 1890, do lado esquerdo ao fundo a Igreja do Rosário e ao lado da igreja o casarão da família Teixeira Nogueira. | 120 |
| Figura 50: A primeira Igreja em estilo colonial, de 1817. A segunda Igreja recebeu torres em 1871. e a terceira igreja sem torres, pois por apresentarem risco foram demolidas em 1887. | 123 |

| | |
|---|-----|
| Figura 51: Recepção a Dom Pedro II e à família Imperial, no largo do Rosário em 1846. | 124 |
| Figura 52: A Nova Igreja do Rosário de 1914 no lado esquerdo. No lado direito, a reforma estilística da fachada e lateral em 1930. | 129 |
| Figura 53: O arcebispo Antonio María Claret. | 130 |
| Figura 54: Pintura da Fundação da Congregação em 16 de julho de 1849. | 130 |
| Figura 55: Fotografia atribuída à antiga Igreja do Rosário de Campinas, anterior à grande reforma. | 136 |
| Figura 56: Igreja do Rosário no final da construção em 1910. | 138 |
| Figura 57: Altar Mor de Mármore Carrara Séc. XX. | 141 |
| Figura 58: Desenho do Frontispício da Igreja do Rosário. | 144 |
| Figura 59: Desenho da Fachada Lateral. | 145 |
| Figura 60: Capa da revista bicentenário. | 147 |
| Figura 61: Planta do Plano de Melhoramentos de Campinas de Prestes Maia em perspectiva do trecho central da Avenida Francisco Glicério. | 148 |
| Figura 62: Assinatura do acordo de desapropriação. Da esquerda para direita: Padre Isidoro Belseils da Sociedade dos Amigos do Brasil, Dom Paulo de Tarso Campos (bispo diocesano), Sr. Ruy Helmeister Novaes (prefeito municipal), e Dr. Paulo da Silva Pinheiro (secretário de obras e serviços da prefeitura). | 150 |
| Figura 63: Demolição da Igreja no ano de 1956. Pode-se observar detalhes e imagem pintada de Nossa Senhora Aparecida e Santa Teresinha. | 151 |
| Figura 64: Loteamento Jardim Chapadão. No centro da imagem estão a caixa d'água, denominada Castelo. Na indicação em vermelho seria o local de construção da nova Igreja do Rosário. | 152 |
| Figura 65: Largo do Rosário e ao fundo a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas. | 155 |
| Figura 66: Demolição da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas, fotografada pelo V8. | 156 |
| Figura 67: Frontispício da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas. | 157 |
| Figura 68: Largo do Rosário. | 158 |
| Figura 69: Foto aérea e Frontispício da atual Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas. | 158 |

| | |
|--|-----|
| Figura 70: Vista do interior da atual Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas. | 159 |
| Figura 71: 1890 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos da Penha. | 160 |
| Figura 72: Termo de autos de ereção da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos..... | 166 |
| Figura 73: Irmandade de São Benedito em frente à Igreja do Rosário. S.d. | 170 |
| Figura 74: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, 1973. | 171 |
| Figura 75: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha em São Paulo. | 171 |
| Figura 76: Vista da praça e ao fundo a Igreja do Rosário da Penha. | 172 |
| Figura 77: Vista do interior da Igreja..... | 172 |
| Figura 78: Altar-mor da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha..... | 173 |
| Figura 79: Vista do fundo da Igreja do Rosário da Penha..... | 173 |
| Figura 80: 1841 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape..... | 174 |
| Figura 81: Frontispício da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape. | 181 |
| Figura 82: Lateral da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape..... | 182 |
| Figura 83: Vista interior da Igreja. | 182 |
| Figura 84: Vista do interior da Igreja..... | 183 |
| Figura 85: Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape. | 183 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Irmandades do Rosário em África..... | 45 |
| Tabela 2: Regiões por número de escravizados..... | 63 |
| Tabela 3: Normativa da Constituição Primeira..... | 65 |
| Tabela 4: Regiões que deram origem aos núcleos urbanos na Capitania de São Paulo. | 71 |
| Tabela 5: Patrimônio cultural religioso afrocatólico demolido. | 72 |
| Tabela 6: Patrimônio cultural religioso afrocatólico preservado..... | 73 |
| Tabela 7: Patrimônio cultural religioso afrocatólico reconstruído..... | 74 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 19 |
| CAPÍTULO 1: O AFRO CATOLICISMO E O PATRIMÔNIO RELIGIOSO..... | 26 |
| 1.1 Irmandade e a devoção..... | 26 |
| 1.2 A Devoção Negra | 32 |
| 1.3 A identidade do afro catolicismo e o Patrimônio Cultural Religioso..... | 53 |
| CAPÍTULO 2: O AFRO CATOLICISMO EM SÃO PAULO | 61 |
| 2.1 O território paulista e a presença dos negros..... | 61 |
| 2.2 As Igrejas dos negros no espaço urbano | 65 |
| 2.3 Relatório “Fichas de pesquisa” | 75 |
| CAPÍTULO 3: AS IGREJAS E IRMANDADES NO OESTE PAULISTA, NA CAPITAL E NO LITORAL..... | 116 |
| 3.1 Estudos de casos..... | 116 |
| 3.1.1 Oeste Paulista – Campinas..... | 118 |
| 3.1.2 Capital – São Paulo, Penha | 160 |
| 3.1.3 Litoral – Iguape..... | 174 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 185 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 189 |

INTRODUÇÃO

A vinda dos negros no novo continente americano é um processo que gerou muitos conflitos e foi bem dinâmico. Nos últimos trinta anos inúmeras pesquisas estão surgindo para compreender a importância da cultura negra no território nacional. Por isso, a dissertação “A construção de uma identidade cultural religiosa afrocatólica em terras paulistas: O caso das Irmandades e Igrejas de Nossa Senhora do Rosário” busca compreender o processo de formação identitária de uma comunidade afrocatólica, tendo como elemento central de união a formação de Irmandades sob a devoção de Nossa Senhora do Rosário, trazendo aspectos patrimoniais.

A escolha do tema surge a partir da primeira graduação de Filosofia, em 2015, na PUC-Campinas, após contatos com a Profa. Dra. Ivone Salgado, que fazia parte do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, no qual concordou em orientar uma pesquisa de Iniciação Científica sobre a Antiga Igreja do Rosário de Campinas. Resultou-se, então, em três iniciações com a mesma temática, até a minha saída da faculdade de Teologia da PUC-Campinas. Ao prestar para o programa de Mestrado, resolvi desenvolver e aprofundar mais o tema. Durante os dois anos de mestrado, o exercício foi conciliar a formação na área de Filosofia e Teologia à área de Arquitetura e Urbanismo. A participação de alguns congressos nacionais e internacionais e eventos acadêmicos mostrou a relevância de discutir o assunto, além da publicação de artigos e capítulos de livros.

Nesse sentido, a presente investigação científica busca reconstruir o itinerário expansivo da escravidão negra a respeito da fé católica na capitania de São Paulo. A proposta foi localizar e catalogar regiões que obtiveram influência de trabalho escravo e, assim, entender como foi surgindo a abordagem de uma construção de fé por parte dos fiéis negros e a adequação ao culto católico em Irmandades exclusivas para negros, como a Irmandades e Igrejas de Nossa Senhora do Rosário. A pesquisa objetivou, a partir da devoção à Nossa Senhora do Rosário, apresentar como aconteceu o processo de identidade do patrimônio cultural religioso negro na capitania de São Paulo.

O recorte histórico abrange o século XIX, uma vez que muitas Igrejas foram construídas a partir dessa época. O recorte temporal ajuda a compreender a formação de muitos núcleos urbanos, que foram objetos de estudo de caso, e a consolidação do tráfico e da escravização na Capitania de São Paulo. Portanto, para construir o

itinerário da identidade religiosa dos negros na capitania de São Paulo, é preciso, necessariamente, estabelecer o período de busca, pois, durante a realização da pesquisa, ficou evidente uma certa escassez de fontes primárias nos arquivos brasileiros sobre a escravidão, sendo necessário basear-se em pesquisadores e comentadores acerca do tema. Desse modo, essa dissertação de mestrado revelará como foi o processo de construção de uma identidade e o modo de ser da religiosidade negra católica na capitania de São Paulo, a partir da teoria que será apresentada nos primeiro e segundo capítulos. Já no terceiro capítulo serão trabalhados três estudos de casos específicos, em cidades e Igrejas como Iguape, Campinas e São Paulo (Penha).

Algumas questões foram fundamentais para nortear a elaboração da pesquisa, sendo elas “De que maneira ocorre o processo de construção cultural do afro-catolicismo, avaliados a partir de seus territórios?”, “Qual a importância das Igrejas e Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no processo de construção cultural do afro-catolicismo?”, “Como a identidade cultural dos negros escravizados foi construída a partir dos templos religiosos das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário?”, e “Será que existe um tipo de Igreja e irmandade afrocatólica?”.

Na tentativa de elucidar tais questões, algumas fontes e autores foram fundamentais, como o autor John K. Thornton, em seu livro “A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)”, de 2004, que afirma:

Os espanhóis e os portugueses utilizaram muito a mão-de-obra nativa em seus impérios no Atlântico. Algumas vezes, essa força de trabalho estava disponível nos estados americanos dominados pelos invasores europeus em outros casos, os escravos nativos forneceram trabalho. Em ambas as situações, os escravos africanos foram usados e tiveram uma atuação muito mais importante do que os numerosos nativos em moldar a cultura no mundo atlântico (THORNTON, 2004, p.191).

As colônias portuguesas se organizavam como espaços de exploração, tanto na agricultura quanto na mineração, e dependiam exclusivamente da mão de obra escravista. Desse modo,

os escravos africanos encontravam-se, portanto, no centro da parte conquistada do Novo Mundo Atlântico. Sua importância nas cidades onde muitos europeus imigrantes e seus descendentes construíram suas casas, sua presença no serviço doméstico ou como residentes permanentes nas minas e nas fazendas garantiram sua proximidade com os núcleos de poder e riqueza, mesmo se eles não os compartilhassem. Para muitos europeus e euro-americanos (pessoas de ascendência europeia, mas nascidas nas

Américas), o único contato com a população do Atlântico não-proveniente da Europa era com os africanos nas cidades, fazendas, minas e propriedades, pois os povos indígenas permaneciam em áreas rurais sob rígida supervisão dos missionários. Assim, o desenvolvimento da cultura atlântica foi afinal um fenômeno euro-africano em muitas partes da América ibérica, com a presença dos nativos americanos fazendo-se sentir mais em suas áreas de origem (THORNTON, 2004, p.202).

Esse contato gera fenômenos culturais nos quais a cultura dominante é do sujeito dominador que tenta aplicar seu modo de vida e existência como sendo o correto, considerando que tudo que for diferente está errado e precisa ser punido. Assim, a estratégia do dominado para a sobrevivência cultural é utilizar da linguagem do dominador, mas sem perder a essência daquilo que é referência ao dominado, participando, dessa forma, de um processo de inculturação. A dinâmica dessas mudanças culturais

pode ser observada na evolução das línguas, estruturas sociais e estéticas da África, à medida que os africanos cruzaram os mares ou entraram em contato com os europeus. Esse ágil processo também afetou a religião e a filosofia africanas tanto na África quanto no momento em que os africanos se tornaram americanos no Novo Mundo Atlântico. A religião respondeu, como outros elementos da cultura, à sua dinâmica interna e à nova dinâmica criada pelo contato cultural e à transferência física. O resultado foi a emergência de uma nova religião afro-atlântica identificada com frequência como cristã, especialmente no Novo Mundo, mas, na verdade, era um tipo de cristianismo que podia satisfazer o entendimento das religiões africana e europeia (THORNTON, 2004, p.312).

O resultado desse processo de choque cultural pode ser denominado de afro catolicismo, uma vez que o africano não perde sua identidade cultural, mas a salvaguarda em sua memória e utiliza de uma nova roupagem com os elementos cristãos europeus.

A Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, sendo uma fonte documental primária, deixa evidente o quanto esse choque cultural é imposto pela cultura europeia. De modo geral, a constituição revela aspectos da organização eclesial nas colônias portuguesas e o modo em que os fiéis devem praticar a fé. O documento traz elementos sobre como deve ser a formação moral dos escravizados por parte dos leigos e do clero, além de uma abordagem de institucionalização da escravidão. No entanto, o documento ainda busca reconhecer os negros escravizados como pessoas humanas, como observado no Título II, que se refere a “Como são obrigados os pais, mestres, amos e senhores a ensinar, ou fazer ensinar, a doutrina christã [sic] aos filhos, discípulos, criados e escravos”. Assim:

Porque não só importam muito, que a Doutrina Christã e bons costumes se plantem na primeira idade, (1) e puerícia dos pequenos, mas também se conservem na mais crescida dos adultos, **aprendendo uns juntamente com as lições de ler, e escrever, as do bem viver no tempo, em que a nossa natureza logo inclina para os vícios, e continuando os outros a cultura da Fé, em que forão instruídos, e crendo nos seus mysterios aquelles, que novamente os ouvirem, ordenamos o seguinte.**

Mandamos a todas as pessoas, assim Ecclesiasticas, como seculares, **ensine, ou fação ensinar a Doutrina Christã á sua família, (2) e especialmente a seus escravos, (3)** que são os mais necessitados desta instrução pela sua rudeza, mandando-o á Igreja, **para que o Parocho (4) lhes ensine os (5) Artigos da Fé, para saberem bem crer; o Padre Nosso, e Ave Maria, para saberem bem pedir; os Mandaentos da Lei de Deos, e da Santa Madre Igreja,** e os peccados mortaes, para saverem bem obrar; as virtudes, para que as sigão; e os sete Sacramentos, para que dignamente os recebão, e com elles a graça de dão, e as mais orações da Doutrina Christã, para que sejam instruídos em tudo, o que importa a sua salvação. **E encarregamos gravemente as consciências das sobreditas pessoas, para que assim o fação, atendendo á conta, (6) que tudo darão á Deos nosso Senhor** (VIDE, 1853, p. 3, [grifo nosso]).

Torna-se evidente que a escravização fazia parte de todas as esferas da sociedade brasileira. Assim, a Capitania de São Paulo, após a vinda dos colonizadores, foi se desenvolvendo timidamente entre os séculos XVI e XVIII. Somente com a crise na agricultura do nordeste e o achamento de jazigos de metais preciosos no interior de Minas Gerais é que a população paulista passaria por uma transformação considerável. Segundo o pesquisador Francisco Vidal Luna,

A população livre e escrava da região mineradora cresceu rapidamente, e o fornecimento de gêneros para essa população criou um novo e essencial mercado para São Paulo. A agricultura local subitamente ganhou um importante mercado para sua produção, e o consumo de alimentos e animais importados em Minas cresceu a um ritmo seguro e constante. A política da Coroa promoveu, adicionalmente, esse mercado de exportados paulista, chegando ao ponto de proibir a produção de açúcar e aguardente nas novas regiões mineradoras, para que não fossem desviados recursos da mineração. Para São Paulo, essa foi uma oportunidade que os colonos exploraram plenamente. O sinal mais evidente de mudança em São Paulo foi o notável crescimento da população de escravos negros depois de 1700. A força de trabalho, antes, principalmente, indígena, passou a ser dominada por brancos livres e africanos cativos. Nesse ano, os paulistas foram autorizados a obter escravos diretamente da África pela primeira vez. Iniciado esse afluxo de escravos africanos, seu crescimento foi constante a cada ano, e a nova força de trabalho seria crucial na implantação de uma próspera economia açucareira e cafeeira em São Paulo. Mas o crescimento da economia local não for contínuo. Na década de 1730 abriu-se um novo caminho, mais curto, entre o Rio de Janeiro e minas de ouro, passando totalmente ao largo de São Paulo. Além disso, conforme economia das Minas Gerais crescia, também se desenvolvia sua agricultura, o que reduziu a demanda por produtos paulistas (LUNA, 2005, p.39).

Conforme o território paulista era ocupado por uma política de povoamento implementada pelo quarto Morgado de Mateus, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, Capitão geral da Capitania de São Paulo, em 1765, a necessidade de mão de obra escrava era fundamental para o desenvolvimento da região. Portanto, onde tivesse a utilização de escravizados era possível encontrar a formação de comunidades afrocatólicas, especificamente, as sob devoção de Nossa Senhora do Rosário.

Partindo desse referencial teórico, o objetivo dessa dissertação é compreender a formação da identidade negra a partir da fé católica na criação de Irmandades e construções de igrejas na antiga Capitania de São Paulo, buscando encontrar igrejas e Irmandades nas quais a população negra contribuiu para a criação de uma identidade cultural própria. Almeja-se, portanto, buscar objetivamente, no território paulista, cidades nas quais foram introduzidas mão-de-obra negra escravizada, a fim de delimitar parâmetros de semelhança na criação de igrejas e Irmandades de Nossa Senhora do Rosário.

Isto posto, a pesquisa de dissertação torna-se importante para dar continuidade à pesquisa realizada na graduação, incluindo pontos de aprofundamento que somente o curso de Mestrado é capaz de apresentar. Com esse intuito, a pesquisa justifica-se a partir da escassez de produções bibliográficas em relação ao afro catolicismo presente na capitania de São Paulo. O esquecimento dessa memória afro-brasileira resulta na elaboração da dissertação como um projeto de resistência à memória de tantos trabalhadores e trabalhadoras escravizados, que foram a força motriz da região de São Paulo. O entendimento e fortalecimento cultural de matriz africana, mesmo escravizada, levará a entender que as Irmandades e Igrejas do Rosário foram espaços de liberdade, e o resgate dessa memória é importantíssimo, pois, mesmo estando sob um regime de profunda obsessão, os negros foram capazes de buscar saídas. Sendo assim, a dissertação mostrará a construção de uma identidade religiosa afrocatólica em Irmandades e Igrejas de Nossa Senhora do Rosário, além da sua relação com o patrimônio religioso e o núcleo urbano.

Os procedimentos metodológicos utilizados na dissertação são o método científico de base lógica e o método hipotético dedutivo, justamente, pois, através da análise de documentos primários e secundários, foram fundamentados os fatos históricos de Irmandades e Igrejas de Nossa Senhora do Rosário presentes em três regiões paulistas, permitindo, através dessa construção analítica, a observação de

pontos em comum. Outro método utilizado foi o fenomenológico, por ter sido notada a formação cultural de uma identidade afrocatólica. A pesquisa conta com os seguintes métodos procedimentais: observacional, que buscou analisar as relações urbanas que o patrimônio cultural religioso da Igreja teve com o próprio núcleo urbano; e o monográfico, capaz de perceber os casos que se repetem na criação das Igrejas e Irmandades.

Assim, a pesquisa foi dividida em quatro etapas. A primeira consistiu na revisão do projeto de pesquisa, criação do plano de trabalho e nas disciplinas. Já a segunda buscou escolher as Igrejas, Irmandades e os Arquivos, considerando critérios que possibilitasse facilidade de acesso aos arquivos históricos para pesquisa, pois o início da pesquisa se deu durante a pandemia do COVID-19, que causou o fechamento de muitos arquivos eclesiásticos. A localização das 32 igrejas sob devoção à Nossa Senhora do Rosário na capitania de São Paulo foi realizada a partir do cruzamento de fontes bibliográficas.

O artigo “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”, de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, permitiu a identificação de núcleos urbanos na Capitania paulista, dados que foram cruzados com o artigo “São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829)”, de Francisco Vidal Luna, trazendo informações sobre a presença da população negra na região. Após o cruzamento de informações e a elaboração de uma lista com aproximadamente 40 localidades, foi realizada vasta pesquisa histórica através dos arquivos eclesiásticos da base de periódicos CAPES, do acervo digital da biblioteca Nacional, do arquivo público de Estado de São Paulo, e de outros meios de pesquisa, chegando às 32 Igrejas e Irmandades. Posteriormente, foi elaborado um relatório de fichas de pesquisa que pudesse facilitar a manipulação das informações e um aprofundamento. Dentre as igrejas localizadas, foram escolhidas as da cidade de Campinas, Iguape e São Paulo (Penha). O acesso aos arquivos foi facilitado nas três igrejas, servindo de base para os estudos de caso e contribuindo para o entendimento da pesquisa proposta. Por fim, a terceira e quarta etapas consistiram no levantamento e revisão bibliográfica, e na escrita e revisão da dissertação, respectivamente.

Sendo assim, a presente dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo “O afro catolicismo e o patrimônio religioso” pretende desenvolver alguns conceitos importantíssimos para o entendimento do fenômeno das

Irmandades. Dividido em três partes, a primeira busca desenvolver o conceito de Irmandade e suas implicações institucionais a partir de fontes primárias, secundárias e comentadores. Pretende-se, ainda, apresentar como deve ser a formação e o desenvolvimento de uma irmandade. A segunda parte apresentará as possíveis origens da devoção à Nossa Senhora do Rosário e como se desenvolveu em Portugal, na África, e chegou no Brasil. Por fim, pretende-se desenvolver o conceito da identidade do afro catolicismo e os patrimônios culturais religiosos.

No segundo capítulo, intitulado “O afro catolicismo em São Paulo”, será abordado como acontece a participação dos negros no território paulista e, conseqüentemente, a criação das Irmandades e Igrejas pertencentes à comunidade negra. Pretende-se apresentar a relação da educação de fé própria do povo negro e o surgimento de tais comunidades negras presentes nos núcleos urbanos da antiga Capitania de São Paulo. Nesse capítulo, procura-se mapear na capitania de São Paulo as Igrejas e Irmandades pertencentes à devoção de Nossa Senhora do Rosário e como elas se encontram: preservadas, reconstruídas ou demolidas.

No terceiro e último capítulo “As Igrejas e Irmandades no oeste paulista, na capital e no litoral”, busca-se apresentar a formação das Igrejas e Irmandades da cidade de Campinas, São Paulo (Penha) e Iguape. Dessa forma, pretende-se analisar o processo de criação, transformação e possível extinção de tais Irmandades e, conseqüentemente, de seus espaços litúrgicos presentes na forma urbana. Através desses estudos de caso, procura-se elaborar uma relação de semelhanças e diferenças entre essas Irmandades através do próprio templo e das fontes encontradas que serviram de base para responder se existe um tipo de Igreja de Nossa Senhora do Rosário e qual seria sua Identidade.

Dessa maneira, a dissertação busca resgatar algumas características da cultura afrocatólica e revelar as relações no processo de criação e transformação das Irmandades e Igrejas, além da preservação de seu Patrimônio Cultural religioso.

CAPÍTULO 1: O AFRO CATOLICISMO E O PATRIMÔNIO RELIGIOSO

O presente capítulo busca introduzir a temática das comunidades religiosas africanas, isto é, a origem da Irmandade e da devoção à Nossa Senhora do Rosário, e como tais fenômenos surgem em Portugal, na África e no Brasil. Portanto, a proposta é buscar autores que ajudem a compreender a formação de uma religiosidade católica própria dos negros que foram traficados da África para o Brasil. Os pesquisadores Thornton (2004), Marinho e Simone (2021) o denominam como afro catolicismo, enquanto Santos (2021) o denominam de catolicismo negro. Nosso principal objetivo será entender a dualidade e as particularidades da formação desse conceito e da religiosidade católica negra. Um outro assunto muito importante que será abordado ao longo dessa reflexão é a conceituação do Patrimônio Cultural Religioso, que servirá de base para compreender os resquícios do patrimônio negro ainda existente, abordado a partir dos estudos de caso no capítulo três. Desse modo, a primeira etapa do estudo será subdividida em três partes menores com os seguintes títulos: Irmandade e Devoção; A devoção negra em Portugal, África e no Brasil; O afro catolicismo e o Patrimônio Cultural Religioso.

1.1 Irmandade e a devoção

1.1.1 Irmandades e Confrarias

A nomenclatura de irmandades e confrarias é utilizada para denominar pequenos grupos religiosos que têm a finalidade de administrar e zelar pelo bem-estar dos participantes e do patrimônio que pertence à comunidade. Contudo, para entender melhor esse processo de formação de irmandades e confrarias ao longo da história do Brasil Colonial, um conceito base do associativismo negro presente nesta reflexão, faz-se necessário buscar algumas reflexões essenciais para a construção do surgimento das irmandades negras.

As Irmandades ou confrarias têm sua origem na Idade Média, quando é possível encontrar as primeiras formações dessas comunidades fraternais constituídas por pessoas que buscavam estritamente o bem comum. Essa denominação vai sendo transformada conforme a realidade do local na qual está sendo inserida, sendo que em determinados locais são irmandades e em outros

confrarias, consideradas sinônimo por muitos pesquisadores¹. Assim, tais comunidades teriam nascido sob a égide do poder espiritual, pautando-se por um sentido nitidamente laico, sem qualquer influência dos representantes da Igreja² ou do Clero, no seu início. Os documentos eclesiásticos, como o Concílio de Trento, na sessão XXII, celebrada no tempo do Sumo Pontífice Pio IV, em 17 de setembro de 1562, revelam, no decreto sobre a reforma, no capítulo VIII, que:

Os Bispos devem executar todas as disposições piedosas: visitem todos os lugares de caridade que não estejam sob a proteção imediata de Reis. Os Bispos, mesmo como delegados da Sé Apostólica, sejam, nos casos concedidos por direito, executores de todas as disposições piedosas feitas tanto pela última vontade, como entre vivos; **tenham também o direito de visitar os hospitais e colégios quaisquer que sejam, assim como as confrarias de leigos**, mesmo as que se chamam escolas ou tenham qualquer outro nome, mas não as que estejam sob a imediata proteção dos Reis, sem obter sua licença. **Conheçam também de ofício e façam com que tenham o destino correspondente, segundo o estabelecido nos sagrados cânones, as esmolas, as sobras de caridade ou piedade, e dos lugares piedosos sob qualquer nome que tenham, seu cuidado pertença a pessoas leigas e ainda que esses lugares piedosos gozem do privilégio de exceção, assim como todas as demais fundações destinadas por seu estabelecimento ao culto divino e salvação de almas ou alimentação dos pobres, sem que seja oposto nenhum privilégio, estatuto ou costume ainda que muito antigo.** (CONCÍLIO, 2019, p.126-127, [grifo nosso]).

Percebe-se que é função do ordinário local (Bispo) visitar ou delegar a visita de confrarias de leigos, além de orientar a sua formação e o correto destino. O capítulo IX apresenta:

Os administradores prestarão contas ao Ordinário das obras piedosas, caso não esteja estabelecida outra coisa nas fundações. Os **administradores, tanto eclesiásticos como seculares**, das rendas de quaisquer igrejas, mesmo que sejam catedrais, hospitais, **confrarias**, esmolas de sobras de piedade e de quaisquer outros lugares piedosos, **estejam obrigados a prestar conta ao Ordinário, da sua administração todos os anos** ficando anulados quaisquer costumes e privilégios em contrário, a não ser que eventualmente esteja expressamente prevenida outra coisa na fundação ou constituições da tal igreja (CONCÍLIO, 2019, p.127, [grifo nosso]).

¹Ao longo da dissertação assumiremos a nomenclatura de Irmandade, pois foi a terminologia amplamente utilizada no Brasil.

² Assumiremos algumas referências para tratar de Igreja. No texto, ao grafar Igreja com letra maiúscula, nos referimos à Instituição com sede em Roma sob a jurisdição do Papa e Bispos. Quando utilizamos a palavra igreja com letra minúscula, nos referimos ao templo físico construído.

Mais uma vez o documento orienta que os administradores das confrarias devem prestar contas ao ordinário local, tanto sobre as obras piedosas quanto sobre os recursos. No capítulo XI está previsto “penas para os que usurpam bens de qualquer igreja ou de lugares de piedade”, ou seja, confrarias, por parte do clero ou de leigos. Nesse sentido, em todos os documentos produzidos pelo Concílio tridentino, as confrarias leigas aparecem somente em três momentos, nos quais afirmam a responsabilidade do Bispo sobre elas, e legitimam sua existência jurídica perante o seio da Igreja. Inspirada pela legislação eclesiástica presente no Concílio de Trento, a Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, de 1719, busca traduzir a temática tridentina com a realidade presente nas colônias portuguesas. A proposta do documento surge, segundo Flexor, após 1564, quando

o Rei português, D. Sebastião, através de seu cardeal, D. Henrique, mandava “dar todo o favor e ajuda [...] para a execução dos decretos do concílio”. (REYCEND, 1786) Aos poucos, os arcebispos e bispos portugueses começaram a proceder às convocações para realizar reuniões sinodais. Todos obedeciam à sessão XXV, do Concílio de Trento, [...] Essa sessão reafirmou ou deu origem às devoções, formas de representação, de religiosidade e comportamentos [...] Para o Brasil, foram feitas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, como uma grande defasagem em relação às congêneres lusas – da Metrópole e domínios [...] Devia haver um exemplar das Constituições na Sé Catedral, Cabido do Arcebispado, igrejas paroquiais, curadas e na Relação Eclesiástica para uso do provisor, vigários da vara, advogados, meirinho geral, escrivão da Câmara Eclesiástica, visitadores, comprados às custas da fábrica das igrejas. Desde que aprovadas e publicadas, as determinações das Constituições deveriam ser lidas publicamente, em especial nas missas, para que os fiéis tivessem conhecimento de seu conteúdo, o que, de um lado, deu instrumentos legais à Inquisição e, do outro, uniformizou os procedimentos lusos, tanto nas instituições religiosas portuguesas, quanto em suas conquistas, no Ocidente e no Oriente. Até que as Constituições baianas fossem elaboradas, impressas e divulgadas, a Bahia e o Brasil se serviram das Constituições de Lisboa (FLEXOR, 2016, p. 207-208).

O principal objetivo dessa constituição era orientar, segundo a legislação católica e do reinado português, o cumprimento de normas, condutas e costumes em todo o território ultramarino, tal documento ainda revela a relação de Padroado, da coroa portuguesa e da Igreja. Contudo,

as Constituições elaboradas pelo Arcebispo só foram aprovadas em 1707, publicadas em Pastoral de 21 de julho, depois de aprovadas pelo Sínodo Diocesano, findo em 14 do mesmo mês e ano. Só foram impressas em 1719. Seguiam os modelos, especialmente de Lisboa e do Porto, adaptando-se às normas tridentinas. Além disso, como foi destacado pelo Arcebispo, cuidavam dos usos e costumes da Arquidiocese, especialmente considerando os componentes da sociedade na América Portuguesa: o português, o índio e o

negro e as condições específicas da Bahia e do Brasil. [...] No conjunto, as Constituições regulavam toda a vida da sociedade – tendo, muitas vezes, direito de vida e de morte sobre ela (FLEXOR, 2016, p. 209).

A primeira definição específica de como dever ser uma irmandade nos territórios portugueses está na Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, da seguinte forma:

[...] devem ser instituídas para serviço de Deos (1) nosso Senhor, honra e veneração dos Santos, e se devem evitar nellas alguns abusos, e juramentos indiscretos, que os Confrades, ou Irmãos poem em seus Estatutos, ou Compromissos, obrigando com eles a pensões onerosas, e talvez indecentes, de que Deos nosso Senhor, e os Santos não são servidos, convêm muito divertir estes inconvenientes. Por tanto mandamos, que das Confrarias deste nosso Arcebispado, que em sua criação forão erigidas por autoridade nossa, ou daqui em diante se quizerem erigir com a mesma autoridade, que as faz Eclesiásticas, (2) se remetão a Nós os Estatutos, e Compromissos, que quizerem de novo fazer, ou já estiverem feitos, para se emendarem alguns abusos, (3) se nelles os houver, e se passar licença (4) in scripts, para poderem usar delles (VIDE, 1853, p.304).

O primeiro propósito da irmandade é o serviço a Deus, a honra, a Jesus Cristo, e a veneração dos Santos, além da confecção de um estatuto e compromisso. Esse instrumento de orientação proposto pela Igreja fazia com que toda associação leiga, sob jurisdição da Coroa Portuguesa, tivesse características semelhantes. O principal intuito era evitar abusos por parte dos leigos e manter o controle dos súditos. A Coroa Portuguesa possuía, devido ao regime do padroado, que fora concedido pelo Papa, o dever de cuidar e zelar por aquilo que se referia às coisas da Igreja, principalmente, em suas colônias. É justamente por esse motivo que em muitos casos, especialmente no Brasil, o Estado monárquico português e a Igreja se confundem.

As irmandades eclesiásticas tiveram grande aceitação e respeito por parte dos leigos, pois, segundo orientação da Constituição Primeira número 869, é

[...] posto que da devoção, e piedade de nossos súbditos podemos confiar, que sem esta nossa lembrança, a terão de instituírem em suas Igrejas, Confrarias, em que sirvão a Deos, e honrem a seus Santos; Nós com tudo para mais os animar, lhes rogamos, e encommendamos muito, que tratem desta devoção (6) das Confrarias, e de servirem, e venerarem nellas aos Santos; principalmente á do Santíssimo Sacramento, e do Nome de JESUS, á de Nossa Senhora, e das Almas do Purgatório, quanto for possível, e a capacidade dos freguezes o permitlir, porque estas Confrarias é bem as haja em todas as Igrejas (VIDE, 1853, p.304).

A natureza eclesiástica dessa associação faz com que se crie uma identidade religiosa devocional, primeiramente, recorrendo a uma espiritualidade encarnada em Jesus Cristo, ou seja, que transcenda, simplesmente, a obrigação jurídica, avançando mais no sentido religioso. A inscrição numa irmandade, desse modo, acarretava um verdadeiro comprometimento com Deus, isto é, uma participação ativa na vida em comunidade e religiosa, expressada através do compromisso com a devoção de algum santo. Ao longo de toda Constituição há inúmeros títulos sobre irmandades, mostrando que a formação de uma religiosidade católica leiga no Brasil está relacionada diretamente com criação de irmandades.

As irmandades, além de funcionarem como agentes de solidariedade grupal, congregados, simultaneamente, e com anseios comuns frente à religião, às perplexidades e à realidade social, possuíam várias terminologias, utilizadas para designar tais associações leigas, como *confraternitas*, *sodalitas*, *sodalitium*, *confraternitas*, *laicorum*, *congregatio*, *pia unio*, *societas*, *coetus*, e *consociatio*.

Deparando-se com esse movimento de Irmandades de negros e pardos sob devoção à Nossa Senhora do Rosário, no Brasil, alguns pesquisadores mineiros, como Julia Scarano (1978) e Caio Boschi (1986), foram os primeiros a se debruçarem acerca da definição do conceito, influências, funcionamentos e finalidades. Tinham como objetos de estudo as próprias irmandades mineiras que tiveram um grande destaque na história colonial, sendo que suas produções historiográficas ainda servem de referência para inúmeras pesquisas.

Assim sendo, segundo o historiador Caio Boschi, a Irmandade é uma instituição que espelha e retrata os “diversos momentos e contextos históricos que se insere” (BOSCHI, 1986, p.12), revelando características dinâmicas em relação à sociedade. Nesse sentido, munindo-se dessa estratégia de Irmandades, inúmeros missionários, com ajuda dessas pequenas instituições, puderam propagar e incultura o catolicismo em diversos territórios. No entanto, há algumas características que sobressaem quanto ao entendimento de Irmandade, sendo uma delas o conceito de família, isto é, as Irmandades podem ser constituídas a partir da formação de famílias artificiais, nas quais se busca “satisfazer às necessidades espirituais de seus integrantes, fora do âmbito estritamente familiar”. Seu principal ideal remete a uma comunhão fraterna e ao crescimento do culto público, ou seja, “as necessidades do espírito somam-se as do corpo” (BOSCHI, 1986, p.12), resultando na celebração da Eucaristia e na assistência material.

Contrariando muitas vezes a própria diretriz do Concílio de Trento e as orientações da Constituição Primeira, que dizia que o ordinário é o principal responsável, a Coroa Portuguesa legislava sobre as associações leigas e, segundo as ordenações do Reino,

[...] as associações leigas foram definidas já quanto a sua natureza jurídica. Ali se estabeleceu a distinção entre os sodalícios “fundados e instituídos por autoridades e consentimento dos prelados” e aqueles “fundados por leigos simplesmente”, sendo também por estes administradores. Os primeiros são chamados eclesiásticos, os segundos, seculares. Aqueles totalmente subordinados às autoridades religiosas; estes, às autoridades civis, cabendo ao Ordinário tão-somente o cuidado para com as “ cousas pias” através de periódicas visitas eclesiásticas (BOSCHI, 1986, p.15).

Tais premissas ordenadas pelo rei nem sempre tiveram essa distinção respeitada, pois com o crescimento do Regalismo alguns critérios de ingerência civil foram constatados sobre as confrarias seculares, sendo, muitas vezes, a influência de uma irmandade maior do que a do ordinário.

No Brasil, as irmandades “aparecem mais ligadas às confrarias medievais de finalidade religiosa e caritativa” (SCARANO, 1978, p. 25), assim como é observado na Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, nº 867, citada anteriormente. Isso significa que as Irmandades assumem um “papel suplementar ao da Igreja, com finalidades bastante dinâmicas” (BOSCHI, 1986, p.12), que acompanham todo o processo histórico. Nessa constatação, é destacado, ainda, que

[...] as irmandades, enquanto entidades coletivas, traziam em seu bojo acentuado individualismo, isto é, podiam ser entidades também como centro catalisador de individualidades atemorizadas pela morte e pela doença e ávidas por um espaço político. Para essas associações convergiram todas as espécies de sentimentos e aspirações. As relações comunitárias faziam-se na medida exata da intensificação entre os que delas participavam. Simultaneamente, integravam os indivíduos e liberavam seus anseios de libertação, passando, assim, a ser também o canal de manifestação de seus membros, o veículo de suas queixas, o palco de suas discussões (BOSCHI, 1986, p.14).

Nesse trecho alguns aspectos podem elucidar ainda mais o conceito de irmandade. Tratando-se de entidades coletivas, uma de suas principais características é a necessidade dos indivíduos para serem constituídas, possuindo como finalidades comuns questões como, por exemplo, aspectos de doença, morte, entre outras. As irmandades também podem ser compreendidas como espaços de caráter político, nos quais os indivíduos poderiam expressar o modo como pensavam sem nenhuma

repreensão ou perseguição. Há também irmandades sob diversas devoções, como as Irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora das Mercês, da Misericórdia, e outras. Nesses espaços, o sujeito que participava poderia ter a sensação de liberdade, quase sempre era mascarada por normas e decretos a serem cumpridos. No entanto, pensando em todo o contexto do Brasil Colônia, as irmandades negras possuem um papel de protagonismo, já que mesmo revestido da instrumentaria cristã, alguns elementos afro diaspóricos foram conservados dentro das instituições leigas, adquirindo assim um importante espaço no qual a cultura negra pôde se expressar sob o regime da escravidão.

A complexidade que uma irmandade possui estava de acordo com sua identidade. O que diferencia uma irmandade da outra é a sua identidade devocional, que a partir de um santo padroeiro tinha uma função religiosa e social. Percebe-se esse dinamismo a partir dos compromissos de irmandades e confrarias do Brasil apresentadas à Coroa Portuguesa através de normas e decretos, que deveriam ser registrados e aprovados, além de estarem presentes no Arquivo Ultramarino, datado de 1720 a 1807, chegando a um total de aproximadamente 108³ instituições diferentes e independentes. Esse dado revela que as utilizações de irmandades no território brasileiro foi uma prática comum e muito utilizada para a evangelização e doutrinação. Assim, para compreender o processo de identidade afrocatólico, é necessário entender as primeiras irmandades negras associadas à Nossa Senhora do Rosário.

1.2 A Devoção Negra

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário têm sua origem na península ibérica. Contudo, o surgimento da devoção à Nossa Senhora do Rosário, tem sua origem a partir do texto bíblico, no evangelho de Lucas, capítulo um, versículo vinte e seis, no qual o narrador bíblico faz referência a uma jovem chamada Maria, que seria Mãe do Filho de Deus e, a partir de então, a própria Tradição Católica, ao longo de séculos, vem conservando essa devoção à Maria, como sendo a Nossa Senhora Mãe de Deus. Partindo dessa proposta de evangelização, o catolicismo buscou, através da inculturação, mostrar aos leigos que “Maria foi adornada por Deus com dons dignos de uma tão grande missão. O anjo Gabriel, no momento da Anunciação, saúda-a

³ Cf. Disponível em: <<https://digitalq.ahu.arquivos.pt/details?id=1119459>> Acesso em: 20 jul. 2022.

como cheia de graça” (CATECISMO, 1993, n. 490). Esse destaque mariano tem um profundo significado e importância na religião católica, sendo utilizado como instrumento devocional por pessoas simples e muitas vezes analfabetas, tendo se espalhado e crescido no imaginário católico cristão ao longo de muito tempo.

O termo “rosário”, também conhecido como “o saltério da Virgem Maria”, “é um modo piedosíssimo de oração e suplica a Deus, modo fácil ao alcance de todos, que consiste em louvar a própria santíssima Virgem repetindo a saudação angélica” (STAID, 1995, p.1137). O número de repetição das orações tem relação com os 150 Salmos presentes na Sagrada Escritura. Desse modo, no rosário são rezadas 150 ave-marias, intercaladas a cada dezena por um pai-nosso, tornando-se uma oração meditativa de repetição, inspirada em passagens bíblicas chamadas de “mistérios”, “que ilustram toda a vida de nosso Senhor Jesus Cristo” (STAID, 1995, p.1137).

É a partir da experiência de São Domingos de Gusmão⁴ com a Virgem Maria que surge a formulação da oração do Rosário. Segundo a Tradição católica, a

[...] devoção ao Rosário teve início no começo do século XII, quando, através de uma visão, Domingos de Gusmão, um pregador na região de Albi, no sul da França, recebeu da Virgem um método de oração, que contava com a ajuda de contas unidas por um cordão para a invocação (SIMÃO, 2010, p. 27).

Num sentido amplo, o Rosário “tem raízes muito profundas na alma do povo cristão. Para rezar por um defunto, para pedir por uma necessidade, para exercitar a oração em família os cristãos recorrem à oração desta devoção de maneira espontânea” (PREGADORES, 2016, p.1). Dominicanos é uma ordem religiosa fundada por São Domingos de Gusmão (1170-1221), que teria tido uma visão de Mariana qual ela “[...] o ensinou para, em vez de ficar discutindo, divulgar a devoção

⁴ São Domingos de Gusmão foi contemporâneo de Francisco de Assis; nasceu em Castela Velha, em 1170, e morreu em 6 de agosto de 1221, em Bolonha, Itália. O ponto mais enfatizado da sua Ordem, como premissa indispensável, é o dever apologético dos frades pregadores. Domingos distinguia-se por sua retidão, zelo, pontualidade nas funções, e espírito de sacrifício. Sua única riqueza eram os livros, e, mesmo assim, um dia vendeu todos para comprar comida e distribuir aos pobres. A grande mudança em sua vida se deu quando foi ter contato com um grupo de hereges, numerosos em Languedoc, sul da França. Lá, os missionários cistercienses foram recebidos com desprezo: Eis, a cavalo, os ministros de um Deus que anda a pé. Foi então que surgiu a ideia de fundar uma ordem de frades pobres e estudiosos que pudessem pregar a doutrina cristã, não só nas palavras, como também com o exemplo de sua vida, sem as suspeitas de interesses materiais. Domingos estava sempre disposto a falar de Deus a qualquer um que encontrasse. São Domingos foi, sem dúvida, um dos grandes inovadores da vida religiosa no século XIII, procurando uma nova forma de estar presente no mundo em transformação e responder aos desafios de sua época. São Domingos era um homem que falava com Deus, na oração, ou falava de Deus na pregação (PREGADORES, 2019, p. 2).

do rosário” (POEL, 1981, p.60). Dessa maneira, “divulgada a devoção de Nossa Senhora do Rosário na Península Ibérica, logo foi tida como protetora dos inúmeros grupos, como os homens do mar da cidade do Porto, sobretudo e considerada milagrosa entre os marinheiros”. Com efeito, “sua popularidade foi tão grande que em quase todas as cidades portuguesas criaram-se igrejas e, em algumas, surgiram conventos dominicanos” (SCARANO, 1978, p.40).

Figura 1: Madonna del Rosario



Fonte: MORANDI, Giovanni Maria. 1686. Museu de Santa Sabina (Roma).

Todavia, no Dicionário de Mariologia, diferentemente da história popular e tradicional, consta outra explicação para o surgimento do Rosário na Igreja:

os momentos históricos da evolução do rosário podem ser incluídos no período que transcorre entre os séculos XII e XVI. No começo do sec. XII difunde-se no Ocidente a prática da recitação da ave-maria. Certamente, a saudação angélica era conhecida na cristandade já antes desse século: ela se acha contida no evangelho, constituía até o sec. VII a antífona ofertorial do quarto domingo do advento, marcado por participar ênfase mariana, mas queremos aqui ressaltar a novidade da repetição devota da ave-maria, análoga à coexistente repetição litânica do pai-nosso, por 150 vezes, em contraponto com o saltério davídico (STAID, 1995, p.1137).

A hipótese seria de que “esses saltérios, dos pais-nossos ou das ave-marias, nos mosteiros substituíam o saltério bíblico para os monges analfabetos ou de pouco estudo” (STAID, 1995, p.1137). Com isso, a utilização do rosário como instrumento de devoção popular foi amplamente divulgada, pois sua metodologia simplificada a transformou numa oração popular e de extrema relevância contra as heresias. Portanto, está argumentação contrapõe a compreensão popular de que Nossa

Senhora teria aparecido para São Domingos (Figura 1) e entregue a ele a oração mariana.

Segundo o historiador Lacordaire, a origem da oração está pautada nos versículos bíblicos, e

os chistãos tivessem o costume de, d'esta forma, voverem os seus corações para Maria, com tudo nada havia de regular e solemne no usso imemorial d'esta saudação. Os fiéis nunca se reuniam para a dirigir a sua dilecta protectora; cada um seguia para com ella o ompulso particular do seu amor. Dominfos que não desconhecia o poder da associação na oração. Julgou que seria útil applical-a á Saudação Angelica, e que o clamor universal de todo um povo reunido subiria até ao céu e teria grande poder. A própria brevidade das palavras do anjo exigia que fosse repetidas um certo número de vezes como essas aclamações uniformes que a gratidão das nações solta na passagem dos soberanos. Porém a repetição podia dar logar á distração do espírito. Domingos remediou isso distribuindo as saudações oraes em diferentes series ligando a cada uma d'ellas a memória d'um dos mysterios da nossa redempção que foram alternadamente para a bem-aventurada Virgem motivo de gozo, de dôr e de triumpho. D'esse modo a meditação interior unia-se á prece publica, e o povo, ao mesmo tempo que saudava a sua mãe e rainha, seguia-a no íntimo do seu coração em cada um dos dactos principaes da sua vida. Domingos formou uma confraria para melhor firmar a solenidade d'essa forma de supplica (LACORDAIRE, 1907, p. 82).

Entretanto, sendo o Rosário inspirado no texto bíblico ou sendo entregue por Maria a São Domingos, o importante é observar que a oração de Nossa Senhora do Rosário ficou conhecida, popularmente, em todo o mundo graças ao empenho dos frades dominicanos no processo de evangelização.

A Ordem dos Pregadores conservou e despertou a devoção do Rosário, cuja prática cresceu rapidamente e ganhou toda a Igreja com o Papa Alexandre VI em 1495. No ano de 1571, Nossa Senhora do Rosário foi declarada padroeira das conquistas espirituais, pois, sob sua proteção, a Liga Santa, formada pela República de Veneza, Reino de Espanha, Cavaleiros de Malta e Estados Pontíficos, teriam vencido a Batalha de Lepanto contra o Império Otomano. Ganhando um destaque considerável, a devoção mariana começou a inserir-se no processo de contrarreforma. Assim, o Papa Pio V, em 1569, instituiu a festa de Nossa Senhora do Rosário da Vitória, com a bula papal *Consueverunt Romani Pontifices*, na qual declarou:

O QUINTO PAPA: Pela memória perpétua da matéria.
Os Romanos Pontífices e os outros Padres da Areia, que os precederam, conspiraram contra nós, quando foram oprimidos com guerras corporais ou espirituais, ou foram assediados por outras tentações, para que eles pudessem escapar mais facilmente deles, e tendo obtiveram tranquilidade, eles podem fervorosamente fervorosos e silenciosos para Deus, e poupar

tempo para implorar ajuda divina, e implorar aos santos por súplicas, para extinguir o fogo com litanias, e levantar os homens com Davi para as montanhas, confiantes na esperança certa de que a ajuda viesse a eles dali.

§ 1. Guiado por seu exemplo e inspirado pelo Espírito Santo, como se crê piedosamente, o Beato Domingos, fundador da Ordem dos Frades Pregadores, (cuja infusão, e a regra quando efetuamos nos menores expressamente pregou *furnus*) para as crianças, com as quais agora a ocasião da época, pela qual os albigenses herdaram as partes dos gauleses, e a Itália foi grandemente assediada, e tantos foram cegados pelos *faeculanos*, que ficaram furiosos com os sacerdotes e clérigos do Senhor, que eram os mais amados, levantando os olhos para o céu, e a montanha de Gloriosa Virgem Maria, a Alma de Deus, com o *Nitricium*, porque ele esmagou a cabeça do *fuo tortuophus* e matou todos os seus herdeiros. , e pelo fruto de seu ventre, ele abençoou o mundo condenado pelo *lapfu* de seu primeiro pai, e do final do qual ele foi cortado por mãos humanas, aquela pedra que, perfurada por uma árvore, produziu as águas correntes das graças, refrescando minha alma enquanto era fácil e acessível a todos, e muito mais rezar, suplicar a Deus, o Rosário ou o saltério do mesmo *B. Maria*, a *Virgem* ao qual a mesma Santíssima Virgem com Saudação Angélica centenas e cinquenta vezes ao nome do Saltério Divino repetiu, & oração dominicana a cada décimo com certas meditações interpolou toda a vida do Senhor Jesus Cristo, venerado, idealizado pelo S.R.E. tendo recebido, os cristãos o agarraram, inflamados com orações, para que pudessem repentinamente sejam transformados em outros homens, para que o herdeiro das trevas seja remido e a luz da fé católica seja aberta;

§ 4. E a todos e aos Fiéis Crentes e de ambos os lados os Irmãos vinculados, através dos amados filhos dos modernos e por enquanto os Irmãos existentes da Ordem acima mencionada no passado, e tanto através deles como através de outras investidas do *Sacer*, também em outras *Ecclesias* ao filho amado, também *mo*. Por fim, e por enquanto, o Magnífico Geral da Ordem, ou o seu Vigário, enquanto estiver delegado, na Sociedade deste género, *fen Fratemitas* recebendo e deduzindo os *Rofarii*, *Ecclefiarum*, *Alcaria*, e Capelas deste género, animando-os, e não orar a Deus para que eles derramem a maneira mencionada de *Rofarii* para desfrutar, usar, possuir e desfrutar de todos os perdões, indulgências, indulgências, relaxamentos, privilégios e outros favores mencionados.

§ 5. E não às mesmas Confrarias, *fea* Congregações, por causa dos atribuídos àquela Confraria tem todas as coisas e belas oferendas e legados, *feu* oferendas, ou outro *qnovifimo*, cinco em *teftamento* cinco codicilos ou outra *vexima* ou entre os vivos deixados a eles , e desembolsou, quanto, quanto e de que espécie, mesmo uma nota *fi fpecial* digna de perceber, exigir, elevar e converter na confraria os mais piedosos ufos, mesmo do Ordinário de *Joci*, ou de qualquer outra pessoa , não perecerá de forma alguma sem a licença, livre e legalmente.

§ 6. É no espírito de cada um reunir o número fiel da confraria, o mais pronto e zeloso Morcego, da misericórdia do Deus Todo-Poderoso, e dos bem-aventurados Pedro e Paulo, os apóstolos, fiéis ao autor , você deu a todos e aos irmãos fugitivos antes de você através dos prados purificados, aqueles que são verdadeiramente iguais e os confessores que, na primeira vez em que foram batizados, receberam o *Excharifie Sacramentua* em alguma *Ecclesia*, ou a Capela de a referida Confraria, e recitaram a quinquagésima parte do *Rofarii*, e rezaram pela tranquilidade à Santa Madre *Ecclesie*, e não aqueles que, à beira da morte, refugiaram-se na penitência e viajaram pelo Sacramento que foram protegidos , graciosamente concedemos e concedemos plena indulgência e reparação no Senhor por todos os seus falsos pecados. Os quais, em verdade, na Ressurreição do Senhor Jesus Cristo, e da Anunciação, e da Assunção da bem-aventurada Maria, fumavam então o sacramento da eucaristia, e parte do Rosário, como é preferível, citaram, para dez anos, e tantos quarenta anos, os mesmos baldes para os co-irmãos, que no descanso do Senhor Jesus Cristo , & B. MARIAVIRGINIA

Nos últimos dias do precedente, em que as riquezas da traição de *Rosari* foram denunciadas, eles citaram uma das quinquagésimas falsidades de *Rosari*, e não todas as outras e todas as outras. Os fiéis cristãos, mesmo os que não são dos irmãos, que no processo do Rosário, e de alguma forma ele ajudou a fazê-lo, devem participar devotamente. Descansamos no Senhor

§ 7. Determinando os Irmãos, e os outros acima mencionados, a quem quer que sejam reclamados, e as cartas de fraude, ou evasão, ou nulidade, ou qualquer outro vício, ou intenção de não culpa, a serem notadas e acusadas! ser impugnado, e não ser compreensível a ninguém, pelas revogações, alterações, limitações, funções ou outras disposições contrárias dos favores do parente ou do parente; alimentado quantas vezes ele emana, quantas vezes ele é um padre e o pai mais poderoso, refletido, de novo, mesmo *fub* mais tarde dado pelos irmãos deputados *ipfos* para serem escolhidos *can ceffas*, e perpetuamente válidos e eficazes *effe*, e serão [...] Dado em Roma, junto a São Pedro, sob o anel de Pontifício, em 17 de setembro de 1569. Pontificado no ano 4. [Tradução nossa] (BULLARIUM, 1789, p. 305-306).

Como pode-se observar na carta do sumo pontífice, a devoção à Nossa Senhora do Rosário ganha enormes proporções, pois “seu culto tornou-se popular com a batalha de Lepanto, e sua fama, bem como a recitação do terço, foram intensamente divulgadas pelos dominicanos” (SCARANO, 1978, p.39), como uma ferramenta espiritual de combate às heresias. O rosário, portanto,

eram as seguintes as armas a que Domingos recorria contra a heresia e contra as calamidades da guerra: pregar através dos insultos, a controvérsia a paciência, a pobreza voluntária; para si mesmo uma vida dura, para os outros uma caridade sem limites, o dom dos milagres, e finalmente a promoção do culto da Virgem Santa pela instituição do Rosário (LACORDAIRE, 1907, p. 83).

Após a inspiração de São Domingos e a utilização da devoção como parte da catequese de recém-convertidos pelos dominicanos, a devoção do Rosário, foi

interrompida no século XIV, pela terrível peste que devastou a Europa, foi renovada no século seguinte por Alain de La Roche, dominicano bretão. Em 1573, o Soberano Pontífice Gregório XIII instituiu a festa que a Igreja inteira celebra todos os anos no primeiro domingo de outubro, sob a denominação de festa do Rosário, em memória da famosa batalha de Lepanto, ganha sobre os Turcos, sob um papa dominicano, no próprio dia em que as confrarias do Rosário fizeram procissões públicas em Roma e em todo o mundo *christão*.⁵ (LACORDAIRE, 1907, p. 83).

Assim, com a proposta do Papa Gregório XIII, ainda na segunda metade do século XV “os dominicanos alemães, temerosos das ameaças provocadas pela cisma

⁵ Veja-se sobre as origens do Rosário a dissertação do P. Mamachi, nos Annales de l'Ordre des Freres Precheurs, t.I, p. 16 e seguintes. Os Bollandistas haviam posto em dúvida se foi realmente S. Domingos o autor do Rosário; Mamachi mostra os documentos que, além da tradição constante, mante em o santo patriarca na posse d'essa honra (LACORDAIRE, 1907, p. 83).

precursora da Reforma Protestante, decidiram revigorar a devoção revelada a Domingos de Gusmão” (SOUSA, 1977, p. 353-354 *apud* REGINALDO, 2009, p. 303), fundando “em 1475 a primeira confraria do Rosário [...] em Colônia, na Alemanha”.

No final do século XV, a devoção chegaria em todo o território português e estaria associada a uma classificação de cor entre as comunidades africanas de cativos e libertos, como se verá detalhadamente a seguir.

1.2.1 A devoção negra em Portugal, África e no Brasil

O surgimento da devoção a Nossa Senhora do Rosário entre pardos e negros escravizados tem algumas problemáticas a serem consideradas. A primeira é relacionada às diferentes origens da devoção mariana nas comunidades negras, defendidas por diferentes autores, mostrando sempre que a origem da devoção à Nossa Senhora do Rosário nas comunidades negra e parda é bastante dinâmica, isto é, a adoção dessa devoção pela comunidade negra cativa e liberta possui diferentes origens e cada uma delas tem sua importância e relevância na construção histórica de uma identidade afrocatólica. A segunda relaciona-se à inculturação e aplicação de uma religião oficial no território brasileiro. Desse modo, a história da origem dessa devoção em território português associa-se à comunidade africana e é dividida em quatro momentos: o surgimento da devoção na Metrópole; a propagação na África; os africanos em Portugal; e a chegada da devoção na América portuguesa.

1.2.2 O surgimento da devoção na Metrópole

O aparecimento da devoção à Virgem do Rosário aconteceu em território português no século XV e estaria entrelaçado ao projeto de expansão marítima. Após a expulsão dos mouros⁶, ou seja, dos chamados infiéis da península Ibérica, Portugal possuía condições favoráveis para criar um projeto de expansão que, porventura, mudaria, consideravelmente, suas relações políticas, culturais, econômicas e

⁶ Como marco inicial, apontamos a conquista de Ceuta, em 1415. Tomada dos mouros, Ceuta serviu como incentivo inicial à marcha lusa. A tomada de Ceuta pode ser considerada como o estopim para a definitiva formação da cultura marítima portuguesa, pois os portugueses passaram a ser um povo de marinheiros, sendo que o objetivo maior das conquistas se refletiu no sentimento individual das pessoas e, a partir daí, o povo “[...] desviado dos hábitos hereditários, que o prendia à terra, adquiriu uma índole aventureira, cosmopolita, disposta aos riscos pelo imediato lucro, de preferência à obstinação no trabalho, de lento mas seguro resultado [...]” (BORGES; COSTA; MENEZES; 2015, p. 47).

religiosas com o mundo. O reino português, nesse período, estava sendo comandado pela casa de Avis. Após a morte do monarca Dom João II (1455-1495), assumiu o trono seu primo, Dom Manuel I (1469-1521), dando continuidade à política de expansão marítima. O principal objetivo desse empreendimento seria criar rotas para a Índia, pois o reino estaria sofrendo da “escassez de cereais, a falta do ouro e, ainda, a necessidade de aumentar as áreas para pesca” (BORGES; COSTA; MENEZES, 2015, p.47).

Figura 2: Igreja de N. S. do Rosário do Mosteiro de S. Domingos, em Lisboa.



Fonte: Paróquia São Domingos de Benfica. (Lisboa)

A devoção à Nossa Senhora do Rosário surge, então, numa pequena igreja de mesmo nome, anexa ao convento de São Domingos⁷, em Lisboa, capital do reino (Figura 2).

⁷ O Mosteiro de São Domingos de Lisboa era masculino e pertencia à Ordem dos Pregadores (Dominicanos). Foi fundado em 1241, por D. Sancho II, no campo da Corredoura, arrabalde da cidade de Lisboa. A sua construção terminou em 1259. Em 1271, por testamento de D. Afonso III, foi dotado de numerosas terras, a Norte, a Nascente e a Sul. A parte Sul, conhecida por Horta dos Frades, por negociações encetadas, antes de 1492, entre D. João II e o Prior de São Domingos, mais tarde foi integrada no património régio para construção do Hospital Real de Todos os Santos. Em 1506, por ocasião do motim de cristãos-novos de Lisboa, e tendo D. Manuel responsabilizado os frades dominicanos pela rebelião, a comunidade foi expulsa do mosteiro. O edifício, desabitado durante cerca

O aparecimento dessa devoção aconteceu em 1490, segundo consta na dissertação de mestrado da pesquisadora Maristela dos Santos Simão. A razão do aparecimento dessa devoção em território português seria porque, nesse ano, todo povo português recorreu “à intercessão da Virgem, por ocasião da peste” (TINHORÃO, 1988, p. 140 *apud* SIMÃO, 2010, p. 29), que teria assolado todo território. Com isso, “levantaram, uma capela com grande aparato”. Após esse acontecimento, a devoção à Nossa Senhora do Rosário alcançou significativa popularidade, tendo inúmeras igrejas sido construídas sob essa invocação devocional. Segundo a historiadora Lucilene Reginaldo, com o surgimento da primeira Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Lisboa, houve a criação de outra irmandade da mesma denominação em Évora, sendo que “as primeiras notícias desta irmandade datam do início do século XVI” (REGINALDO, 2016, p.127). Em seguida, houve a criação da irmandade e “em diversas outras localidades do Alentejo também foram criadas irmandades de negros”, sendo “Alcácer do Sal, Setúbal, Vila Viçosa, Grândola, Montemor-o-Novo, Estremoz e Elvas” (Figura 3) as mais antigas conhecidas, uma vez que, “em meados do século XVIII, as confrarias católicas estavam espalhadas por todo território português” (REGINALDO, 2016, p. 130).

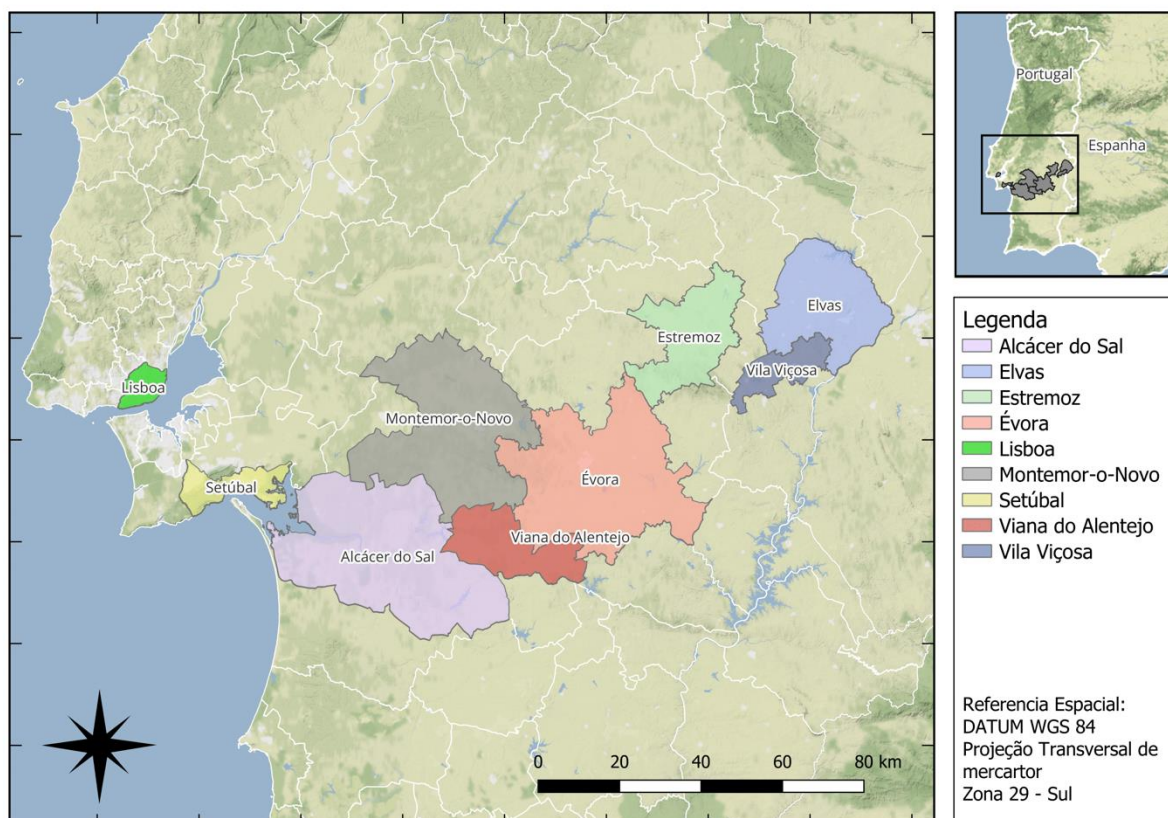
Desse modo, segundo um historiador português que faz uma ampla pesquisa sobre as irmandades do Rosário em Portugal,

As organizações confraternais que surgiram ao longo do território português durante a Época Moderna resultaram de fenómeno semelhante nascido na maioria das vilas e cidades do país na Época Medieval. O mesmo esteve estreitamente ligado ao desenvolvimento urbano e correspondeu às necessidades de identificação, proteção e convivalidade dos seus habitantes, originando um “parentesco artificial” entre os seus membros (confratres) que substituíam, nesses locais populosos, as redes de solidariedade familiar prevaletentes no meio rural, de onde a maioria provinha. Permitiam igualmente o exercício da beneficência para com os pobres, ação inerente ao próprio Cristianismo, insistentemente defendida

de meio ano e deteriorado pelo desgaste de sucessivas cheias (1343, 1384 e 1488), após o regresso dos frades, sofreu obras de construção, empreendidas por D. Manuel, com vista à construção de um segundo piso. Fortemente atingido pelo tremor de terra de Lisboa em 26 de janeiro de 1531, sofreu grandes prejuízos e entrou novamente em obras, que se prolongaram até 1566. [...] Ligadas às capelas da igreja do convento, foram fundadas ao longo da Idade Média diversas irmandades e confrarias. A capela do Senhor Jesus teve anexas a Irmandade do Senhor Jesus, instituída no reinado de D. João I (na sequência do breve “*Nuper in Concílio Lugdunensi*” de Gregório X datado de 20 de setembro de 1274) e a Confraria do Santo Nome de Deus, instituída em 1500 e confirmada por Gregório XIII pela bula “*Alias per foelicis recordationis papam Pium Quartum*”. **A capela da Senhora do Rosário teve a sua irmandade aprovada, por Sisto IV, em 1479.** Na capela de São Jorge dos Ingleses existiu, ainda, a Irmandade de Santa Cruz e Santo André dos Borguinhões (1414). ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO. Mosteiro de São Domingos de Lisboa. Lisboa. Disponível em: <<https://digital.arquivos.pt/details?id=1457992>>. Acesso em: 13.mai.2020.

pela Igreja. Estas organizações, embora nascidas da vontade dos seus membros (apesar de frequentemente ser um clérigo, um abastado proprietário ou mercador, ou um nobre a tomar a iniciativa) e independentes das autoridades eclesiásticas (bem como dos poderes laicos), funcionavam sob a invocação de um santo, de Nossa Senhora ou da própria divindade, a que prestavam culto. **As confrarias mais antigas que se conhecem no país remontam aos séculos XII e XIII** (FONSECA, 2016, p.11-12, [grifo nosso]).

Figura 3: Regiões portuguesas onde foram fundadas Irmandades do Rosário.



Fonte: Autor, 2023.

No momento em que essas famílias artificiais iam se institucionalizando, os compromissos eram elaborados a partir de critérios estipulados pelos próprios membros, como aconteceu no

Estatuto da Irmandade e confraria de N^a. S^a. do Rosário da Sé de Faro estabelecia uma distinção clara entre os dois conceitos: “Primeiramente se entenda que esta confraria é juntamente irmandade e que confrade pode ser qualquer pessoa cativa ou livre (...). Mas os irmãos (...) havendo de servir não serão cativos, mas livres (...) posto que sejam pretos, nascidos ou criados nestes reinos (...). Os quais irmãos estarão escritos em um livro apartados dos que não são mais que confrades (...) e (...) destes somente se hão de eleger os oficiais para servirem na mesa (26) (FONSECA, 2016, p. 16-17).

Diante dessas realidades organizacionais, cada irmandade possuía, segundo Laurinda Abreu,

a possibilidade de uma participação social a dois níveis distintos: um mais institucional, que pressupunha responsabilidades administrativas (a irmandade) e outro mais informal (...) (a confraria) requerendo apenas a comunhão dos mesmos ideais caritativos e religiosos e predisposição para atuar de acordo com eles (FONSECA, 2016, p. 18-19).

Na metrópole, tais distinções vão surgindo cada vez mais enraizadas e as Igrejas e Irmandades vão se formando considerando a classificação social e o fenótipo da cor de pele, resultando numa separação enraizada e distinta.

1.2.3 A propagação na África

A devoção ao Rosário no continente africano surgiu a partir do processo de evangelização cristã da África. No capítulo “A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo” do livro “História Geral da África”, Harris argumenta que

[...] a tomada de Ceuta pelos portugueses, em 1415, inaugurou a era da penetração europeia no continente africano. Em 1435, os portugueses alcançaram o Senegal e, em 1483, o Congo. A partir de 1441, houve deportações de africanos para Lisboa, marcando assim o prelúdio da imigração forçada de africanos, ou seja, do tráfico negreiro que continuaria até a época moderna. De fato, avalia-se que entre os anos de 1450 e 1500, Portugal exportou entre setecentos e novecentos escravos africanos por ano. Segundo as estimativas, aproximadamente cem mil escravos estavam presentes, no início do século XVII, em Portugal e na Ilhas Madeiras, sob domínio português. Em 1468, a Coroa Portuguesa instaurou um sistema de contratos, equivalente ao *asiento* espanhol (monopólio), sobre o comércio de escravos no sul do Rio Senegal (HARRIS, 2010, p. 135-136).

Nesse sentido, sendo o principal objetivo de a Coroa chegar às Índias, foi necessário criar rotas e novos pontos de parada, estrategicamente definidos. Por isso, o contato com os africanos era extremamente necessário. Um importante meio de contato entre portugueses e africanos era a religião, uma vez que “foi um dos principais mediadores desse ‘diálogo de surdos’” (REGINALDO, 2005, p.16). Diante disso, “a aceitação da “amizade” dos reis de Portugal” perante as autoridades africanas “supunha o reconhecimento de uma nova religião com novas práticas e novos ritos”, que, em consequência, traria inúmeras vantagens, tanto políticas quanto econômicas.

No ano de 1485, o fidalgo navegador Diogo Cão (1440-1486) chegou ao Reino do Congo⁸ com a missão de criar relações amigáveis entre as autoridades locais e, assim, garantir negócios rentáveis ao reino de Portugal. Diogo Cão tinha a orientação de “não incitar nem provocar aquelas gentes, mas com toda a atenção e com agradáveis palavras, conduzir os ânimos daquelas pessoas a acreditar na fé de Cristo e a fazer amizade com o seu Rei” (REGINALDO, 2005, p. 15). O navegador retornou à Lisboa “levando consigo alguns negros que tinham entrado com segurança nos navios para verem as novidades das coisas”. Chegando na capital da Coroa, os congueses foram educados nos “artigos da Santa Fé, nos costumes e na língua” e ao retornarem para África, “vestidos de dignos fatos”, como os portugueses, foram capazes de estabelecer o “início de uma série de eventos decisivos para a conversão dos soberanos do Congo ao catolicismo” (REGINALDO, 2005, p.16)⁹.

Posteriormente, em 1576, o continente africano ganharia sua primeira fundação urbana europeia, a Vila da São Paulo de Assunção de Luanda, criando desse modo um verdadeiro Circuito Comercial Atlântico. A fundação da vila foi elemento “estratégico para os objetivos da coroa portuguesa na região. A excelente localização geográfica oferecia a necessária segurança para o futuro centro político-administrativo

⁸ “A Relação do Reino do Congo escrita por Rui de Pina é um dos mais preciosos documentos sobre os primeiros contatos entre portugueses e congueses. Foi redigida em 1492, logo após o retorno de Rui de Souza ao reino, por ordem do Rei de Portugal. Esta relação trata especialmente da expedição de Rui de Souza e dos fatos relacionados com a conversão dos soberanos do Congo ao catolicismo. Apesar dos filtros culturais, filosóficos e religiosos, os documentos registram pormenores importantes da cultura e organização social do Congo. Esse particular explica a importância atribuída a este registro pelos estudos mais recentes sobre a história do catolicismo na África Central” (REGINALDO, 2005, nota n.4, p. 16).

⁹ A historiadora Lucilene Reginaldo defende em sua tese que o Branco Europeu, para o africano, seria uma divindade que retornou: “O olhar obtuso do cronista capta, por vezes, lances fundamentais para a compreensão da cultura centro-africana”. Segundo a crônica de Rui de Souza, os retornados foram muito festejados e recebidos ‘como se fossem todos mortos e ressuscitados’. Essa calorosa recepção tinha um significado profundo à luz da cosmologia *bakongo*. Para a maioria dos povos da África Central, o oceano também significava a linha divisória, ou a ‘superfície’, que separava o mundo dos vivos daquele dos mortos, portanto, atravessar a *kalunga* – o oceano – significava ‘morrer’, se a pessoa vinha da vida, ou ‘renascer’, se o movimento fosse no outro sentido. Ainda nessa cosmovisão, a cor branca simbolizava a morte, uma vez que os homens eram pretos e os espíritos brancos. Desse modo, foi fácil para os *bakongo* identificar a terra dos brancos, Mputu, como a dos mortos. Nesse sentido, o efeito psicológico da chegada dos portugueses foi estupendo. Os brancos portugueses, vindos do mar, aparelhados de coisas nunca vistas e cuja eficácia foi logo comprovada, ofereciam insistentemente sua orientação na iniciação desse culto, que parecia ser mais poderoso dos que os até então conhecidos. Após ouvir os relatos maravilhosos dos homens que conheceram o mundo dos ‘espíritos brancos’, e vangloriar-se dos presentes recebidos de além-mar, o Mani Congo decidiu enviar uma embaixada ao Rei de Portugal para manifestar sua disposição em aceitar a nova religião. Juntamente com os presentes que encaminhava a D. João II, solicitava o envio de religiosos, artesãos, carpinteiros, mestres de pedraria, trabalhadores da terra, animais de tração, pastores, etc. Enfim, o Mani Congo estava disposto não apenas a aceitar a religião dos portugueses, mas também em obter acesso às inúmeras maravilhas tecnológicas dos homens brancos (REGINALDO, 2005, p.16-17).

e militar da conquista” (REGINALDO, 2016, p.139). Além disso, a região tinha “ótimas condições proporcionadas pelo seu porto natural, e a posição privilegiada para o movimento de penetração pelo interior, através do rio Kuanza” (REGINALDO, 2005, p.29). O local garantia, ainda, o “fornecimento e o tráfico atlântico de escravos, bem como o acesso às lendárias minas de prata de Cambambe” (REGINALDO, 2016, p.139).

A expansão do catolicismo na África está associada à expansão territorial e ultra marítima da Coroa portuguesa através do Padroado régio¹⁰. Isso se deu pelo processo de inculturação da fé católica, ou seja, como observado anteriormente, a religião seria uma importante ferramenta para comunicação e doutrinação na cultura africana, tendo como principais interlocutores os missionários de quatro importantes ordens religiosas, que “tiveram um maior peso no movimento de propagação do catolicismo na África Central” (REGINALDO, 2005, p.22). Sendo assim, a primazia desse processo “coube aos soldados da Companhia de Jesus, seguidos pelos terceiros franciscanos, carmelitas descalços e capuchinhos” (REGINALDO, 2005, p.22).

Contudo, jesuítas e capuchinos foram “os principais responsáveis pela penetração missionária na África Central” (REGINALDO, 2005, p.22), com total apoio e financiamento da monarquia portuguesa. Conseqüentemente, ambos são responsáveis pela catequização e ensinamento de toda a doutrina cristã na região. Nesse contexto, a utilização de irmandades pode ser vista como ambientes de controle e catequização para os portugueses, ou ambientes de resquílios de liberdade e manifestação cultural afrocatólica para os negros, chegando ao ponto de muitas irmandades juntarem dinheiro dos irmãos para comprar alforrias aos irmãos

¹⁰ “Padroado: Geralmente, significa direito de protetor, adquirido por quem fundou ou dotou uma igreja. Direito de conferir benefícios eclesiásticos. Nos textos historiográficos, o termo Padroado se refere ao direito de autoridade da Coroa Portuguesa a Igreja Católica, nos territórios de domínio Lusitano. Esse direito do Padroado consistiu na delegação de poderes ao Rei de Portugal, concedida pelos Papas, em forma de diversas bulas papais, uma das quais uniu perpetuamente a Coroa Portuguesa à Ordem de Cristo, em 30 de dezembro de 1551. A partir de então, no Reino Português, o Rei passou a ser também o patrono e protetor da Igreja, com as seguintes obrigações e deveres: a) Zelar pelas Leis da Igreja; b) Enviar missionários evangelizadores para as terras descobertas; c) Sustentar a Igreja nestas terras. O Rei tinha também direitos do Padroado, que eram: a) Arrecadar dízimos (poder econômico); b) Apresentar os candidatos aos postos eclesiásticos, sobretudo bispos, o que lhe dava um poder político muito grande, pois, nesse caso, os bispos ficavam submetidos a ele [...] Para a Igreja Católica, o equilíbrio para esse poder real era dado pela existência da Propaganda Fide, diretamente ligada à Santa Sé. Assim, muitos religiosos vinham para a Colônia por intermédio da Propaganda Fide” (CASIMIRO, s/d.).

escravizados. Sendo uma relação bem dinâmica, para a coroa e a Igreja as irmandades têm uma finalidade, e para comunidade Negra poderia ter outra.

A primeira irmandade mariana dedicada à devoção do Rosário a ser fundada no continente africano, segundo registros encontrados, surgiu no ano de 1526, em São Tomé e, a partir daí, se espalhou por todo o território africano (Tabela 1).

Tabela 1: Irmandades do Rosário em África.

| Irmandades | Local | Data/Registro Documentais |
|---|----------------------------|----------------------------------|
| Confraria do Rosário | Luanda | 1701 |
| Irmandade do Rosário | Luanda | 1728 |
| Irmandade do Rosário | Matriz de Cambembe, Angola | 1784 |
| Confraria da Virgem Nossa Senhora do Rosário | Ilha de Moçambique | 1662 |
| Irmandade de Nossa Senhora do Rosário | Serra, Moçambique | 1577 |
| Irmandade Rosário de Nossa Senhora | Ilha do Príncipe | Séc. XVIII |
| Irmandade Nossa Senhora do Rosário | São Tomé | 1526 |

Fonte: SIMÃO, 2010. p.36.

Os esforços de traduzir a mensagem cristã para os idiomas locais “estiveram longe de constituir uma abertura à cultura do outro. O interesse maior era a difusão da mensagem cristã e, por conseguinte, da cultura europeia dominante” (REGINALDO, 2005, p.23). Além de criar laços comerciais, a proposta de ter uma “conformação das línguas nativas num sistema linguístico coerente, tendo por base a gramática latina era, por si só, um ato de poder” (REGINALDO, 2005, p.23) e dominação cultural.

Além da dominação cultural-religiosa, a coroa portuguesa estava interessada em comandar o comércio de metais preciosos e o tráfico de escravos. Os negros escravizados “costumavam trabalhar nas minas, nas explorações agrícolas ou na construção; eram soldados, guardas, serviçais domésticos, correios, lenhadores, operários nas fábricas e, no caso das mulheres, concubinas” (HARRIS, 2010, p.136), sendo a mão de obra servil africana considerada a principal força de trabalho na metrópole portuguesa e nas colônias, movimentando um grande sistema econômico de produção e transporte.

A partir dos primeiros anos de contato dos portugueses com a África, “inúmeros africanos foram levados a Portugal para serem instruídos na fé, na cultura e nas

línguas ocidentais. Alguns desembarcaram em Lisboa como homens livres” (REGINALDO, 2009, p.291), e outros como escravos. Assim, “desde 1512, Lisboa foi o único porto do reino onde era permitido o desembarque de cativos” (REGINALDO, 2005, p.43). Num primeiro momento, os africanos foram “identificados como gentios, ou seja, povos pagãos, seguidores da ‘lei natural’ que viviam, portanto, no erro e na superstição” (REGINALDO, 2009, p. 291), por isso era dever do português cristão educá-los, num “movimento de expansão do catolicismo” (REGINALDO, 2009, p. 291), sendo instruído inclusive na Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia.

1.2.4 Os africanos em Portugal

Desse modo, “Lisboa ‘não era só a maior das cidades, mas também a maior das concentrações de escravos em todo Reino” (REGINALDO, 2005, p.44), chegando a ter 10% de escravos africanos no total de sua população, em 1551. Isto posto, a irmandade do Rosário, criada no convento de São Domingos, em Lisboa, serviu de inspiração para o aparecimento de inúmeras outras irmandades negras da mesma devoção.

O aparecimento de tais irmandades de negros “expressa o crescimento dessa população em Portugal” (REGINALDO, 2009, p.297), o que significa que a cidade de Lisboa influenciou muito na divulgação dessa devoção, pois era a “capital política e administrativa e principal porto português” (REGINALDO, 2016, p.126). Com “a chegada, em números cada vez mais expressivos, de africanos nas terras portuguesas [...], aos poucos, o culto ao Rosário foi sendo identificado com a população de origem africana, escravos e libertos” (SIMÃO, 2010, p.29). Além disso, a propagação da devoção à Nossa Senhora do Rosário estaria relacionada também ao processo de expansão ultra marítima, tráfico de escravos e a evangelização.

Outro fenômeno que poderia ser considerado com relação à popularidade da devoção ao Rosário na comunidade negra seria a relação que acontece através da convivência e prática da fé entre as irmandades, como bem esclarece a historiadora Lucilene Reginaldo, ao destacar que

[...] a primeira irmandade de negros de Lisboa foi instituída na Igreja do Convento de São Domingos. Provavelmente, desde o final do século XV, havia neste convento uma irmandade de N. S. do Rosário, instituída por pessoas brancas. A partir do século XVI, paulatinamente, os negros foram ingressando em número cada vez maior na instituição. Como consequência

dos novos ingressos, em 1551, a Confraria do Rosário do Convento de São Domingos estava repartida em duas, uma de pessoas honradas, e outra dos pretos forros e escravos de Lisboa (REGINALDO, 2005, p.47).

A separação entre a irmandade do Rosário de “irmãos brancos” e dos “irmãos pretos” aconteceu por causa de inúmeros conflitos, “chegando a envolver os superiores do convento e até o Papa” (LAHON, 1999, p. 61-62 *apud* REGINALDO, 2009, p. 296), resultando na expulsão da irmandade dos negros da Igreja dos dominicanos no fim do século XVI. Porém, “em 1565, os irmãos negros tiveram seu primeiro compromisso aprovado pela autoridade régia” (REGINALDO, 2009, p.296), sendo necessária a construção de um templo exclusivo para os negros devotos a Nossa Senhora do Rosário.

Levando em consideração todo o processo de escravização, pode-se afirmar que a participação dos negros escravizados em uma irmandade era vantajosa, pois, além dos benefícios espirituais, os negros também podiam obter certos privilégios civis participando delas. Segundo Maria Ângela Beirante, a Irmandade era um dos “meios ‘de afirmação do poder por parte da oligarquia urbana’. Por isso, o ingresso nestas organizações podia constituir, para muita gente, uma etapa no processo de promoção social.” (FONSECA, 2016, p.12).

Assim sendo, “a conquista de alguns privilégios régios permitiu que as confrarias de negros em Portugal se tornassem para seus irmãos escravos, um lugar de proteção e apoio jurídico, podendo sujeitar as suas causas ao Desembargo do Paço” (REGINALDO, 2009, p.300). Em certos casos a Irmandade chegava a arrecadar fundos para compra de alguns negros escravizados por conta de maus tratos. Nesse sentido, o irmão que estava associado a uma irmandade buscava ainda a “proteção divina, o auxílio nos momentos difíceis da vida, a garantia de um funeral cristão e a multiplicação dos tempos de sociabilidade” (REGINALDO, 2005, p. 51).

Uma característica importante na criação das irmandades do Rosário seria “a classificação de «cor», como quesito importante na organização [...], [o que] certamente adveio com o crescimento do número de africanos no Reino e sua entrada na cristandade” (REGINALDO, 2016, p. 128).

Logo, o rosário, utilizado pelos missionários como instrumento de catequização a partir de uma oração simples, conquistou o gosto popular das pessoas e a devoção à Nossa Senhora do Rosário atraiu fortemente a comunidade negra. Em contrapartida, as irmandades lusitanas possuíam “diversos [...] critérios de pertença [que] podiam

estar baseados na hierarquia do antigo regime, em vínculos corporativos ou de afinidade profissional, no gênero, ou ainda, na origem nacional” (REGINALDO, 2009, p. 297). Entretanto, a classificação de cor foi um dos critérios mais evidentes para admissão, pois pardos e negros não poderiam, de forma alguma, ser admitidos em irmandades lusitanas, simplesmente por causa da cor; poderiam somente ser admitidos em irmandades específicas, como a Irmandade própria do Rosário.

1.2.5 A chegada da devoção na América portuguesa

A política de expansão ultra marítima do Império português fez com que, além da Península-Ibérica e a África, a devoção do rosário se espalhasse por toda a América portuguesa. Os monarcas D. João II (1455-1495) e D. Manuel (1481-1521) levaram Portugal a “grandes viagens e descobertas marítimas” (COELHO, 2000, p.69), nas quais foram protagonistas

Bartolomeu Dias que [...] verificou a ligação do Atlântico e do Índico; [...] Cristóvão Colombo que ligou permanentemente a Europa, ávida de ouro e prata, a um novo continente, a América; [...] Vasco da Gama que duradouramente uniu pelos oceanos e pelas naus da pimenta o Ocidente ao Oriente; [...] Pedro Álvares Cabral que ligou Lisboa e a Europa ao Atlântico Sul; [...] Fernão de Magalhães que, pela primeira vez, circumnavegou a Terra (COELHO, 2000, p.69).

Esses protagonistas levaram a Coroa portuguesa a criar dinâmicas de relações tanto na África, quanto no continente americano, conhecido como o “Novo Mundo”, que mudaria consideravelmente com a chegada de Cabral.

Segundo relato do escrivão Pero Vaz de Caminha (1450-1500), que estando na nau de Cabral, no dia 22 de abril de 1500, relatou que “a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz” (CAMINHA, 1500, p.1). O relato remonta a ‘primeira vez’¹¹ que os portugueses vieram

¹¹ Não se sabe ao certo quem foi o primeiro europeu a pôr os pés no Brasil. Alguns estudiosos franceses chegaram a sustentar que tal pioneiro teria sido seu compatriota Jean de Cousin, hipoteticamente desembarcado na Amazônia em 1488, mas isso é bastante improvável. Outra versão, baseada nos apontamentos de Américo Vespúcio (1464-1512), é do parecer que o barco espanhol Alonso de Ojeda (1466-1526) atingiu terras sob o 5° paralelo de latitude sul, quiçá na costa do Rio Grande do Norte. Um terceiro possível “descobridor” seria o também espanhol Vicente Yáñez Pizon (1462-1514), que teria

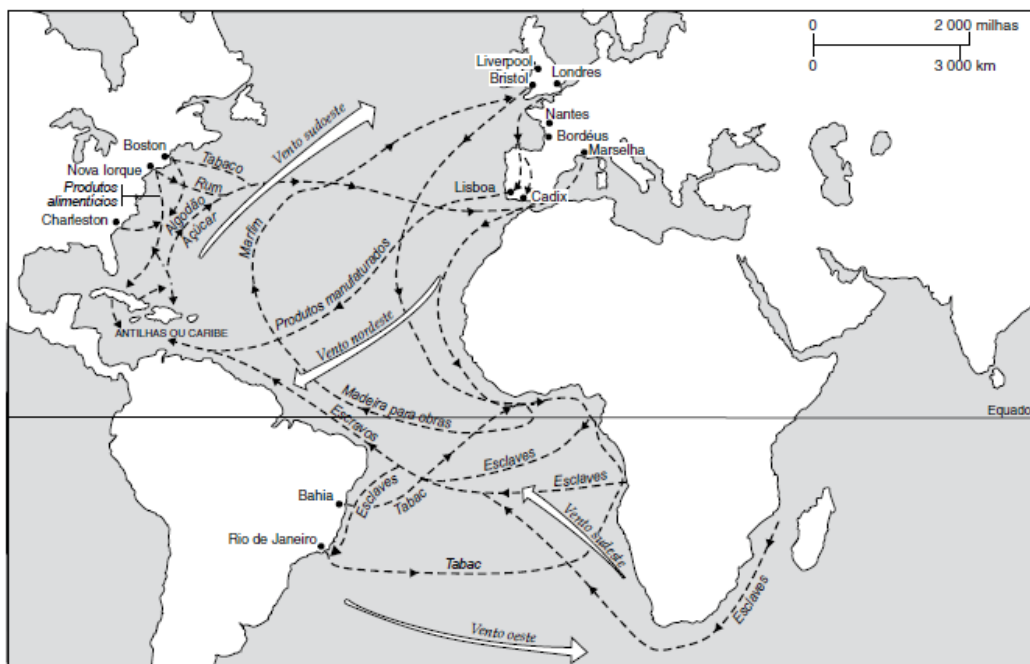
ao Brasil e assim estabeleceram contato. A recém achada terra de Vera Cruz, que os primeiros colonos avistaram, foi o litoral sul da Bahia. No ano de 1501, o rei de Portugal enviou “ao Brasil a expedição de Gonçalo Coelho (1451-1512)” (VIEIRA, 2016, p.12), com o intuito de conhecer e explorar o litoral do país recém encontrado.

No primeiro momento houve certo desinteresse por parte da Coroa Portuguesa pelo Brasil, pois a terra “não continha nada que fosse de interesse, a não ser certa quantidade de pau-brasil” (VIEIRA, 2016, p.12). Porém, o território “suscitou cobiças em outros europeus, sobretudo entre os franceses, que passaram a contrabandear a madeira do Brasil” (VIEIRA, 2016, p. 13). A partir desse momento, Dom João III (1502-1557), buscou, de forma diplomática, resolver a situação com a França. O “comportamento [...] daquele país não mudou” e assim, em 1526, “o rei decidiu enviar ao Brasil uma nova expedição comandada por Cristóvão Jacques (1480-1530?)” com o intuito de patrulhar todo o litoral do Brasil.

Depois de constatar o fracasso da política de exploração e patrulhamento até então em vigor, Dom João III, em 1530, enviou para a América portuguesa Martim Afonso de Sousa (ca.1490-1564), com a finalidade de dar “início à ocupação sistemática, [...] à criação de núcleos regulares de povoação, além de reconhecer o território e expulsar os estrangeiros intrusos” (VIEIRA, 2016, p. 13). Martim Afonso, ao combater “os franceses na costa [...] foi nomeado donatário da capitania de São Vicente”. Ele fundou, em 22 de maio de 1532, “a primeira cidade portuguesa do Brasil, que se chamou de São Vicente”. Entre os anos de 1534 e 1536, Dom João III dividiu “o território brasileiro em 15 capitanias hereditárias, entregues a 12 nobres ou pessoas de sua confiança”. Entretanto, somente as capitanias de São Vicente e de Pernambuco conseguiram atingir o desenvolvimento esperado. Somente a partir de 1538 iniciou-se o processo de “escravização de negros africanos” (VIEIRA, 2016, p.13) na América portuguesa.

chegado ou ao Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, ou à Ponta do Mucuripe no Ceará, aos 26 de fevereiro de 1500. Certo é que nenhum deles tomou posse efetiva da nova terra, nem teve qualquer influência na sua história sucessiva. Por isso, o personagem que de fato determinou o início da história brasileira foi o português Pedro Álvares Cabral (1467-1520). O “achado” foi registrado na carta de Pero Vaz de Caminha (1450-1500), escrivão da armada, que, além de descrever a “descoberta”, falou de um grupo de índios que viu, “sem nenhuma coisa que lhes cobrissem suas vergonhas”, explicando que “a inocência dessa gente é tal, que a de Adão não seria maior” (VIEIRA, 2016, p.11).

Figura 4: Comércio atlântico de escravos no século XVIII e início do século XIX.



Fonte: ALLAN, 2010, p.94.

Em 1548, o rei decidiu “instituir o governo-geral do Brasil, com um centro administrativo na Bahia” (VIEIRA, 2016, p. 13), para facilitar a “comunicação entre os donatários” e a Coroa e, por isso, em 1549, aconteceu a fundação da primeira freguesia de São Salvador da Sé que, a partir de então, tornar-se-ia um importante centro político e comercial da América Portuguesa. Com a aplicação da política de povoamento, cada vez mais portugueses chegavam ao Brasil, juntamente com os africanos escravizados, que serviam de força motriz na exploração do território recém encontrado. Assim, com o aumento da exploração de pau-brasil e o início da plantação de cana-de-açúcar, cada vez mais escravos desembarcavam no principal porto da colônia. Isso significava o fomento e o crescimento do tráfico de escravos entre a península Ibérica, África e América (Figura 4).

O surgimento das primeiras irmandades negras no Brasil, segundo Caio Boschi, data de 1552, ano em que se tem notícia acerca do surgimento dessas agremiações na América portuguesa.

Estavam sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário e foram erigidas na capitania de Pernambuco. Sendo agremiações compostas por “gente de cor”, a essas confrarias se somaram as de São Benedito, São Elesbão e Santa Efigênia, igualmente evocados pelas populações negras (BOSCHI, 2019, p. 213).

Torna-se evidente que a devoção ao Rosário acompanhou os portugueses e os negros na chegada à América e espalhou-se por todas as capitanias do novo mundo. Nesse sentido, a política de exploração de recursos da colônia fez com que a coroa utilizasse as irmandades como instituições que “funcionavam como eficiente fator de equilíbrio social” (BOSCHI, 2019, p.215), isto é, “o sistema colonial hierarquizava as confrarias, mas não fazia distinção formal entre religiosidade popular e religiosidade da elite” (BOSCHI, 2019, p. 215). Assim dizendo, “no Brasil colonial, por um lado, as confrarias foram mecanismos de controle social, de outro - se não o único -, o mais consistente meio de inserção de negros e mestiços no processo de interação social” (BOSCHI, 2019, p.215) na vida da colônia.

Quase cem anos após o surgimento da primeira irmandade na Capitania de Pernambuco, tem-se, na Capitania de São Vicente, em 1651, o registro da construção da primeira igreja da Irmandade do Rosário na Vila do Porto de Santos. Em suma, essa devoção começou a alastrar-se por toda a capitania e, no século XIX, segundo registro do “almanaque da Província de São Paulo para 1873, havia nas cidades paulistas pelo menos 31 irmandades dedicadas à Nossa Senhora do Rosário” (CYMBALISTA, 2001, p.40). Esse fenômeno revela que “para os negros, [...] as irmandades facultavam-lhes a identidade coletiva, possibilitando-lhes sair das franjas e da exclusão sociais, conferindo-lhes um nível, mínimo que fosse, de distinção social” (BOSCHI, 2019, p.215), fazendo com que fossem minimamente inseridos na sociedade da época. Um outro fenômeno a ser observado é que, caso em alguma parte do território houvesse mão de obra negra escrava, para os trabalhos na lavoura, na casa grande e no centro do núcleo urbano deverá ter próximo à igreja matriz uma outra igreja de características inferiores às da igreja principal pertencente à comunidade negra sob a devoção de Nossa Senhora do Rosário.

Buscou-se apresentar quatro momentos fundamentais para a compreensão de uma identidade afrocatólica sob a devoção e criação de irmandades do Rosário. No entanto, sendo a irmandade uma instituição eclesiástica, Leonara Lacerda Delfino, em sua tese de doutorado “*O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica.*”, define quais as funções e vantagens de uma irmandade negra nas colônias portuguesas da seguinte forma:

As irmandades constituíam-se em associações religiosas cujos leigos se reuniam em torno de uma devoção ou orago. Suas regras de funcionamento e gestão estavam regulamentadas em um **estatuto ou compromisso**. Por este regimento se estabeleciam os **critérios de admissão**, os valores a serem pagos pela entrada, anuidades, esmolas aos santos, como também as normas para **eleger a mesa diretora**, responsável por administrar os assuntos cotidianos da confraria. Suas principais finalidades consistiam em **promover o culto** público devocional e a **assistência material e espiritual aos “irmãos vivos e defuntos.”** A legalidade dessas instituições dependia do aval de autoridades civis e eclesiásticas. A partir de 1765 todos os compromissos deveriam ser enviados ao Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens. Ao lado do poder régio, a Constituição do Arcebispado da Bahia prescreveu em seu LX Título, Parágrafo 867, a obrigatoriedade da remessa desses estatutos para a apreciação do bispado local. As irmandades do Rosário, conhecidas por arregimentar grande parte da população de estrangeiros traficados, serviram como **locus privilegiado para a reconstituição identitária** desses grupos na experiência da diáspora atlântica (DELFINO, 2015, p.19-20, [grifo nosso]).

É notório que as Irmandades do Rosário criadas por negros ou pardos possuem a mesma responsabilidade de qualquer outra irmandade nesse contexto. Desse modo, adquiriam status de igualdade perante a sociedade da época. Isto posto, os termos grifados na transcrição, como “estatuto”, “compromisso”, “critério de admissão”, “eleição da mesa diretora”, “promoção do culto”, e “assistência material e espiritual”, mostram os requisitos eclesiásticos legais que uma irmandade deveria cumprir para existir. Assim sendo, pode-se entender que, para uma comunidade de negros alcançar o status de irmandade, necessariamente, precisava cumprir esses requisitos, assim como qualquer outra irmandade, permitindo comprovar a igualdade de relação jurídica existente entre as irmandades dos negros e dos brancos.

Não obstante, o estudo “das irmandades formadas por escravos africanos chegados ao Brasil nos séculos XVI e XVII é dificultado pela inexistência de documentação substancial, em particular daquela produzida pelas próprias associações” (BOSCHI, 2019, p.220). Isso ocorre também nos séculos XVIII e XIX, pois muitos documentos que as irmandades deviam ter podem estar perdidos ou foram destruídos com o desaparecimento dessas Irmandades. Ainda assim, as evidências que restam, como o Edifício, mostram que as irmandades negras em territórios ultramar

[...] foram lugares de proteção e apoio jurídico dos irmãos escravos e libertos. É preciso ressaltar, no entanto, que além da precedência, a invocação do Rosário foi a mais popular entre a população negra [...]. Talvez, por esta razão, a invocação foi se associando à proteção e defesa das populações negras espalhadas pelo Império. Depois de ser compulsoriamente obrigado a atravessar o Atlântico, encontrar uma irmandade do Rosário poderia ser um conforto para muitos (REGINALDO, 2016, p.133).

Inicialmente, o Rosário sendo uma

devoção dominicana [...] passou a ser uma das principais invocações do movimento de conquista e conversão dos gentios, passando então a ser divulgada por todas as ordens religiosas missionárias. O sucesso do Rosário entre os «gentios conversos» explica-se, num primeiro momento, pelo destaque desta invocação nas atividades missionárias. Posteriormente, os próprios africanos e seus descendentes parecem ter reconhecido nas irmandades dedicadas à senhora Mãe de Deus, com a invocação do Rosário, um espaço próprio e reservado (REGINALDO, 2016, p. 134).

Em síntese, a criação das Irmandades do Rosário para a Coroa Portuguesa serviu de “concentração urbana dos cativos”, de repressão, dominação cultural e aplicação religiosa, enquanto para os negros que participavam eram ambientes de “união em comunidades mais abertas”, sendo “uma estratégia de sobrevivência mais eficaz” (REGINALDO, 2016, p.130) para a preservação cultura afro, mesmo sofrendo o processo de inculturação. É no ambiente da irmandade que a comunidade negra encontra seu resquício de liberdade e identidade afrocatólica uma vez roubada pela escravidão. Isto é, as irmandades do Rosário se tornam espaço de “identificação étnica” cultural, sendo “apenas uma das múltiplas identidades que o escravo e o liberto poderiam assumir no decorrer de suas vidas” (REGINALDO, 2016, p.130), sendo ele negro ou pardo.

1.3 A identidade do afro catolicismo e o Patrimônio Cultural Religioso

1.3.1 Identidade

As irmandades de Nossa Senhora do Rosário que foram fundadas na África e no Brasil possuem uma identidade, ou seja, uma característica muito própria. Diferentemente das inúmeras irmandades que existiram na colônia portuguesa, as irmandades do Rosário têm uma identidade afrocatólica. Para buscar entender tal conceito, é necessário definir o conceito de identidade, pois cada uma pode possuir uma memória. Sendo assim, para o professor Joel Candau,

no caso da identidade, a tentativa de depuração conceitual é mais difícil. No que se refere ao indivíduo, identidade pode ser um estado — resultante, por exemplo, de uma instância administrativa: meu documento de identidade estabelece minha altura, minha idade, meu endereço etc. -, uma representação - eu tenho uma ideia de quem sou - e um conceito, o de identidade individual, muito utilizado nas Ciências Humanas e Sociais.

Aplicada a um grupo, a complexidade aumenta. Passemos do fato de que, nesse caso, o termo “identidade” é impróprio” porque ele nunca pode designar com rigor uma “recorrência”: em um momento preciso de uma observação um indivíduo é idêntico a ele mesmo, mas duas pessoas - mesmo que se trate de gêmeos — jamais são idênticas entre elas” O termo é então utilizado em um sentido menos restrito, próximo ao de semelhança ou de similitude que satisfaz sempre uma inclinação natural do espírito. Se admitirmos esse uso pouco rigoroso, metafórico,” a identidade cultural ou coletiva) é certamente uma representação (CANDAUI, 2014, p.25).

A partir da citação, tem-se que identidade pode ter múltiplos significados. Contudo, para aprofundar-se na ideia de identidade como memória, é necessário perceber que

a identidade não consiste no comportamento individual, mas, antes, **na capacidade pessoal do agente em estabelecer e dar continuidade a uma narrativa a respeito de sua própria história.** Enquanto narrativa pessoal, entretanto, a autoidentidade apresenta um paradoxo: é sólida o suficiente para conferir segurança ao indivíduo e frágil como uma outra “estória” qualquer que potencialmente poderia ser contada e constituir outra identidade. (GIDDENS, 1992, p.54 *apud* ROSA, 2007, p.143 [grifo nosso]).

De encontro à concepção de Giddens, Stuart Hall elenca três concepções de identidade a partir do sujeito, denominadas de Iluminismo, sociológico e Pós-moderno, com a tentativa de justificar uma identidade

que não possui apenas uma única ou permanente identidade, mas várias, das quais algumas são contraditórias e outras não são resolvidas. Esse sujeito da modernidade tardia celebra a identidade “móvel”, pois o indivíduo “assume identidades diferentes em diferentes momentos”, esse deslocamento constante torna a identidade plenamente unificada, segura e coerente como uma fantasia, não mais possível de ser atingida ou alcançada nos dias atuais. Assim o indivíduo contemporâneo é um e muitos ao mesmo tempo, não é uma questão de dupla identidade, no entanto, ele é obrigado a suportar a modernidade tardia por meio de várias identidades senão não seria possível vivê-la. Ele é obrigado a negociar e a renegociar constantemente com sua identidade, porque tudo é fluido e líquido, e é preciso ir se ajustando àquilo que a pós-modernidade proporciona (HALL, 2014, p.12 *apud* PINA, 2015, p.214).

Entretanto, não é exatamente essa definição de identidade que contribui para o entendimento da construção identitária afrocatólica. A definição que melhor se aplica é a definida pelo professor Manuel Castells, que

define a identidade como fonte de significado em **função do processo de autoconstrução e individuação que envolve, e das experiências de um povo.** Isto é, a identidade é uma construção social que tem por base um atributo ou um conjunto de atributos culturais que se inter-relacionam.

E essa construção “[...] vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, e pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.” (CASTELLS, 2006, p.23 *apud* MOMBELLI; TOMAIM, 2012, p.50, [grifo nosso]).

Partindo desse conceito, Candau complementa que

a memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. **Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.** Ao final, resta apenas o esquecimento (...) **patrimônio é uma dimensão da memória -, é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo:** assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade.” (CANDAU, 2019, p.16, [grifo nosso]).

Nesse sentido, a identidade afrocatólica, que faz parte de um processo de autoconstrução e que envolve a experiência de uma comunidade, se apresenta através de memórias existentes de um determinado grupo. Ou seja, é uma memória vivenciada através das experiências, que vem sobrevivendo no patrimônio cultural religioso pertencente àquela comunidade.

1.3.2 O Catolicismo Negro x Afro catolicismo

O estudo sobre esses dois conceitos vem se difundindo nos últimos tempos, pois inúmeros pesquisadores têm adotado tais expressões carregadas de significados e significâncias, de modo que, para cada um, o tempo pode possuir um significado mais abrangente ou mais restritivo. Em sua dissertação de mestrado, o pesquisador Fabricio Forgenes Santos define o Catolicismo Negro como uma

expressão, subtendida em sua definição nos trabalhos que Nina Rodrigues e Artur Ramos publicaram na década de 1940, seria cunhada por Roger Bastide no capítulo destinado às práticas católicas executadas por negros na obra *Les religions africaines au Brésil*, editada em 1960. No decorrer do século XX e principalmente no século XXI, o tema ganharia a atenção dos pesquisadores da cultura afro-brasileira, sendo utilizado para abarcar as manifestações religiosas católicas de protagonismo majoritariamente negro, concebidas no período colonial a partir da aculturação e do sincretismo de justaposição - resultante do choque cultural entre europeus e africanos -, e reproduzidas ainda na contemporaneidade nas cidades brasileiras (SANTOS, 2021, p.77).

Ainda segundo Santos,

a presença do catolicismo negro no Brasil fora notada já na primeira metade do século XVI, quando os africanos imigrados forçosamente foram introduzidos como escravizados em atenção às necessidades das primeiras temporalidades econômicas. Nos engenhos, àquela época espalhados pelo litoral brasileiro, ainda que a imposição da condição servil negligenciasse uma identificação mais específica sobre a origem étnica dos africanos, algumas características identitárias facilitaram a distinção dos diferentes grupos, sendo de grande importância a aproximação com a religiosidade católica, que destacou dentre todos os povos pretos os bantos, reconhecidos como o grupo de maior interesse devocional pelos padres jesuítas segundo as crônicas que narraram sobre o exercício catequético oferecido aos indígenas e aos negros nos primeiros anos da colonização do Brasil (SANTOS, 2021, p. 80).

O próprio conceito de catolicismo negro apresenta-se de maneira mais restritiva ao estudo do negro dentro da Igreja. Entretanto, a partir de sua pesquisa, o historiador John K. Thornton, em seu livro clássico “A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)”, amplia e forja o conceito de afro catolicismo, no qual

o cristianismo africano podia ser considerado uma forma de cristianismo uma vez que seus adeptos aceitavam uma série de verdades a partir das quais diversos seres do outro mundo sobretudo santos reconhecidos pelos cristãos católicos, porém filtrados pela tradição religiosa africana eram dados a conhecer, conquistando desse modo status especial, e sendo adorados pelos africanos. Ao mesmo tempo, entretanto, o cristianismo africano não era idêntico àquele praticado na Europa ou pela maioria dos euro-americanos, cuja filosofia resultante continuou a reconhecer muitas outras revelações como válidas e, além disso, nunca aceitou totalmente determinados pontos da doutrina católica, especialmente os que reforçavam o poder do clero (a primazia das revelações descontinuas como a Bíblia ou a sucessão apostólica, e as atitudes resultantes dos sacramentos e a função do papado) (THORNTON, 2004, p.334).

A tentativa de elaborar um cristianismo propriamente africanizado, diferente do aplicado na Europa em plena reforma da Igreja, levava em consideração

a dinâmica das mudanças culturais pode ser observada na evolução das línguas, estruturas sociais e estéticas da África, [...]. Esse ágil processo também afetou a religião e a filosofia africanas tanto na África quanto no momento em que os africanos se tornaram americanos no Novo Mundo atlântico. A religião respondeu, como outros elementos da cultura, à sua dinâmica interna e à nova dinâmica criada pelo contato cultural e à transferência física. **O resultado foi a emergência de uma nova religião afro-atlântica identificada com frequência como cristã, especialmente no Novo Mundo, mas, na verdade, era um tipo de cristianismo que podia satisfazer o entendimento das religiões africana e europeia** (THORNTON, 2004, p.312, [grifo nosso]).

O afro catolicismo evidência, segundo as historiadoras Thais Marinho e Rosinalda Simoni, uma prática do

sincretismo, enquanto enunciação, vem de algum lugar, sendo um dos lócus de produção o conhecimento científico, que privilegiou modelos e conteúdos próprios que foram sendo definidos como cultura nacional, após a colonização, a partir de uma lógica cristã dos países europeus. Esse processo de construção hegemônica do cristianismo, no entanto, não considerou a diferença colonial, que transformou as diferenças culturais dos/as nativos/as americanos e africanos (submetidos ainda à diáspora escravizadora) em valores e hierarquias raciais, patriarcais e geopolíticas, no contexto brasileiro marcado pela invasão e imposição colonial portuguesa. A representação dos negros e negras, seja no âmbito da academia, seja na política, na mídia, ou na religião, foi "sendo construída e reproduzida pela mente, pelas palavras e pelas imagens dos brancos" (GUIMARÃES, 2003, p.42). Assim, o catolicismo, enquanto religião sincrética, se estabelece hegemonicamente, como emblema da identidade nacional brasileira, pelo menos até a metade do século XX, por ter sido capaz de aglutinar e se impor sobre os interesses assimétricos dos distintos grupos étnico-raciais que compõem o Brasil (MARINHO; SIMONI, 2021, p. 25).

Esse fenômeno sincrético, de acordo com o historiador eclesiástico Dilermando Ramos Vieira, aconteceu

paralelamente, como se acenou em precedência, tanto dentro quanto fora das irmandades [...] o sincretismo religioso. As primeiras menções dessas manifestações religiosas, segundo Pierre Verger (1902-1996), datam do final do século XVII, por ocasião de uma das visitas do Santo Ofício, e, no século XVIII, a presença de tais cultos começaram a ganhar destaque nos registros. Uma das manifestações mais antigas que se conhece foi o "Calundu", termo de origem banto que, a partir do século XVII, passou a qualificar um conjunto variado de práticas religiosas africanas de várias procedências, não raro mescladas.

A presença desse culto "afro" foi testemunhada em 1728 por Nuno Marques Pereira (1652-17287), que, por causa do rumor dos tambores, não pôde dormir numa fazenda, onde pernitoou antes de prosseguir viagem para Minas Gerais. Também em Pernambuco e noutras capitâneas houve calundus, e, ao que parece, foi em Minas Gerais que ele teve uma presença mais sentida. Vale dizer: estava em curso um processo de conservação da tradição africana, ou da sua mistura com elementos cristãos. Nesse sentido, muitas vezes se argumenta que as irmandades deram um notável contributo para tanto, pois teriam sido elas a fornecer o ambiente para a sobrevivência dos cultos tradicionais, estando, portanto, na origem do sincretismo, que cresceria com o correr dos anos. Também se diz que, a partir do século XVIII, ditas irmandades teriam passado por um processo de "secularização", subtraindo-se à autoridade da hierarquia e transformando-se em subserviente massa de manobra do absolutismo estatal." (VIEIRA, 2016, p.73).

Essa realidade do afro catolicismo traz em evidência a forma como esses escravizados tornavam-se cristãos, pois,

Embora apenas um número limitado de escravos fosse cristão antes de sua chegada ao Novo Mundo (a maioria de africanos da África central), o impacto dos cristãos africanos foi muito maior que sua quantidade isso ocorreu em virtude de os cristãos africanos serem quase sem pré-escolhidos como catequistas, tanto formal quanto informalmente. Além disso, mesmo se os africanos não se convertiam na África, eles provavelmente possuíam um grande conhecimento do cristianismo antes do embarque em consequência do empenho missionário e do proselitismo dos mercadores cristãos e de outros colonos, maior do que normalmente se tem reconhecido. Assim, devemos considerar a conversão de africanos como um processo contínuo, iniciado na África e estendido ao Novo Mundo. Além disso, devemos compreender que não era inteiramente dependente da condição da escravidão ou da escravidão sociológica, pois, na pane africana, muitos dos convertidos eram livres e até mesmo poderosos. Tais pessoas quase sempre moldavam a cosmologia e a direção do cristianismo para todos os cristãos africanos, especialmente em regiões como o Congo, onde havia um Estado que dava suporte à Igreja (THORNTON, 2004, p.334-335).

A utilização da expressão afrocatólico, ou afro catolicismo, será adotada ao longo da dissertação, sendo uma forma adequada e ampla de aplicar tal concepção às irmandades e igrejas de Nossa Senhora do Rosário.

1.3.3 Patrimônio Cultural Religioso

Partindo da conceituação de patrimônio histórico, a historiadora Françoise Choay, em seu clássico “A alegoria do Patrimônio”, entende patrimônio como a expressão que

designa um bem destina- do ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, "patrimônio histórico" tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p.11).

Para as pesquisadoras Aline Carvalho e Cristina Meneguello, no livro “Dicionário temático de patrimônio”, o patrimônio seria

a medida dos entrelaçamentos entre memória e história, poderoso dispositivo de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro. Inegavelmente, fundamental instrumento do fazer político - no sentido de que serve àqueles que compartilham a vida na polis (CARVALHO; MENEGUELLO, 2020, p.25).

Desse modo,

o património arquitetónico ou património edificado corresponde a uma categoria do património cultural que compreende as edificações isoladas, os conjuntos arquitetónicos e os sítios urbanos aos quais são atribuídos valores culturais. Em seus primórdios, a preservação do património cultural se concentrou no património arquitetónico e, em particular, nos então chamados monumentos históricos (ANDRADE JR, *apud* CARVALHO; MENEGUELLO, 2020, p.39).

Para especificar,

o património cultural - ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos - não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1994, p.99 *apud* LARA, 2017, p.47).

Uma vez definido património cultural, o historiador Percival Tirapeli, em seu verbete, define património religioso como sendo aquele cujos

cenários mundial e nacional tem relevância por sua abrangência temporal, cultural e sua colocação no modo de vida das sociedades. A inclusão dos itens a serem assim considerados ampla, privilegiando os lugares de cultos e suas construções, como os templos de todas as religiões, que foram constituídos como espaços culturais nas quais se realizam os ritos religiosos desde a Antiguidade até os dias atuais, religiões e crenças vivas ou de tempos passados. Assim, materialmente, esse património mundial está concretizado nas formas arquitetônicas dos templos-rejas, sinagogas, mesquitas, capelas, mosteiros, conventos, escolas religiosas, hospitais, pensionatos. Ainda na questão dos bens imóveis, há que considerar outras edificações, como palácios episcopais, locais onde nasceram ou morreram santos ou testemunhas de determinadas religiões, tais como mártires, passos (oratórios de rua) de Semana Santa, caminhos e rotas de romarias com cruzeiros e calvários (TIRAPELI, *apud* CARVALHO; MENEGUELLO, 2020, p.79).

De fato, o património cultural religioso possui uma arquitetura própria. No caso da igreja do Rosário, o principal elemento presente é a simplicidade da arquitetura do templo, muitas vezes feita de taipa de pilão. Por isso, entender os conceitos de identidade, afro catolicismo e património cultural religioso, é fundamental para perceber o quanto estão correlacionados nesta dissertação e, assim, compreender a identidade afrocatólica do património religioso da capitania de São Paulo.

O primeiro capítulo buscou explicar e conceituar termos que servirão de suporte para os demais capítulos, bem como a definição de irmandade e sua relação com a devoção, a origem da devoção à Nossa Senhora do Rosário, e a definição de afro

catolicismo. Tal capítulo ajuda a introduzir conceitos fundamentais para entender o processo de identidade afrocatólica desse patrimônio cultural religioso.

CAPÍTULO 2: O AFRO CATOLICISMO EM SÃO PAULO

O segundo capítulo busca compreender a presença do negro na Capitania de São Paulo, trazendo pesquisadores e especialistas sobre o assunto. Na segunda parte busca discutir a presença das Irmandades e Igrejas de devoção à Nossa Senhora do Rosário na Capitania de São Paulo, e como essa devoção se estabelece entre a população escravizada, fortalecendo o afro catolicismo paulista.

2.1 O território paulista e a presença dos negros

O parcelamento do solo em capitanias hereditárias, quando a coroa portuguesa acha o Brasil, é um primeiro processo de exploração territorial. Contudo, algumas capitanias dão certo, outras não. A capitania de São Vicente, que virá se chamar Capitania de São Paulo, inicialmente não deu muito certo. Porém, a tentativa dos Bandeirantes em explorar seu interior trouxe resultados timidamente consideráveis. Com uma geografia muito diversa e uma vegetação densa, o principal intuito dos portugueses para Capitania de São Paulo era a exploração territorial, a fim de conseguir riquezas. Nesse sentido, os séculos XVI e XVII tiveram pouquíssimo crescimento urbano, uma vez que foram fundadas poucas freguesias e vilas. Segundo o pesquisador Francisco Vidal Luna, em seu livro “Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo de 1750 a 1850”,

A lenta evolução de São Paulo começou **a acelerar-se a partir da crise economia imperial portuguesa**, quando os produtores de açúcar do Nordeste perderam seu domínio no mercado mundial, em meados do século XVII. Com a declínio das receitas dos produtores tradicionais de açúcar, baianos pernambucanos, **a Coroa decidiu dar apoio a outras atividades na Colônia. Promover a exploração do território e a descoberta de novas fontes de metais foram algumas das opções, e nelas os paulistas surgiram como líderes.** Eles não só se haviam tornado os grandes exploradores do interior em sua busca de escravos índios, como também exploraram algumas jazidas auríferas nas proximidades da cidade de São Paulo. No final do século XVII a Coroa decidiu incentivar a busca de metais concedendo privilégios especiais aos empreendedores paulistas dispostos a dedicar-se à exploração. **O apoio do governo seria vital para o crescimento económico da Colônia** (LUNA, 2005, p.36-37, [grifo nosso]).

A partir do século XVIII, a capitania passaria por uma nova política de administração, e

o contínuo declínio da produção aurífera no período pós-1750 **levou a administração real a reformular seus planos**. Implementou-se uma nova política de **estímulo à produção agrícola** e renovou-se o interesse pela expansão da fronteira meridional na direção do Rio da Prata, para competir com Espanha. São Paulo era na época a área efetivamente colonizada mais ao sul e contava com a capacidade militar necessária para essa expansão. **Em 1765 a região tornou-se novamente uma capitania autônoma, com governo próprio**. O novo governador, Morgado de Mateus", criticou amargamente o que via como atraso econômico da região e propôs modos de incrementar o comércio, agricultura e população local, além de organizar a defesa contra as incursões espanholas no Sul (LUNA, 2005, p.40-41).

Após essa nova visão política de povoamento e exploração por parte da Coroa, começou o processo de convidar novos portugueses para assumir sesmarias no território e, assim, fomentar a criação de freguesias e vilas ao longo de toda a Capitania. Com essa nova abordagem econômica, a mão de obra indígena passou a ser insuficiente, criando a necessidade de utilização de mão de obra africana para que a agricultura do território paulista pudesse prosperar. Desse modo, diferentemente de outras capitanias, a agricultura foi

a atividade econômica fundamental no período. Inicialmente a maioria da população, em todas as áreas, dedicava-se à pecuária e ao cultivo de gêneros de subsistência, principalmente arroz, milho, feijão e mandioca. Estes produtos serviam como base alimentar local, sendo a venda de excedentes a fonte principal de renda para a maioria dos livres, pois parcela minoritária dos agricultores concentrava-se nos cultivos orientados ao mercado externo: inicialmente o açúcar e depois o café (LUNA, 1998, p.101).

O potencial agrícola que o território paulista possuía fez com que ocorressem “inúmeras modificações de natureza administrativa, com a criação de novas vilas e a segmentação territorial das existentes” (LUNA, 1998, p.101), sendo que

Morgado de Mateus e os governadores que o sucederam viam o "problema" da agricultura paulista como uma questão de modernizar a produção, exportar produtos de alta qualidade e estabelecer uma infraestrutura de comunicações mais moderna para promover essas exportações [...] os produtos agrícolas tradicionais expandiram-se, e um setor açucareiro exportador por fim se estabeleceu no Oeste Paulista e no Litoral Norte, o que pode ter sido impulsionado por investimentos governantes em estradas e portos: Certamente esse avanço foi incentivado pela expansão do mercado da capital vice real do Rio de Janeiro (LUNA, 2005, p.40-41).

Com a consolidação da agricultura açucareira, a Capitania de São Paulo passaria por uma nova mudança, pois, em meados do século XVIII, novas jazidas auríferas foram achadas em Goiás e Mato Grosso, causando a criação de novas “rotas terrestres e fluviais que atravessavam São Paulo” (LUNA, 2005, p.44). Entretanto,

embora o declínio generalizado da produção de ouro depois de 1750 reduzisse a demanda regional, surgiram novas cidades pelo interior do Centro Sul brasileiro, conectadas por uma complexa infraestrutura de transportes na qual São Paulo desempenhava um papel fundamental (LUNA, 2005, p.44).

A expansão territorial e econômica na capitania paulista demandou a

substituição do braço indígena pelo africano acarretou grande mudança na estrutura demográfica, social e cultural de São Paulo. Também harmonizou a capitania com o restante da Colônia e resolveu a crescente crise de mão-de-obra causada pelo progressivo declínio de sua população indígena. **A capacidade da economia paulista para importar cativos refletiu-se nas parcelas de africanos na população afro-brasileira existente em São Paulo.** Embora existam dados diretos apenas para o século XIX, podemos usar o número aproximado de homens e mulheres escravos como uma indicação da proporção entre africanos e escravos nascidos na colônia (LUNA, 2005, p. 44, [grifo nosso]).

A mudança de mão de obra escravizada de indígena para africana ocorreu entre 1777 e 1829 de-se gradativamente. O aumento na participação de negros africanos adultos e do sexo masculino ocorreu, principalmente, em áreas dedicadas ao cultivo de produtos para exportação, como açúcar e o café. A maioria dos escravos eram homens adultos, importados de outras áreas do Brasil ou da África (LUNA, 1992, p.5). Segundo os registros dos maços de população presentes na Tabela 2, nas cinco regiões da Capitania de São Paulo o aumento da população negra escravizada se deu no ano de 1777, com 17.688 escravizados, e no ano de 1829, com 54.450 escravizados.

Tabela 2: Regiões por número de escravizados.

| Localidade | Número de escravizados por ano | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|---------------|---------------|
| | Ano 1777 | Ano 1804 | Ano 1829 |
| Oeste Paulista | 2.629 | 8.373 | 18.880 |
| Vale do Paraíba | 3.794 | 6.979 | 16.593 |
| Caminho do Sul | 2.554 | 3.759 | 5.044 |
| Região da Capital | 5.709 | 8.404 | 8.150 |
| Litoral | 3.002 | 5.525 | 5.783 |
| Total de Escravos na Capitania | 17.688 | 33.040 | 54.450 |

Fonte: Mapas da População do Arquivo do Estado de São Paulo *apud* Luna. Adaptação: Caio Violin, 2022.

Em 52 anos, o aumento de escravizados foi de aproximadamente 210%, com uma diferença de 36.762 escravizados no total. Nessa

proporção da intensificação no uso de mão-de-obra cativa, a parcela dos fogos com escravos não se ampliava, ou seja, o uso dessa forma de trabalho tornava-se mais intensa, mas ao mesmo tempo mais concentrada, orientando-se mais seletivamente para a agricultura e dentro desta para os cultivos voltados para o exterior. **O escravo passava a ser uma força de trabalho reservada aos cultivos economicamente mais rentáveis.** Isso provavelmente ocorria paralelamente ao aumento na demanda por escravos nos cultivos voltados para a exportação, como açúcar, e de outros novos, particularmente o café, rapidamente transformado na principal atividade produtiva de algumas regiões da Capitania. [grifo nosso] (LUNA, 1998, p. 109-110)

Tais números permitem constatar que

o seu crescimento numérico e conseqüentemente a sua presença social tenham começado a tomar impulso em finais do século XVIII, firmando-se durante o século XIX, é francamente admitido. [...]. Para uns, o negro só se tornou notável na população paulista depois do setecentismo enquanto outros entendem que já no período de 1500 a 1700 era fator de valia em Piratininga (QUEIROZ, 1977, p.9).

De certa maneira, a participação do negro escravizado na Capitania de São Paulo foi fundamental para o desenvolvimento econômico e territorial de muitas freguesias e vilas. Assim,

na segunda metade do século XVIII, boa parte dessa nova vitalidade econômica [sic] refletiu-se em várias mudanças na economia paulista. Muito provavelmente estimulada pelos mercados mineradores, a produção comercial do açúcar tornou-se por fim uma realidade no início desse século, e no final deste, **São Paulo se tornaria enfim um exportador significativo desse produto. O crescimento econômico lento, mas constante gerou um aumento da população da região.** No final da década de 1760, [...] a população atingiu 83,880 pessoas, das quais 23.333 eram escravos africanos; somavam-se a essa população 2.736 índios residentes em aldeamentos (LUNA, 1998, p. 109-110, [grifo nosso]).

Atentando-se a essa presença negra na capitania, há de se considerar o fato religioso num território que possui uma religião oficial, o catolicismo, e nos Senhores de Escravizados, que são predominantemente católicos e portugueses, ou filhos de portugueses, e precisam, de acordo com documentos eclesiásticos, educar seus escravizados na fé.

2.2 As Igrejas dos negros no espaço urbano

A presença negra na Capitania de São Paulo resulta na construção de um patrimônio material religioso, os templos religiosos católicos próprios para os negros. No entanto, a construção desses patrimônios afrocatólicos é resultado de um processo de conversão ao catolicismo por parte dos africanos. Porém,

a maioria dos estudiosos interessados na conversão dos africanos ao cristianismo nesse período voltou sua atenção para as Américas e restringiu-se à conversão dos escravos. Até certo ponto, isso é uma abordagem enganosa, pois a conversão dos africanos na verdade começou na África, e os estudos modernos desconsideraram esse aspecto do problema (THORNTON, 2004, p.334).

Esse processo de conversão e inculturação torna-se muito dinâmico, mas quando chega ao Brasil, o catolicismo passa a ser hegemônico e dominante, tornando necessário o negro ser catequisado. O senhor de escravizados é o principal responsável por garantir essa educação da fé e a Igreja, além de orientar, passa a fiscalizar. Segundo normativa da constituição primeira (Tabela 3), presente no livro terceiro, título 36, a catequização dos escravizados precisaria estar de acordo com o seguinte conteúdo:

Tabela 3: Normativa da Constituição Primeira.

BREVE INSTRUÇÃO DOS MYSTERIOS DA FÉ, ACCOMMODADA AO MODO DE FALLAR DOS ESCRAVOS DO BRASIL, PARA SERVI CATHEQUISADOS (MI) POR ELLA.

| Perguntas. | Respostas. |
|--|--|
| 579 Quem fez este mundo? | Deos. |
| Quem nos fez a nós? | Deos. |
| Deos onde está? | No Ceo, na terra, e em lodo o mundo. |
| Temos um só Deos, ou muitos? | Temos um só Deos. |
| Quantas pessoas? | Tres. |
| Dize os seus nomes? | Padre, Filho, e Espírito Santo. |
| Qual destas Pessoas tomou a nossa carne? | O Filho. |
| Qual destas Pessoas morreo por nós? | O Filho. |
| Como se chama este Filho? | JESUS Christo. |
| Sua 'Mãe como se chama? | Virgem Maria. |
| Onde morreo este Filho? | Na Cruz. |
| Depois que morreo onde foi? | Foi lá abaixo da terra buscar as almas boas. |

| | |
|---|---|
| E depois onde foi? | Ao Ceo. |
| Ha de tornar a vir? | Sim. |
| Que ha de vir buscar? | As almas de bom coração. |
| E para onde as ha de levar? | Para o Ceo. |
| E as almas de máo coração para onde hão de ir ? | Para o inferno. |
| Quem eslá no inferno? | Está o Diabo. |
| E quem mais? | As almas de máo coração. |
| E que fazem lá? | Estão no fogo, que não se apaga. |
| Hão de sahir de lá alguma vez? | Nunca. |
| Quando nós morremos, morre tambem a alma? | Não. Morre só corpo. |
| E a alma para onde vai ? | Se é boa a alma, vai para o Ceo: se a alma não é boa, vai para o inferno. |
| E o corpo para onde vai? | Vai para a terra. |
| Hade tornar a sahir da terra vivo? | Sim. |
| Para onde ha de ir o corpo, que teve alma de máo coração? | Para o inferno. |
| E para onde hade ir o corpo, que teve alma de bom coração? | Para o Ceo. |
| Quem está no Ceo com Deos ? | Todos os que tiverão boas almas. |
| Hão de tornar a sahir do Ceo, ou hão de estar lá para sempre? | Hão de estar lá sempre. |
| INSTRUÇÃO PARA (45) A CONFISSÃO. | |
| 580 Para que é a Confissão ? | Para lavar a alma dos peccados. |
| Quem faz a confissão esconde peccados? | Não. |
| Quem esconde peccados para onde vai? | Para o inferno. |
| Quem faz peccados, hade tornar a fazer mais. | Não. |
| Que faz o peccado ? | Mata a alma. |
| A alma depois da Confissão torna a viver? | Para lavar a alma dos peccados. |
| O teu coração hade tornar a fazer peccados? | Não. |
| Por amor de quem? | Por amor de Deos. |
| INSTRUÇÃO PARA (116) A COMUNHÃO. | |
| 581 Tu queres Communhão ? | Sim. |
| Para que? | Para pôr na alma a nosso Senhor JESUS Christo. |

| | |
|---|---|
| E quando eslá nosso Senhor JESUS Christo na Communhão? | Quando o Padre diz as palavras |
| Aonde diz o Padre as palavras ? | Na Missa. |
| E quando diz as palavras ? | Quando toma na sua mão a Hoslia. |
| Antes que o Padre diga as palavras está já na hostia nosso Senhor JESUS Christo ? | Não. Eslá só o pão. |
| E quem poz a nosso Senhor JESUS Christo na Hostia? | Elle mesmo, depois que o Padre disse as palavras. |
| E no Calix que está, quando a Padre o toma na mão? | Está vinho, antes que o Padre diga as palavras. |
| E depois que diz as palavras, que cousa está no Calix ? | Está o sangue de nosso Senhor JESUS Christo. |

ACTO DE CONTRIÇÃO (47) PARA OS ESCRAVOS E GENTE RUDE.

582 Meu Deos, meu Senhor; o meu coração só vos quer e ama: eu tenho feito muitos peccados, e o meu coração me doe muito por todos os que fiz. Perdoai-me meu Senhor, não hei de fazer mais peccados: todos boto fóra do meu coração, e da minha alma por amor de Deos.

Fonte: VIDE, 1853, p.219-222.

Após serem batizados e convertidos, os escravizados precisavam praticar a fé ao menos uma vez por semana, indo à Missa, segundo a norma:

Conformando-nos com o costume geral, **mandamos a nossos subditos, que oução Missa Coventual nos Domingos, e dias Santos de guarda na Igreja Parochial, (10) onde forem freguezes, e a ella fação ir seus filhos, (11) criados, escravos, e todas as mais pessoas**, que tiverem a seu cargo, salvo aquelles, que precisamente forem necessarios para o serviço, e guarda de suas casas, gados, e fazendas, mas a estes revesarão, para que não fiquem uns sempre sem ouvir Missa antes, vão ouvil-a uns em um dia, outros em outro, procurando porêem, que quando não poderem ouvir Missa Conventual, oução outra, se se disser na mesma Igreja ou em alguma (12) Capella (VIDE, 1853, p.145, [grifo nosso]).

O proprietário de escravizados deveria levá-los às Missas ou propor momentos nos quais os negros pudessem ir à Igreja. Em muitos casos, a entrada de negros na igreja matriz, isto é, na igreja dos brancos, era proibida, sendo necessária a construção de igrejas próprias para a comunidade negra. Portanto, a norma eclesiástica previa a necessidade de todo cristão participar dos sacramentos e adverte, no livro segundo título treze, da constituição, que

Não há menos para estranhar **o deshumano, e cruel abuso, e corruptela muito prejudicial ao serviço de Deos, e bem das almas, que em muitos senhores de escravos se tem introduzido: porque aproveitando-se toda**

a semana do serviço dos miseráveis escravos, sem lhes darem coisa alguma para seu sustento, nem vestido com que se cabrão, lhes satisfazem esta dívida, (12) fundada em direito natural, com lhe deixarem lhes os Domingo , e dias Santos, para que nelle ganhem o sustento, e vestido necessario. D'onde nasce, que o miseráveis servos não ouvem Missa, nem guardão o preceito da Lei de Deos, que prohibe trabalhar nos taes dias. Pelo que para desterrar tão pernicioso abuso contra Deos, e contra o homem, exhortamos a todos os nossos subditos, (13) e lhes pedimos pelas chagas de Christo nosso Senhor, e Redemptor, que daqui em diante acudão com o necessario aos seus escravos, para que assim possam observar os ditos preceitos, e viver como (14) Christãos. E mandamos aos Parochos, que com todo o cuidado se informem, e yejão se continua este abuso, e achando alguns culpados, e que não guardão esta Constituição, procederão contra elles na fórmula do decreto antecedente no num. 378 em tudo, o que nelle se ordena (VIDE, 1853, p.151).

Pode-se dizer que a Igreja busca salvaguardar um direito aos escravizados, a folga, ou seja, guardar o dia santo do Senhor, para que pudessem assistir à missa. A prova de que isso era levado a sério mesmo antes da publicação desta norma é de que “na década de 1570, o rei de Portugal decretou que os dízimos coletados das igrejas dos africanos fossem usados para suas próprias igrejas e irmandades” (ALMEIDA, 2019, p.10). Em outras palavras, os negros convertidos buscam praticar sua fé e constroem sua própria igreja. Assim,

As estratégias geopolíticas de Portugal em ocupar terras para além do Tratado de Tordesilhas, como a província de Goyazes, por vezes foi contraditória e os conflitos de poder com Roma e no seio da própria Igreja Católica, possibilitaram que as irmandades ocupassem “o vazio deixado por um clero insuficiente, negligente e ineficaz. As irmandades, representando uma religiosidade coletiva, abrem espaços para formas de religiosidade popular por meio das quais homens e as mulheres constituem sua própria identidade e seu enraizamento” (MORAES, 2012, p. 52; MARINHO; SIMONI, 2021, p. 34-35).

A presença das irmandades no território paulista facilitou ainda mais a construção do patrimônio religioso. Contudo, a exclusividade da devoção à Nossa Senhora do Rosário por parte da comunidade negra na capitania paulista teria relação com a visita de um jesuíta no Brasil, em 1586, que “ordenou oficialmente que irmandades do Rosário fossem criadas para índios e negros” (ALMEIDA, 2019, p.10). A criação dessas irmandades revela que

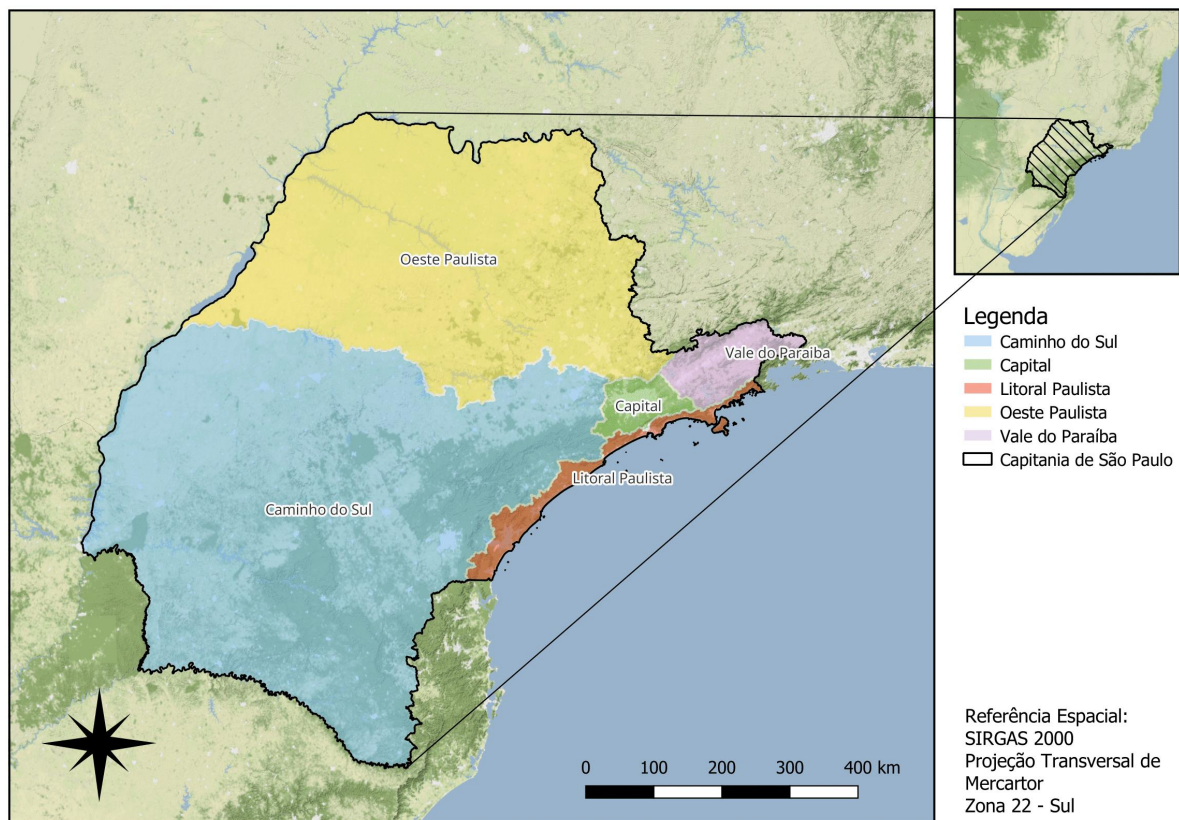
Em cada momento histórico, o homem se manifesta e atua da forma que lhe é possível. As irmandades elaboraram estratégias de resistência e teceram formas de solidariedade no contexto da sociedade escravista em que estavam inseridas. Por isso, deve ser destacada a autonomia que se forjava na burla do poder constituído (ALMEIDA, 2019, p.12).

A partir desses princípios de conversão cristã, prática da fé e o uso de irmandades do rosário, o afro catolicismo foi se desenvolvendo no território paulista de forma que

o estabelecimento do catolicismo, enquanto religião hegemônica do Brasil, dependeu em grande medida da atuação dessas mulheres negras na **condução da religiosidade cotidiana, seja na adesão híbrida ao catolicismo, como nas Irmandades e grupos de Congadas, e/ou por meio das estratégias de cripto-religiões, que possibilitaram a formulação de religiões de matriz africana como o Candomblé e a Umbanda, entre outras.** Tais ações, que estamos associando às mulheres negras, primordialmente, **contribuíram para a consolidação da religiosidade popular católica, ao mesmo tempo que imprimiu mudanças ao catolicismo, em função da inserção de elementos das vivências e heranças espirituais e religiosas fundadas em cosmovisões não-binárias, não-generificadas, que rompem com o determinismo biológico, ao se basear em princípios matripotentes e de senioridade, ligadas, sobretudo, à cultura dos povos Iorubá (OYÉWÚMÍ, 2016 *apud* MARINHO; SIMONI, 2021, p.28-29, [grifo nosso]).**

Essa dinâmica religiosa está presente no território paulista (Figura 5), e a comprovação disso é a construção de seu patrimônio cultural religioso.

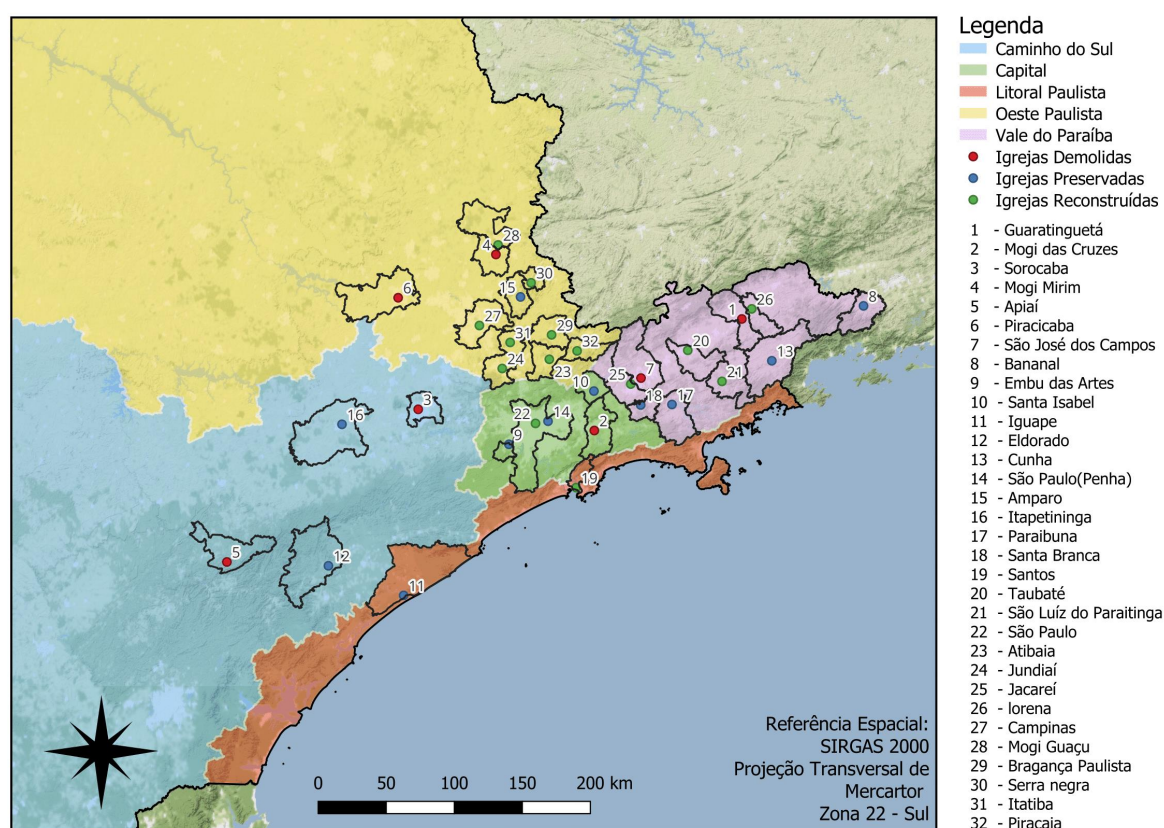
Figura 5: Cartografia das regiões da capitania de São Paulo no início do século XIX.



Fonte: Autor, 2023.

Com a criação de freguesias e vilas entre os séculos XVI, XVII e XVIII, é possível notar a presença de, aproximadamente, 32 Igrejas (Figura 6) dedicadas à Nossa Senhora do Rosário, podendo inferir que onde há mão de obra escravizada negra existe, pelo menos, uma igreja ou irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ou de outro santo particular aos negros e pardos, como São Benedito, Santa Efigênia e Santo Eslebão. Entretanto, a predominância na Capitania de São Paulo é a devoção à Nossa Senhora do Rosário.

Figura 6: Cartografia aérea da capitania de São Paulo, demarcando cidades que possuem Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: Autor, 2023.

A localização dessas 32 igrejas surge a partir da aplicação da metodologia de cruzamento de fontes bibliográficas. Com a leitura do artigo “Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)”, da pesquisadora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, é possível notar elementos de reflexão que ajudam a perceber quais foram os fatores que contribuíram para a criação de núcleos urbanos na Capitania de São Paulo. A partir dos dados apresentados ao longo do artigo, a Tabela 4 mostra “os núcleos [...] formados a partir de quatro vilas –

São Vicente, São Paulo, Mogi das Cruzes e Taubaté” (BUENO, 2009, p. 255). Com base nessas informações e a relação com o artigo “São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829)”, do pesquisador Francisco Vidal Luna, iniciou-se o processo de uma vasta pesquisa histórica através dos arquivos eclesiásticos da base de periódicos da CAPES, do acervo digital da biblioteca Nacional, do arquivo público de Estado de São Paulo, e de outros meios de pesquisa documental.

Tabela 4: Regiões que deram origem aos núcleos urbanos na Capitania de São Paulo.

| Núcleo-mãe | Século XVI | Século XVII | Século XVIII |
|-------------------------------|-----------------|----------------------------|-------------------------------|
| São Vicente (1532) | Santos (1545) | São Sebastião (1636) | |
| | Itanhaém (1561) | | |
| São Paulo (1560) | | Santana de Parnaíba (1625) | |
| | | Itu (1654) | Porto Feliz (1797) |
| | | | Piracicaba (1774-1776) |
| | | | Mogi Guaçu (1769) |
| | | Jundiaí (1665) | Campinas (1797) |
| | | | Mogi mirim (1769) |
| | | | Atibaia (1769) |
| | | | Bragança (1797) |
| | | Sorocaba (1661) | Apiá (1771) |
| | | | Itapeva (1769) |
| | | | Itapetininga (1771) |
| Mogi das Cruzes (1611) | | Jacareí (1653) | |
| Taubaté (1645) | | Guaratinguetá (1651) | Cunha (1785) |
| | | | Lorena (1778) |
| | | | Pindamonhangaba (1705) |
| | | | São Luís do Paraitinga (1773) |

Fonte: Bueno, 2009, p. 259. Adaptação do autor, 2022.

Através dessas buscas, chegou-se numa relação de, aproximadamente, trinta e dois¹² núcleos urbanos (figura 6) que poderiam ter Igrejas e Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, sendo suprimidas igrejas com outras devoções. Em posse de tamanha informação, foi elaborado um relatório denominado “Fichas de Pesquisa”, que esmiuça a presença dessas comunidades afrocatólicas no território paulista e traz informações a respeito da construção da igreja, a irmandade, cartografia e fotografia do patrimônio.

A quantidade de dados do relatório inviabiliza um aprofundamento mais detalhado numa dissertação de mestrado e, por esse motivo, optou-se por classificar os patrimônios religiosos afrocatólicos a partir de seus status de preservação patrimonial, classificados como demolido (Tabela 5), preservado (Tabela 6) e reconstruído (Tabela 7). Tais informações ajudará a perceber a presença e a importância desses patrimônios no território paulista.

Tabela 5: Patrimônio cultural religioso afrocatólico demolido.

| Cidade (ano de Fundação) | Nome da Igreja | Ano de Construção/ Demolição |
|-------------------------------------|--|---|
| Guaratinguetá (1651) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos | 1727 / 1935 |
| Mogi das Cruzes (1611) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos | 1746 / 1964 |
| Sorocaba (1661) | Igreja do Rosário | 1812 |
| Mogi mirim (1769) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor | 1813 / 1961 |
| Apiaí (1771) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário Mãe dos Pretos | 1845 |
| Piracicaba (1774-1776) | Capela de Nossa Senhora do Rosário e Igreja São Benedito | 1867 |
| São José dos Campos (1767) | Capela Nossa Senhora do Rosário e São Benedito | 1869 / 1879 |

Fonte: Autor, 2022.

¹² As trinta e duas localidades pesquisadas foram: Amparo, Apiaí, Atibaia, Bananal, Bragança, Campinas, Cunha, Eldorado, Embu das Artes, Guaratinguetá, Iguape, Itapetininga, Itatiba, Jacareí, Jundiaí, Lorena, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paraibuna, Piracaia, Piracicaba, Santa Branca, Santa Isabel, Santos, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, São Paulo, São Paulo, Serra negra, Sorocaba, Taubaté.

Na Tabela 5 nota-se o patrimônio cultural religioso afrocatólico demolido, composto por 7 igrejas de Nossa Senhora do Rosário, presentes na cidade de Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, Sorocaba, Mogi Mirim, Apiaí, Piracicaba e São José dos Campos. A igreja de Guaratinguetá é a mais antiga nesse grupo de demolidas, tendo sido fundada em 1727, enquanto a mais recente, fundada em 1869, é a da cidade de São José dos Campos.

Tabela 6: Patrimônio cultural religioso afrocatólico preservado.

| Cidade (ano de Fundação) | Nome da Igreja | Ano de Construção |
|-------------------------------------|---|----------------------|
| Bananal (1783) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | Sem informação |
| Embu das Artes (1554) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1700 |
| Santa Isabel (1812) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1723 |
| Iguape (1538) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1751 |
| Eldorado (1842) | Capela de Nossa Senhora do Rosário de Ivaporunduva | 1775 |
| Cunha (1785) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito | 1793 |
| São Paulo (Penha) (1667) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Penha | 1800 |
| Amparo (1829) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1831 |
| Itapetininga (1771) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos | 1840 |
| Paraibuna (1666) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1841 |
| Santa Branca (1832) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1869 |

Fonte: Autor, 2022.

A Tabela 6 apresenta os patrimônios ainda preservados e restaurados, totalizando 11 igrejas, presentes em Bananal, Embu das Artes, Santa Isabel, Iguape, Eldorado, Cunha, São Paulo (Penha), Amparo, Itapetininga, Paraibuna e Santa Branca. O patrimônio mais antigo do grupo é a igreja de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Embu das Artes, fundada em 1700, enquanto a mais recente é a da cidade de Sant Branca, fundada em 1869. Dentre essas igrejas, as localizadas nas cidades de Iguape, região do litoral, e São Paulo (Penha), região da capital, foram escolhidas como estudo de caso, comentado no próximo capítulo.

Tabela 7: Patrimônio cultural religioso afrocatólico reconstruído.

| Cidade (ano de Fundação) | Nome da Igreja | Ano de Construção / Reconstrução |
|--------------------------------------|---|---|
| Santos (1545) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1651 / 1822 |
| Taubaté (1645) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1700 / S. I. |
| São Luís do Paraitinga (1773) | Igreja Nossa Senhora do Rosário | 1707 / 1912 |
| São Paulo (1560) | Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos | 1721 / 1904 |
| Atibaia (1769) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos | 1763 / 1817 |
| Jundiaí (1665) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito | 1790 / 1930 |
| Jacareí (1653) | Capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito | 1800 / S. I. |
| Lorena (1778) | Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos | 1803 / S. I. |
| Campinas (1797) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1817 / 1956 |
| Mogi Guaçu (1769) | Igreja do Rosário dos Homens de Cor e São Benedito | 1818 / S. I. |
| Bragança Paulista (1797) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito | 1821 / 1929 |
| Serra negra (1828) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1826 / S. I. |
| Itatiba (1857) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1827 / S. I. |
| Piracaia (1817) | Igreja de Nossa Senhora do Rosário | 1839 / 1871 |

Fonte: Autor, 2022.

Na Tabela 7 estão os patrimônios afrocatólicos reconstruídos, seja no mesmo local ou em local diferente, podendo seguir a mesma arquitetura ou nova arquitetura. O grupo de igrejas preservadas apresenta um total de 14 patrimônios, nas cidades de Santos, Taubaté, São Luiz do Paraitinga, São Paulo, Atibaia, Jundiaí, Jacareí, Lorena, Campinas, Mogi Guaçu, Bragança Paulista, Serra Negra, Itatiba e Piracaia. A fundação da igreja mais antiga é de 1651, em Santos, e a mais recente é de 1839, em Piracaia. Dentre elas, as escolhidas para o estudo de caso foram as igrejas de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Campinas, região oeste paulista.

A escolha de três objetos de caso em regiões distintas ajudará na percepção da identidade afrocatólica do patrimônio cultural religioso. O critério de escolha foi definido a partir das cinco regiões geográficas, denominadas Oeste Paulista, Caminho Sul, região da Capital, Vale do Paraíba e Litoral, apresentadas pelo pesquisador

Francisco Vidal Luna. A ideia inicial era escolher um estudo de caso de cada região, mas com o decorrer da pesquisa e a dificuldade de acesso a alguns arquivos eclesiásticos, bem como a escassez de fontes primárias. Nesse sentido, foram escolhidos dentre todas as igrejas presentes nas cinco regiões, somente as igrejas localizadas na cidade de Campinas, São Paulo (Penha) e Iguape. A escolha por tais cidades, levou em consideração a facilidade de acesso as fontes bibliográficas, a quantidade de material encontrado.

Diante da análise dos dados apresentados, constata-se que há uma concentração de igrejas do Rosário entre as regiões do Litoral, Capital e Vale do Paraíba. No entanto, as regiões Oeste Paulista e Caminho Sul contém igrejas de uma forma mais tímida. Baseado nisso, surge a seguinte questão: Por que no oeste de São Paulo e Caminho Sul não há mais unidades de igrejas do Rosário?

Uma hipótese a ser considerada é justamente o recorte temporal, feito a partir da utilização dos artigos como parâmetro de busca dessas igrejas, até o século XVIII. Outro ponto é o apogeu econômico paulista, que seria somente no século XIX, após a introdução da ferrovia no interior paulista, facilitando o escoamento da produção de cana e café, além do transporte passageiros. Sendo assim, para responder tal questão, será preciso uma pesquisa mais ampla e aprofundada que leve em consideração o desenvolvimento do interior paulista e a presença do patrimônio religioso afrocatólico, tendo como referência as regiões de Bauru, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Presidente Prudente e São Carlos.

2.3 Relatório “Fichas de pesquisa”

O relatório apresenta 32 fichas, correspondentes às 32 Igrejas de Nossa Senhora do Rosário que foram pesquisadas. Servindo de base documental para elaboração dessa dissertação, o relatório apresenta imagens e documentos primários que foram analisados e utilizados durante a pesquisa, tratando-se de um instrumento inicial que apresenta os itens da pesquisa, além da bibliografia.

A ficha é composta por dez itens, sendo eles: nome da Igreja/Cidade, ano de construção, proprietária atual, empreendedor original, irmandade, ano de fundação da irmandade, situação do templo, histórico da construção, iconografia e localização, podendo, em algumas fichas, apresentar o histórico da irmandade. As informações

recolhidas para construção desse relatório foram retiradas de artigos, sites, teses, dissertações e livros, presentes como nota de rodapé em cada uma das fichas. A proposta desse relatório, além de ser a espinha dorsal desse trabalho, é servir de base documental para pesquisadores em investigações futuras sobre o tema.

1. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS PRETOS - GUARATINGUETÁ-SP¹³

Construção da Igreja: 1727

Proprietária atual da Igreja:

Empreendedor original: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Ano de Fundação da Irmandade: antes de 1727

Situação: Demolida

Histórico da construção: 1727- Foi ereta com provisão do Frei Dom Antônio de Guadalupe. 1744 – Foi visitada pelo Frei Dom João da Cruz. 1753- Foi benta pelo Frei Dom Antônio da Mãe de Deus. E a doação das terras foram de João Francisco de Crato e sua esposa Thereza Maria.

Iconografia:

Figura 7: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Guaratinguetá, a esquerda imagem de 1889 e a direita imagem de 2019 do local onde era a Igreja que foi demolida.



Fonte: RIBEIRO, 2010; STREET VIEW, 2022.

¹³ RIBEIRO, 2010, p. 71.

Localização: Praça Rodrigues Alves, Centro

2. IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS - MOGI DAS CRUZES-SP¹⁴

Construção da Igreja: 1746-1756

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Mogi das Cruzes

Empreendedor original: Irmandade N. S. Rosário dos Homens Pretos

Irmandade: N. S. do Rosário dos Homens Pretos

Ano de Fundação da Irmandade: 1722

Situação: Demolida

Histórico da construção: 1746- Inicia a construção da primeira capela. 1756- Término da Construção. 1871- Arrendamento de um cemitério público para sepultamento dos irmãos (consta nos livros atas). 1958- Foi criada a Paroquia de Nossa Senhora do Rosário. 1963- Redução do prédio da Antiga Igreja ao uso profano. 1964- Começa a negociação para venda da Igreja pela Diocese para empresários da região a construir um hotel. 1966- Documento de Compra é firmado entre a Diocese em nome do bispo Dom Paulo Rolim Loureiro e o Conjunto do Rosário, representados pelo Srs. Isaac Grimberd e Jayme Grimberd, pelo preço de Cr\$ 275.000.000, pelo terreno de 1374,66m².

Histórico da Irmandade: 1722- Fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos de Mogi das Cruzes. 1962- A irmandade passa a pertencer a Diocese de Mogi das Cruzes.

¹⁴ CONSTANTINO, 2015, p. 74.
JOAQUIM, 2013, p. 80.
A IGREJA, 2021.

Iconografia:

Figura 8: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Mogi das Cruzes, a esquerda imagem de 1960 e a direita imagem de 2016 local onde era a Igreja que foi demolida.



Fonte: CONSTANTINO, 2015; JOAQUIM, 2013.

Localização: Largo do Rosário, R. Dr. Paulo Frontin, Centro

3. IGREJA ROSÁRIO - SOROCABA-SP¹⁵

Construção da Igreja: 1812

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Sorocaba

Empreendedor original: Manuel Lopes Ferreira

Irmandade: Rosário dos Pretos

Ano de Fundação da Irmandade: antes de 1812

Situação: Demolida

Histórico da construção: 1852- Manuel Lopes Ferreira recomeçou a construção. 1869 estava a igreja coberta, assoalhada e forrada, sacristia e consistório. Após 1869 José Francisco de Pinho, avô materno de frei Paulo, tomou conta da igreja. 1906- As missionárias beneditinas adquiri os casarões ao lado. 1908- As freiras reorganizaram-no, passando a ser o Colégio Santa Escolástica. 1965-1985- Aconteceu a nova construção e, depois, a reforma de nossa igreja, em Sorocaba; os Mistérios do Rosário foram pintados pelo famoso artista plástico Cláudio Pastro.

¹⁵ ALMEIDA, 1968, p. 354
INCAO, 2019.
VISÃO, 2021.

Histórico da Irmandade: 1812- Irmandade do Rosário dos Pretos, que estava na Catedral começou a edificá-la, pilando as taipas até uma meia braça de altura, mas parou, porque foi transformada em Irmandade de São Benedito, funcionando na igreja de Santo Antônio

Iconografia:

Figura 9: Frontispício da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário de Sorocaba, imagem de 1950.



Fonte: VISÃO, 2021.

Figura 10: Local de onde estava a antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário que foi demolida, imagem de 2019.



Fonte: STREET VIEW, 2019.

Localização: Praça Doutor Ferreira Braga, Sorocaba

4. IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO DOS HOMENS DE COR - MOGI-MIRIM-SP¹⁶

Construção da Igreja: 1813-1815

Proprietária atual da Igreja: 1912 foi doada para as Irmãs Filhas de Jesus

Empreendedor original: Padre Antônio de Araújo Ferraz

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos

Ano de Fundação da Irmandade: 1786

Situação: Demolida

Histórico da construção: 1813- Construção da Igreja, sendo responsável o padre Antônio de Araújo Ferraz, sendo feita de taipa de pilão por mão de obra escrava. 1815- Inauguração da Igreja. 1911- O Conego Nora recebe autorização do Bispo Dom Nery para vender e liquidar os bens da Irmandade. 1912- Foi feita a doação da Igreja para uso fruto perpetuo das Irmãs Filhas de Jesus e do novo Colégio. 1961- Demolição da Igreja.

Histórico da Irmandade: 1786- Fundação da Irmandade do Rosário. 1910- Igreja fechada e a Irmandade enfraquecida e desorganizada.

Iconografia:

Figura 11: Frontispício da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário em Mogi-Mirim, imagem de 1960.



Fonte: POLITO, 2013.

¹⁶ LUIZ, 2016.

POLITO, 2013, p. 68.

BRIDI, 2012, p. 12-14.

Localização: Praça da Bandeira

5. IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO MÃE DOS PRETOS - APIAÍ-SP¹⁷

Construção da Igreja: 1845-1856

Proprietária atual da Igreja:

Empreendedor original:

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Demolida

Histórico da construção:

Histórico da Irmandade:

Iconografia:

Figura 12: Local da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário em Mogi-Mirim que foi demolido, imagem de 2019.



Fonte: STREET VIEW, 2019.

Localização: Ruas 15 de novembro e Tenente Martins

6. CAPELA DE N. S. DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO – PIRACICABA-SP¹⁸

Construção da Igreja: 1858-1867 (Nova) São Benedito.

¹⁷ LUZ, 1996, p. 24.

¹⁸ PACANO, 2018, p. 92.

IPPLAP, 2012, p. 58.

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Piracicaba

Empreendedor original: Miguel Arcanjo B. D'Assumpção Dutra

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Demolida

Histórico da construção: A primeira Capela do Rosário foi demolida e a Igreja de São Benedito Construída. 1858- A capela de Nossa Senhora do Rosário é anterior a essa data. 1867- A capela foi substituída pela igreja consagrada a São Benedito, projetada pelo Miguel Arcanjo B. D'Assumpção Dutra. 1892- Foi anexada uma torre frontal à edificação, sendo construtores Antônio Alves Pompeo e Carlos Dias, sob a direção de Antônio Martins Duarte de Mello. 1906- A capela-mor foi desmanchada, levantando-se as novas paredes até o madeiramento. 1912- Foi executada a cobertura, neste mesmo ano, o corpo restante da igreja foi demolido para a execução do projeto do engenheiro Eduardo Kiehl, tendo João da Silva Amaral como construtor e Augusto Rochelle como mestre-carpinteiro. 1917- A Irmandade de São Benedito convidou o Dr. Kiehl a apresentar planta de reconstrução final da igreja com demolição das velhas paredes de taipa. 1918- Foi autorizada a construção de Igreja São Benedito.

Iconografia:

Figura 13: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em Piracicaba, imagem de 2022.



Fonte: STREET VIEW, 2022.

Localização: R. do Rosário, 801 - Centro, Piracicaba - SP, 13400-000

7. Capela de N. S. do Rosário e São Benedito - São José dos Campos-SP¹⁹

Construção da Igreja: 1869

Proprietária atual da Igreja: Irmandade de São Benedito

Empreendedor original: Irmandade de São Benedito

Irmandade: Irmandade do Rosario e São Benedito

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Demolida

¹⁹IBGE, 2023.

PREFEITURA, 2016.

NUNES, 2018, p. 37.

Histórico da construção: Igreja foi demolida em 1879. Após a demolição da Capela do Rosário, A irmandade do Rosário se uniu com a Irmandade de São Benedito e Construíram uma nova igreja. 1865- Foi enviado à mesa da irmandade um pedido de construção de uma nova igreja pelos direitos de São Benedito. 1867- Antônio de Castro Mendonça doou à irmandade o terreno. 1869- As obras foram iniciadas. 1876- Inauguração. 1879- A antiga Igreja do Rosário foi demolida. 1880-1881- Construía primeiramente em taipa, a igreja começou a ser utilizada. 1887- Inicia uma série de obras, tanto de ampliação, finalização e de acabamento. 1930- Passou por outras mudanças: reforma no telhado, reconstrução das torres e paredes externas, colocação de ladrilhos hidráulicos.1980- O prédio foi tombado pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico). 1984- Após a pintura da fachada, foi lançada um selo comemorativo da data de aniversário da cidade com o desenho da Igreja de São Benedito. 1986- O edifício foi preservado por Lei Municipal nº 3143/86, de 9 de junho de 1986, como Elemento de Preservação 1 (EP-1). 1993- A Fundação Cultural Cassiano Ricardo passou a ocupar, em comodato, o espaço da igreja com o Museu Municipal e, na lateral esquerda da nave principal, o Arquivo Público do Município.

Iconografia:

Figura 14: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em São José dos Campos, imagem de 2022.



Fonte: STREET VIEW, 2022.

Localização: (Primeira Igreja) Largo de Nossa Senhora do Rosário; Praça Cônego Francisco de Oliveira Lima | (Nova Igreja) Praça Afonso Pena, 267 - Centro, São José dos Campos - SP, 12245-650

8. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - BANANAL-SP²⁰

Construção da Igreja: 1843

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Lorena

Empreendedor original: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Preservada

Histórico da construção: 1843- Aquisição do terreno pra a construção da Igreja (RAMOS, 1975, p. 66). 1888- Relatos informam que a igreja necessitava de reparos (RAMOS, 1975, p.66). 1906- Desmoronamento da torre (Ramos, 1975, p.66), nunca reconstruída.

²⁰ ROSADA, 2016, p. 390

Iconografia:

Figura 15: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Bananal, imagem de 1958.



Fonte: ROSADA, 2016.

Figura 16: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Bananal, imagem de 2014.



Fonte: STREET VIEW, 2021.

Localização: R. Benedito Francisco da Silva, 9 - Centro

9. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - EMBU DAS ARTES-SP²¹

Construção da Igreja: 1700

Proprietária atual da Igreja: Companhia de Jesus

²¹ Ibid., p. 370.

Empreendedor original: Padre Belchior Pontes (1735, reconstrução da capela-mor), Padre Domingos Machado (1740, ampliação)

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Preservada

Histórico da construção: 1624 - O bandeirante Fernão Dias e sua esposa Catarina Camacho, doam terras aos jesuítas para o assentamento de uma aldeia (Tirapele, 2003, p. 232). 1700 - Temendo pela segurança dos índios, o padre Belchior Pontes transfere a aldeia para lugar chamado Mboy, construindo a capela atual. 1735- Reconstrução da capela-mor. 1740 - Ampliação da Igreja e construção da residência dos padres, anexa pelo Padre Domingos Machado. 1939 - Restauro realizado pelo IPHAN.

Iconografia:

Figura 17: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Embu das Artes, imagem de 1939.



Fonte: ROSADA, 2016.

Figura 18: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Embu das Artes, imagem de 2015.



Fonte: ROSADA, 2016 .

Localização: Largo dos Jesuítas, 67 - Centro

10. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - SANTA ISABEL-SP²²

Construção da Igreja: 1723

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Mogi das Cruzes

Empreendedor original:

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Preservada

Histórico da construção: 1723- Data tida por tradição popular em que teria sido edificada a Igreja do Rosário. 1812- A igreja passa a ser matriz provisória durante a construção da matriz (Paróquia, 1910-1931, f4)

²²Ibid., p. 372.

Iconografia:

Figura 19: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Santa Isabel, imagem de 2019.



Fonte: STREET VIEW, 2021.

Localização: Praça da Bandeira, s.n., Centro, Santa Isabel

11. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - IGUAPE-SP²³

Construção da Igreja: 1751

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Registro

Construtor original: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1751- Construção da primeira capela do Rosário (Tirapeli, 2003, p.142). 1845- Construção da Igreja atual (São Paulo, 1979, p.05). 1891-1894- A igreja sofre reformas. 1921- Reforma, não especifica. 1925- Nova reforma, não especifica. 1979- Restauro capitaneado pelo CONDEPHAAT, e adaptação para as funções de Museu de Arte Sacra (São Paulo, 1979, p.05). 2014- Transferência do Museu de Arte Sacra de Iguape para uma ala da Basílica do Bom Jesus e retorno da Igreja do Rosário às atividades litúrgicas.

²³ Ibid., p. 375.

PAES, 2014, p. 150.

CUNHA, 2020.

NASCIMENTO, 2015, p. 26-38.

Iconografia:

Figura 20: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Iguape, a esquerda imagem de 1950 e a direita imagem de 2012.



Fonte: CUNHA, 2020; PAES, 2014.

Localização: Praça do Rosário, s.n., Centro, Iguape

12. CAPELA DE N. S. DO ROSÁRIO DE IVAPORUNDUVA - ELDORADO-SP²⁴

Construção da Igreja: 1775-1791

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Registro

Empreendedor original:

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Preservada

Histórico da construção: 1655- Primeiros relatos da ocupação da região de Ivaporunduva (Lemos, 1984, p.49). 1775-1791- Construção da Capela. Século XIX- Edificação da capela-mor, de alvenaria de pedra.

²⁴ Ibid., p. 381.

Iconografia:

Figura 21: Fundo da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Eldorado, imagem de 1984.



Fonte: ROSADA, 2016.

Figura 22: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Eldorado, imagem de 2017.



Fonte: ROSADA, 2016.

Localização: Estrada SP 165, Quilombo de Ivaporunduva

13. IGREJA DE N. S DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO - CUNHA-SP²⁵

Construção da Igreja: 1793

²⁵ Ibid., p. 384.

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Lorena

Empreendedor original: Irmandade de N. S. do Rosário e São Benedito

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Preservada

Histórico da construção: 1793- Construção da Igreja, marcada na fachada. 1887- Reforma, não especificada, marcada na fachada. 1964- Nova reforma, não especificada, marcada na fachada. 1998- Nova reforma, não especificada, marcada na fachada. 2005- Nova reforma, não especificada, marcada na fachada.

Iconografia:

Figura 23: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Cunha, imagem de 2019.



Fonte: Ipatrimônio, 2019.

Localização: R. Dr. Casemiro da Rocha, Largo do Rosário

14. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA Penha - SÃO PAULO (PENHA)-SP²⁶

Construção da Igreja: 1800

Proprietária atual da Igreja: Diocese de São Miguel Paulista

Empreendedor original:

²⁶ Ibid., p. 385.

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Preservada

Histórico da construção: 1800- Construção da Igreja (Bassani, 2014, p.43). 1890- Construção do frontispício e torre atuais (Bassani, 2014, p.43). 1920- Construção de salas na parte posterior (Bassani, 2014, p.43). 1962-1969-Reformas

Iconografia:

Figura 24: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha em São Paulo, a imagem de 1940.



Fonte: ROSADA, 2016.

Figura 25: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha em São Paulo, a imagem de 2016.



Fonte: STREET VIEW, 2022.

Localização: Largo do Rosário, 4 - Penha de França

15. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - AMPARO-SP²⁷

Construção da Igreja: 1831-1838

Proprietária atual da Igreja: Cúria metropolitana de Campinas (Antes de diocese de amparo)

Empreendedor original:

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Preservada

Histórico da construção: 1831-1838- Construção da Igreja. 1987- Processo de Tombamento pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

²⁷ SÃO PAULO, 1985.
ZIMMERMANN, 2006, p. 48.
AMPARO, 2021.

Iconografia:

Figura 26: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Amparo, imagem de 1983.



Fonte: CONDEPHAAT

Figura 27: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Amparo, imagem de 2019.



Fonte: STREET VIEW, 2019.

Localização: Largo do Rosário - Centro

16. IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS - ITAPETININGA-SP²⁸

Construção da Igreja: 1840-1873

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Itapetininga

Empreendedor original: Antônio Florêncio de Azevedo, o “Mestre Florêncio”

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1840- Início da Construção. 1873- Inauguração em taipa de pilão da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, tendo como grande responsável o Mestre de Obras Antonio Florêncio de Azevedo. 1934- Reforma.

Iconografia:

Figura 28: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Itapetininga, a esquerda imagem de 1910 e a direita imagem de 2018.



Fonte: NOGUEIRA, 2006; IGREJA, 2019.

Localização: R. Venâncio Aires - Centro

17. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - PARAIBUNA-SP²⁹

Construção da Igreja: 1841-1870

²⁸ NOGUEIRA, 2006.

RUBENS, 2016.

IGREJA, 2019.

²⁹ Ibid., p. 390.

Proprietária atual da Igreja: Diocese de São José dos Campos

Empreendedor original: Salvador Rodrigues de Sant'Ana (1841-1843), Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Antônio Cândido de Almeida (1858-1870)

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1841-1843- Início Das obras do templo, e terminaram paralisadas. 1858-1870- Retomada das obras e finalização da Igreja do Rosário (Brasil, 1982, p.01). 1930- Demolição da antiga torre, revestimento do frontispício com tijolos e construção de torre central. (Brasil, 1982, p.01). 1982-1983- Queda de parte do frontispício, Restauro realizado pelo IPHAN (Brasil,1982).

Iconografia:

Figura 29: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Paraibuna, a esquerda imagem da antiga igreja sem data e a direita imagem de 2019.



Fonte: ROSADA, 2016; STREET VIEW, 2021.

Localização: Rua Major Soares, s.n., Centro

18. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - SANTA BRANCA-SP³⁰

Construção da Igreja: 1869

Proprietária atual da Igreja: Diocese de São José dos Campos

³⁰ Ibid., p. 393.

Empreendedor original:

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Preservada

Histórico da construção: 1869- Construção da Igreja do Rosário.

Iconografia:

Figura 30: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Santa Branca, imagem de 2019.



Fonte: STREET VIEW, 2021

Localização: Largo do Rosário, s.n., Centro

19. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - SANTOS-SP³¹

Construção da Igreja: 1756

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Registro

Empreendedor original: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário

Ano de Fundação da Irmandade: 1652

Situação: Reformada

³¹AS ANTIGAS, 2007.
IGREJA, 2023.
CONTE, 2008, p. 5.

Histórico da construção: 1756- A irmandade comprou um terreno do Coronel José Ribeiro de Andrade para construir a capela. 1822- Foi construída a Igreja do Rosário.

Histórico da Irmandade: 1652- Foi ereta, num dos altares da Matriz, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Iconografia:

Figura 31: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Santos, a esquerda imagem de 1930 e a direita imagem de 2012.



Fonte: AS ANTIGAS, 2007; IGREJAS, 2021.

Localização: Praça Rui Barbosa s/nº, Centro Histórico

20. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - TAUBATÉ-SP³²

Construção da Igreja: 1700 - 1705

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Taubaté

Empreendedor original: Irmandade de Nossa. Senhora do Rosário

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Reformada

³² Ibid., p. 370.
INTERDITADA, 2010.

Histórico da construção: 1700-1705 - Construção da Igreja do Rosário (STIPP, 2014). 1861-1822 - Reforma e reconstrução da Igreja. 1907-1908 - Com a criação da Diocese de Taubaté, a igreja passa a ser vizinha do Palácio Episcopal, tornando-se uma espécie de Capela Episcopal. 1914- Novas obras, com redescorção interna, época em que os antigos altares foram destruídos e novos, neogóticos, confeccionados, assim como a construção da abside, com paredes de tabique, inscrita nos limites das paredes de taipa da capela-mor. 1936- terceira reforma. 1950-1953 - Quarta e última reforma. 2010- A igreja foi interditada pela Defesa Civil por problemas estruturais, estado em que ainda se encontra.

Iconografia:

Figura 32: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Taubaté, a esquerda imagem antiga da Igreja sem data e a direita imagem de 2019.



Fonte: ROSADA, 2016; STREET VIEW, 2022.

Localização: Praça Barão do Rio Branco, S.n., Centro

21. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - SÃO LUÍS DO PARAITINGA-SP³³

Construção da Igreja: (1º antigo) 1707 | (2º antigo) 1767 | (3º Atual) 1912

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Taubaté

³³ RESTAURO, 2023
IGREJA, 2013.

Empreendedor original: (Antiga) Antônio D.de Castro | (Atual) P. Ignácio Gioia

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1707- A primeira capela foi construída. 1767- A segunda Igreja no mesmo local foi construída. 1912- O templo foi demolido para reconstrução. 1921- A Nova Igreja do Rosário foi inaugurada, tendo como idealizador o Padre italiano Ignácio Gioia, o construtor foi o engenheiro Mestre Pedro Pereira Rio Branco. 2010- A igreja foi castigada por chuvas e a empresa Incorplan participou da recuperação. 2012- A Incorplan iniciou o restauro da igreja, que durou 18 meses.

Iconografia:

Figura 33: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em São Luís do Paraitinga, a esquerda imagem de 1921 e a direita imagem de 2013.



Fonte: RESTAURO, 2021; IGREJA, 2013.

Localização: R. Monsenhor Inácio Giolia,

22. IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS - SÃO PAULO-SP³⁴

Construção da Igreja: 1725

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Registro

Empreendedor original: Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos

³⁴ IGREJA, 2021.
LIMA, 2017, p. 329.

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Demolida e reconstruída em outro local

Histórico da construção: 1721 - Petição da Irmandade, para construção da primeira igreja na Praça Antônio Prado. 1725 – Início da construção da igreja. 1903 A primeira igreja é demolida para implantação do plano urbanístico do prefeito Antônio Prado. 1904 – Início da Construção da nova igreja no largo do paçandu 1906 - A nova igreja foi inaugurada. 1992 - A igreja foi tombada pela Conpresp;

Iconografia:

Figura 34: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de São Paulo, a esquerda imagem de 1900 que foi demolida e a direita imagem de 2018 da igreja reconstruída.



Fonte: IGREJA, 2021; LIMA, 2017.

Localização: Largo do Paissandú, s/nº - Centro Histórico SP

23. IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS - ATIBAIA-SP³⁵

Construção da Igreja: 1763-1817

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Bragança Paulista

Empreendedor original: Irmandade do Rosário dos Pretos

Situação: Reformada

³⁵ Ibid., p. 379.

Histórico da construção: 1763-1817- Construção (TIRAPELI, 2003, p.333). 1888- Foram rebocados, caiados, assoalhados e forrados os corredores laterais da igreja (São Paulo, 1888, s.p.). 1914-1916- Demolição e reconstrução da torre única central, que havia sido abalada pela queda de um raio (Tirapeli, 2003, p.333). 1953- Reforma estilística a transformou em uma igreja neocolonial com duas torres laterais, demolindo-se a torre central. 2001- Foi submetida a obra de restauro. 2001-2003- Reforma/restauro, com reestruturação do telhado, troca do forro e realização das pinturas, feitas por Tadeu Mathias (Reforma...2003).

Iconografia:

Figura 35: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Atibaia, a esquerda imagem de 1945 e a direita imagem de 2016.



Fonte: ROSADA, 2016; STREET VIEW, 2021.

Localização: Praça Guilherme Gonçalves, s.n., Centro

24. IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO - JUNDIAÍ-SP³⁶

Construção da Igreja: 1790

Proprietária atual da Igreja: Cúria Metropolitana de Jundiaí

Empendedor original: Irmandade do Rosário (Antiga)

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário

Ano de Fundação da Irmandade:

³⁶ IGREJA, 2014.
FERREIRA, 2019.

Situação: Demolida e reconstruída em outro local

Histórico da construção: 1790- A primeira igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída, pertencendo à Irmandade do Rosário, a construção da Igreja era de taipa de pilão, coberta com telhas de barro e os pisos de madeira. 1920- A cidade se urbanizava de modo intenso, a igreja foi comprada pelo governo municipal, através da gestão do prefeito Dr. Olavo de Queiroz Guimarães, Jundiaí enfrenta significativas reformas no centro urbano e uma das obras seria o prolongamento da Rua do Rosário. 1922- é demolida a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. 1930- Construção da Nova Igreja do Rosário. 1938- A nova igreja, na Praça da Bandeira, foi inaugurada.

Iconografia:

Figura 36: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Jundiaí, a esquerda imagem antiga Igreja de 1919 e a direita imagem de 2019 da nova Igreja.



Fonte: IGREJA, 2014; FERREIRA, 2019.

Localização: (Antiga) Rua do Rosario | (Atual) Pç. Bandeira

25. CAPELA DE N. S DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO - JACAREÍ-SP³⁷

Construção da Igreja: 1800

Proprietária atual da Igreja: Diocese de São José dos Campos

Empreendedor original: Irmandade de N. S. do Rosário e São Benedito.

Irmandade:

³⁷ Ibid., p. 385.

Ano de Fundação da Irmandade:**Situação:** Reformada

Histórico da construção: 1800- Construção da Igreja pela irmandade dos negros de Jacareí (Bijarel, 1995, p.01). 1906-1910- Demolição do frontispício para a construção do atual e do fundo da capela-mor para a construção de uma abside. [...] (1995, p.02) falam de total demolição e construção de novo templo. Por possuir todo o corpo ainda em taipa e somente o frontispício em tijolos, [...] a igreja foi reformada, e não reconstruída. 1930- Instalação do retábulo-mor, confeccionado pela oficina de Marino del Fávero. 1994- Extinção da Irmandade de São Benedito (Bijarel, 1995 p.02).

Iconografia:

Figura 37: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Jacareí, a esquerda imagem de 1906 e a direita imagem de 2012.



Fonte: ROSADA, 2016; STREET VIEW, 2022.

Localização: R. Voluntário Gabriel Soares, 43 - Centro

26. CAPELA DE N. S. DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS - LORENA-SP³⁸**Construção da Igreja:** 1803**Proprietária atual da Igreja:** Irmandade do Rosário | Diocese de Lorena**Empreendedor original:** Capitão Gregório José dos Santos**Irmandade:** Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

³⁸ CAVATERRA, 2017, p. 141-152.

Ano de Fundação da Irmandade: Indícios 1748

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1838- Capela de Nossa Senhora do Rosário assume o papel de Igreja Matriz. 1874- Devido ao intenso fluxo do Rosário a igreja não suportou foi solicitado um novo projeto do arquiteto Ramos de Azevedo. 1889- Obras de reconstrução, iniciadas pelo Pe. José Ferreira da Silva. 1919- É inaugurada a Capela cuja obra ficou sob a direção do Conde de Moreira Lima.

Histórico da Irmandade: 1803- A Irmandade do Rosário solicita a permissão para construir uma Capela, sendo custeada pelo Capitão Gregório José dos Santos e benzida pelo Vigário Pe. José Gonçalves da Silva.

Iconografia:

Figura 38: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Lorena.



Fonte: CAVATERRA, 2016.

Figura 39: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Lorena, imagem de 2014.



Fonte: STREET VIEW, 2021.

Localização: Pç do Rosário – R. Rodrigues de Azevedo, 43

27. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - CAMPINAS-SP³⁹

Construção da Igreja: (Antiga) 1817 | (Atual) 1956

Proprietária atual da Igreja: Família Teixeira Nogueira | Irmandade | Congregação dos Padres Claretianos | Diocese de Campinas

Empreendedor original: Padre Antônio Joaquim Teixeira

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Demolida e reconstruída em outro local

Histórico da construção: 1797- A iniciativa da construção partiu do padre Antônio Joaquim Teixeira. 1817- A construção da Igreja do Rosário foi toda em pau a pique. 1847- Depois de receber reboco e pintura branca, foi elevada à condição de matriz provisória. 1851- Primeira reforma. 1887- As torres foram demolidas porque suas estruturas estavam comprometidas. 1889- A administração da igreja passou a ser dos Padres Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria. 1907- As paredes de taipa foram demolidas, passando a ter muros de alvenaria. 1909- Começou a ser construído o muro da igreja. 1914- As Obras foram finalizadas. 1923- Houve a

³⁹ A IGREJA, 2019.
VIOLIN, 2018, p. 1-7.
VIOLIN, 2019, p. 1-6.

contratação do artista austríaco Thomaz Sheutel para fazer as pinturas sacras. 1938- Francisco Prestes Maia cria um plano de modernização do Centro, e a igreja teria que ser demolida. 1956- Houve a demolição da igreja e a reconstrução da nova Igreja. 1979- A nova igreja estava construída.

Iconografia:

Figura 40: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Iguape, a esquerda imagem da antiga igreja em 1940 e a direita imagem da nova igreja de 2019.



Fonte: VIOLIN, 2018; STREET VIEW, 2019

Localização: (Antiga) Praça Guilherme de Almeida (Atual) Av. Francisco José de Camargo Andrade, 535

28. IGREJA DO ROSÁRIO DOS HOMENS DE COR E SÃO BENEDITO - MOGI-GUAÇU-SP⁴⁰

Construção da Igreja: 1818-1820

Proprietária atual da Igreja:

Empreendedor original:

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1818-1820- Construção da primeira capela. 1917- Demolição da Igreja, pois estava abandonada por ordem do padre Jaime Nogueira. 1927- Construção da Nova Igreja. 1929- Inaugurada a nova igreja de Nossa Senhora do Rosário, após o vazio deixado há 12 anos. 1959- Foi iniciado a construção da Praça do Rosário. 1960- É demolida a igreja de Nossa Senhora do Rosário. 1961- Construção da igreja Santuário, de Nossa Senhora do Rosário, com o bispo David Picão benzendo a pedra fundamental do Santuário de Nossa Senhora do Rosário, sob supervisão do padre Longino Vastbinder e projeto do engenheiro Jamil Girard Jacob. 1977- Inauguração da Igreja Santuário e elevação a paróquia.

Histórico da Irmandade: 1878- A irmandade recebe doação

Iconografia:

⁴⁰ POLITO, 2013, p. 85-161.
MARQUEZI, 2018.
BERALDO, 2023.

Figura 41: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Mogi-Guaçu, imagem de 1929.



Fonte: POLITO, 2013.

Figura 42: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Mogi-Guaçu, imagem de 1977.



Fonte: (MARQUEZI, 2018)

Localização: Praça Antônio Giovani Lanzi, 199 - Capela

29. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS E SÃO BENEDITO - BRAGANÇA PAULISTA-SP⁴¹

Construção da Igreja: (Antiga) 1821 | (Atual) 1929-1931

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Bragança Paulista

⁴¹ SANTOS, 2023.

Empreendedor original: (Antiga) Irmandade | (Atual) Diocese

Irmandade: N. S. do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito

Ano de Fundação da Irmandade: 1783

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1821- A igreja foi construída. 1872- A fachada do templo passou por reformas. 1929- Dom José Maurício da Rocha – primeiro Bispo da Diocese, aprovou a demolição da velha igreja. 1929- O início da construção da nova igreja o projeto é de Amador Cintra do Prado e construtor Francisco Rodrigues de Gouvêa. 1931- O templo ainda sem cobertura, Dom José Maurício celebrou a primeira missa. 1940- A igreja é ornamentada interiormente pelo pintor sacro Salvador Ligabue.

Histórico da Irmandade: 1783- Foi criada a Irmandade. 1903- O campanário foi colocado doado pelos Irmãos da Irmandade o sino foi benzido pelo vigário Pe. Leonado Gioille. 1913– Dom Duarte Leopoldo da Silva, aprovou o Compromisso de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Iconografia:

Figura 43: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Bragança Paulista, a esquerda imagem de 1889 e a direita imagem de 2016.



Fonte: (SANTOS, 2021; STREET VIEW, 2021).

Localização: Praça Princesa Isabel - Centro

30. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - SERRA NEGRA-SP⁴²

Construção da Igreja: 1826

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Amparo (depois da fundação da diocese)

Empreendedor original:

Irmandade:

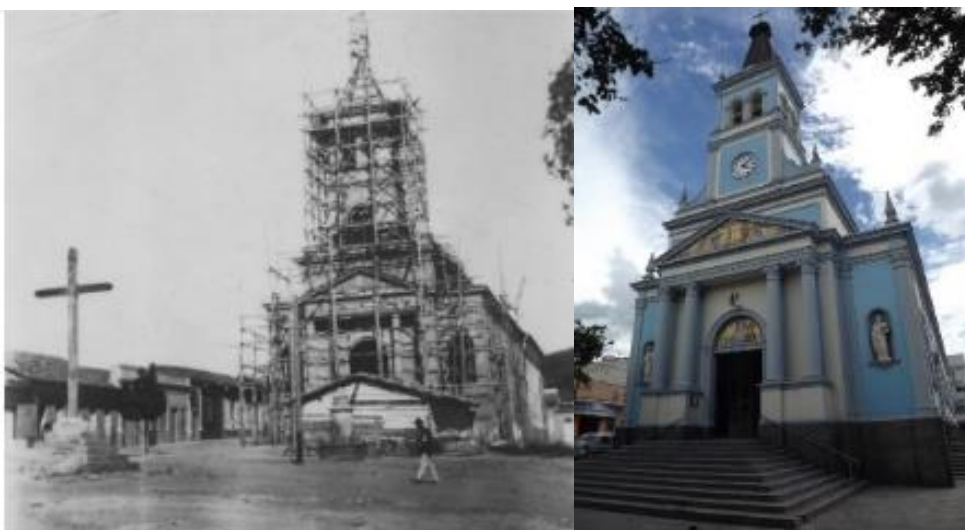
Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1826- Elevou à curada a Capela de Nossa Senhora do Rosário. 1829- Foi substituído o capelão pelo Pe. Policarpo Joaquim de Oliveira Cesar. 1841- A Capela de Nossa Senhora do Rosário da Serra Negra foi elevada em Freguesia. 1903- A antiga capela foi demolida e iniciou a construção da nova igreja. 1916- Foi Inaugurado o Novo templo, após 13 anos de construção. 1956- Foi Pe. Lavello que empreendeu a grande reforma da Matriz e orientado pelo construtor Edno Moscão, transformou-a com as pinturas do teto, mosaicos e vitrais, do artista italiano Prof. Antonio Maria Nardi e as pinturas do altar-mor e quadros da Via-Sacra do pintor paulista, Enrico Bastiglia.

Iconografia:

Figura 44: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Serra Negra, a esquerda imagem de 1916 e a direita imagem de 2016.



Fonte: NOSSA, 2021; STREET VIEW, 2021.

Localização: Praça Lourenço F. de Oliveira - Centro

⁴² LUIZ, 2023.
NOSSA, 2023.

31. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - ITATIBA-SP⁴³

Construção da Igreja: 1827

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Bragança Paulista

Empreendedor original:

Irmandade:

Ano de Fundação da Irmandade:

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1827- Construção da Igreja de Nossa Senhora do Belém (Itatiba, s.d., p.05). 1833-53- Como a igreja se mostrava pequena em um largo apertado, a população decidiu pela construção de uma nova matriz, algumas quadras abaixo. Com a inauguração da matriz nova, a antiga igreja passou a ter como orago Nossa Senhora do Rosário (Itatiba, s.d., p.05). Início do século XX - Reforma estilística da fachada.

Iconografia:

Figura 45: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Itatiba, imagem de 2017.



Fonte: STREET VIEW, 2021.

Localização: Praça Lourenço Alves (Largo do Rosário), s.n.

⁴³ Ibid., p. 389.

32. IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - PIRACAIA-SP⁴⁴

Construção da Igreja: 1839-1871

Proprietária atual da Igreja: Diocese de Bragança Paulista

Empreendedor original: Domingos de Oliveira Leme, Irmandade

Irmandade: Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

Ano de Fundação da Irmandade: Indícios 1748

Situação: Reformada

Histórico da construção: 1839-1871- Construção da Igreja do Rosário, com intervalos em obras paradas (Almeida, 1912). 1904-1905- Demolição e reconstrução de novo frontispício, com o acréscimo das duas torres (Almeida, 1912).

Iconografia:

Figura 46: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário em Piracaia, a esquerda imagem antiga da igreja e a direita imagem de 2019.



Fonte: ROSADA, 2016; STREET VIEW, 2021

Localização: Praça Nossa Sra. do Rosário, s.n. - Centro

⁴⁴ Ibid., p. 390.

Em resumo, o segundo capítulo buscou demarcar, no território paulista, a presença negra, e demonstrar como aconteceu o surgimento de uma identidade afrocatólica na capitania de São Paulo, a partir da localização de 32 igrejas sob devoção à Nossa Senhora do Rosário. A presença considerável de tais patrimônios religiosos demonstra o quão importante foi a devoção negra ao Rosário, capaz de construir diversas igrejas ao longo do território, e como a própria instituição instruía na catequização dos negros.

CAPÍTULO 3: AS IGREJAS E IRMANDADES NO OESTE PAULISTA, NA CAPITAL E NO LITORAL

3.1 Estudos de casos

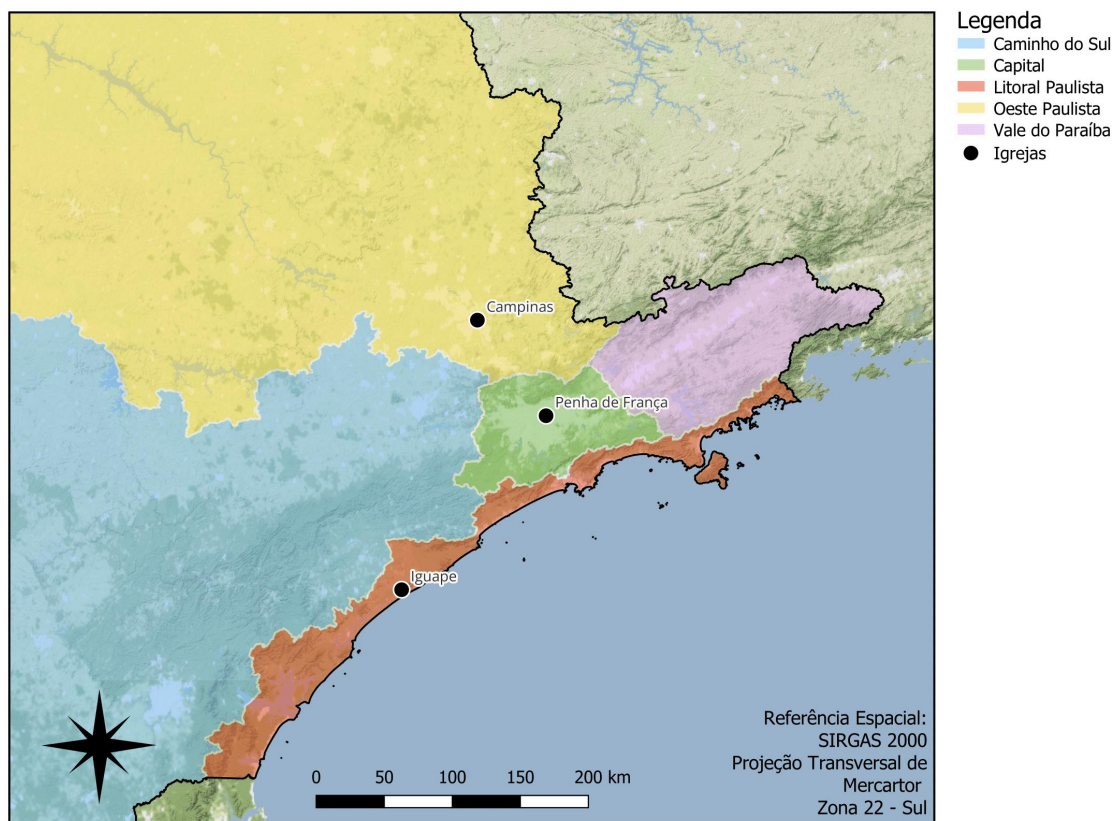
O último capítulo da dissertação busca aplicar os conceitos e teorias analisadas nas partes anteriores em três estudos de caso. A escolha destes locais parte da análise minuciosa do mapeamento das 32 igrejas. Ao perceber tantos locais diferentes, foram levantadas algumas regiões que pudessem contribuir na compreensão e formação desses patrimônios culturais religiosos afrocatólicos, e que durante a pesquisa foi possível obter acesso adequado às fontes e aos arquivos.

A partir da subdivisão da Capitania de São Paulo, proposta pelo pesquisador Francisco Vidal Luna (1998), em cinco regiões distintas, sendo elas a Capital, o Oeste Paulista, o Vale do Paraíba, o Caminho Sul e o Litoral, conduziu-se a análise de algumas cidades de cada região para selecionar os estudos de caso.

Foram observados os seguintes critérios: acesso aos arquivos das igrejas; estado de preservação da igreja e dos arquivos; viabilidade para realizar visita de campo; e atendimento dos responsáveis pelas igrejas. Desse modo, aplicando os critérios mencionados, foram escolhidas três regiões: Oeste Paulista, Capital e Litoral (figura 47), mais especificamente as cidades de Campinas (Oeste Paulista), São Paulo – Penha (Capital) e Iguape (Litoral). Nessas cidades, foram investigadas as formações das irmandades, a construção das igrejas e, em alguns casos, a demolição das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário.

Contudo, a escolha por Campinas acontece, porque, desde a iniciação científica é feito pesquisas sobre o patrimônio religioso. A seleção por São Paulo (Penha), sucede, pois, tem uma localização de fácil acesso para pesquisa e vem através do Movimento Cultural da Penha adquirindo destaque quanto ao seu resgate histórico. Por fim, a indicação para Iguape, surge, pois, levando em consideração as igrejas presente no litoral paulista a de Iguape se apresentava com inúmeras lacunas que somente através de uma pesquisa poderia ser elucidada. Sendo assim, tais igrejas serviram de apoio melhor compreender a construção de uma identidade afrocatólica no patrimônio religioso.

Figura 47: Localização das três cidades dos estudos de caso: Campinas, São Paulo (Penha) e Iguape.



Fonte: Autor, 2023.

3.1.1 Oeste Paulista – Campinas

O surgimento da freguesia de Campinas acontece por incentivo do Morgado de Mateus para uma política de povoamento, inicialmente sob responsabilidade do capitão Francisco de Barreto Leme, que fez a doação ao santo para a construção da Primeira Capela no núcleo urbano. A região foi crescendo e o apoio do Padre Joaquim José Gomes foi fundamental para a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso, em de Vila São Carlos, em 1797. O padre Gomes foi um grande incentivador para criação de novas Igrejas nesta região, pois, justamente em seu tempo de pároco, surgiu a ideia para construir uma igreja do Rosário para os negros.

Figura 48: 1989 – Nova igreja de Nossa Senhora do Rosário de Campina.



Desenho: Autor, 2023

Fonte: Arquivo da Paróquia do Nossa Senhora do Rosário, 2021.

3.1.1.1 A origem da Igreja do Rosário de Campinas

Segundo o pesquisador Caio Violin, em suas pesquisas recentes,

a primeira ideia da construção de uma nova Igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário surge do tenente Pedro Gonçalves Meira⁴⁵. Segundo o cronista Jolumá Brito, Pedro Gonçalves Meira “foi atraído à nascente povoação, que oferecia campo à sua atividade empreendedora” (BRITO, 1957, p.72). Sua mudança para essa região aconteceu antes da elevação da vila. O terreno de sua propriedade estava localizado entre a Rua das Casinhas (hoje conhecida como General Osório) e a Rua de Cima (chamada hoje de Barão de Jaguará) (VIOLIN, 2021, p.403).

O tenente Meira queria construir uma capela dedicada à Nossa Senhora do Rosário, pois havia erguido sua residência num local um pouco distante da matriz. Assim, para contribuir com o crescimento da freguesia e o favorecimento de sua própria moradia, queria financiar a construção de uma igreja. Assim,

era desejo do Senhor Meira “beneficiar a sua imediata vizinhança” (DAUNT, 1900, p.7) construindo uma Igreja, dando assim um prestígio social entre os homens bons. No entanto, o local onde Meira gostaria de construir a Igreja era inadequado. O pároco Padre Joaquim Gomes afirmava a “incompatibilidade do terreno para tal edifício, por estar ainda lodoso e infiltrado d’água, vestígios do antigo brejo” (DAUNT, 1900, p.7). O pároco procurava respeitar as orientações das *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*, redigidas em 1707 e publicadas em 1719 (VIOLIN, 2021, p.404).

A orientação da constituição primeira dizia que “as Igrejas devem fundar e edificar em lugares decentes e acomodados, pelo que mandamos [...] se edifique em sítio alto e lugar decente, livre de humidade [*sic*], e desviado, quando for possível, de lugares imundos e sórdidos [...]” (MARX, 1991, p.22). Tal orientação foi cumprida rigorosamente na fundação de freguesia na capital paulista. Prova disso, é que as cidades fundadas entre os séculos XVI a XVIII têm, no centro ou no terreno mais alto, uma igreja católica sob a devoção de um santo.

De fato, o Pároco da Matriz proibiu Meira de executar a construção da igreja. Meira, irritado com a decisão do padre, passa em “grossa briga” (DAUNT, 1881, p.138) com o sacerdote. O desentendimento o obriga a refugiar-se “ao seu sítio em Indaiatuba, e depois a Ytu” (DAUNT, 1900, p.7) onde morre.

⁴⁵ Pedro Gonçalves Meira foi tenente e um grande proprietário de terras e escravos. Em 1793 constrói uma capela onde futuramente seria a cidade de Indaiatuba.

Alguns anos depois, o terreno que pertencia ao Tenente Meira, onde seria construída a Igreja, passou a ser da Família Teixeira Nogueira, tendo a posse o Senhor Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida⁴⁶ (Capitão), pai daquele que seria o fundador da futura Igreja do rosário, o Padre Antônio Joaquim Teixeira de Camargo. O padre

[...] foi um homem que concentrava em si grande cópia do antigo civismo e espírito empreendedor paulista. Pedro Gonçalves Meira, tratou de edificar uma capella ao lado do logar actualmente occupado pela egreja de que tratamos, no terreno em que depois se construiu o sobrado, propriedade do sr. Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, e que depois foi por alguns anos occupado como cemitério (DAUNT, 1881, p.137 *apud* VIOLIN, 2021, p.404).

No livro “Retratos da Velha Campinas”, de José de Castro Mendes, é possível observar uma ilustração do largo do Rosário e, na legenda, afirma que a casa do lado da igreja era da Família Teixeira Nogueira, pertencente ao Capitão Joaquim (Figura 49).

Figura 49: Ilustração do Largo do Rosário em 1890, do lado esquerdo ao fundo a Igreja do Rosário e ao lado da igreja o casarão da família Teixeira Nogueira.



Fonte: MENDES, José de Castro. Retratos da Velha Campinas, 1951 *apud* VIOLIN, 2021, p.405.

⁴⁶ Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida é filho de José Teixeira Nogueira de Camargo, que seria irmão do Padre Antônio Joaquim Teixeira (fundador da igreja do Rosário). “Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida, batizado em Campinas a 18/12/1830, foi vereador à Câmara Municipal e o maior proprietário rural de seu tempo. Faleceu em Campinas a 12/7/1918 (MELLO PUPO, 1969, p.258 *apud* VIOLIN, 2021, p.404).

Supõe-se que o local de construção da igreja do Rosário pertenceria à família Teixeira Nogueira, pois “o início da construção da capela do Rosário data de 1817, pelo Padre Antônio Joaquim Teixeira Nogueira, ocupando a outra metade da testada da quadra” (LORETTE, 2003, p.62 *apud* VIOLIN, 2021, p.404).

Ao renovar a ideia de edificar uma Igreja sob devoção à Nossa Senhora do Rosário, Padre Antônio Joaquim Teixeira Nogueira⁴⁷ busca apoio dos moradores do povoado e de seus familiares. Segundo Daunt,

A Igreja do Rosário foi fundada em 1817 pelo padre Antônio Joaquim Teixeira [...], depois de outros terem tentado, em vão, dar à Campinas uma terceira igreja. O padre Antônio Joaquim Teixeira de Camargo ‘se tornou herdeiro da ideia’ e fundou a igreja do Rosário: ‘reunindo a si o seu parente, senhor do engenho Joaquim José dos Santos Camargo. Sempre prompto [*sic*] para o que fosse do serviço de Deus, eles deram começo à obra em lugar que a configuração do largo (hoje do Rosário) indicava como próprio; e aos poucos, e maximé ajudados por esmolas dos cativos, conseguiram levantar o templo e pô-lo em estado que permitia a celebração do Santíssimo Sacramento Eucarístico (DAUNT, 1881, p.138 *apud* VIOLIN, 2021, p.405).

Conforme explica o Dr. Ricardo, para a construção do templo religioso foi necessário contar com doações de escravos, além da ajuda de outros irmãos do padre Antônio Joaquim Teixeira. A família ajuda financiar o início das obras, porém, padre Antônio não poderá ver seu trabalho concluído, pois fica doente e vai para Itu em busca de tratamento.

O Padre incentivador, idealizador, fundador e motivador da Igreja do Rosário para negros, falece em 1828, sendo sepultado na Igreja do Carmo em Itu. O padre Manoel José Fernandes Pinto continua o sonho do Padre Antonio em terminar de construir uma igreja para os negros e, com muito esforço, continuaria essa empreitada, seguido pelo padre Januário Máximo de Castro Camargo e Prado, Padre Francisco de Abreu Sampaio e, posteriormente, assumido pela Irmandade do Rosário.

⁴⁷ “Padre Antônio Joaquim Teixeira, nascido em Campinas, foi batizado nesta cidade em 20/06/1793, sendo oficiante o seu tio paterno Frei Antônio de Padua Teixeira, 1º Vigário de Campinas. Ordenou-se em São Paulo (processo de habilitação “de gênero” na Curia Metropolitana). Viveu em Campinas, onde fundou em 1817 a Igreja do Rosário, tendo sua residência em frente à esta igreja na rua do Bom Jesus, uma grande casa que depois foi residência do Major Álvaro Xavier de Camargo Andrade; possuía, também uma chácara no Bonfim, que deixou a seus pais que sobreviveram, chácara legada depois a seus irmãos Domingos e D. Ana, que nela sempre residiu e de onde lhe veio o tratamento de “vovó da chácara”, dado por seus inúmeros sobrinhos. Padre Antônio faleceu em Itu, para onde foram buscar alívio às suas moléstias, a 4/9/1828, sendo inventariado em Campinas.” (MELLO PUPO, 1969, p.262 *apud* VIOLIN, 2021, p. 404).

Diante disso,

A Igreja do Rosário teve “um longo período em que a tarefa de completar o que ainda faltava parecia abandonada” (DAUNT, 1881, p.139). Assim, os padres responsáveis pela paróquia viram a necessidade de criar uma irmandade que deveria zelar pela igreja. A “Igreja do Rosário teve grande apoio e simpatia dos escravos, que colaboraram com esmolas para a construção do templo até que nele se pudesse finalmente celebrar a Santa Missa.” (MARTINS, 2010, p.52). Todavia, segundo Jolumá Brito, ainda não se poderia afirmar que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário seria uma Igreja para *homens de cor*, como se vê no seguinte trecho: A frase “Igreja de Nossa Senhora dos Pretos do Rosário”, causa espécie. Será que o templo que se construía iria ser dos homens de cor – igreja separada dos homens brancos – como também foi o cemitério dos escravos dos de seus Senhores? (BRITO, 1957, p.159 apud VIOLIN, 2021, p.405-406).

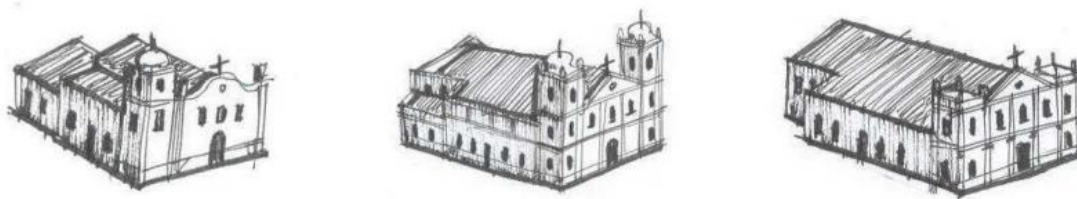
Ao lado da igreja havia um cemitério onde os negros escravizados eram enterrados. Segundo Lorette (2003, p.62), “as taipas iniciadas por Meira, ao lado da capela, foram transformadas em muros do cemitério, servindo para o sepultamento dos negros escravos e libertos católicos – e de ‘pessoas humildes’”. Logo, pode-se pensar que a igreja, além de ser mantida, pode também ser frequentada por negros.

Após a finalização da construção, a igreja sofreu inúmeras alterações, sendo que

O corpo da igreja foi forrado á moda abaulada, ou em meia laranja, como se diz. O assoalho e o côro foram renovados. Janellas receberam os competentes caixilhos envidraçados; e construíram-se dous altares aos cantos do Arco Cruzeiro. A igreja estava sem fronstespicio e torres. [...] A igreja tem capella-mor, nave, dous corredores laterais, terminado, um no altar do Senhor Bom Jesus e outro na sachristia. Esta igreja tem no fundo e ao lado direito um pequeno terreno que separa das propriedades imediatas [*sic*] DAUNT, 1881, p.139 apud VIOLIN, 2021, p.406).

A primeira igreja possuía características arquitetônicas coloniais e, além de modesta, era bem simples. O pesquisador, em sua dissertação de mestrado, rascunha a evolução da igreja do Rosário, desde a primeira construção até sua última modernização, antes da demolição completa (Figura 50).

Figura 50: A primeira Igreja em estilo colonial, de 1817. A segunda Igreja recebeu torres em 1871. e a terceira igreja sem torres, pois por apresentarem risco foram demolidas em 1887.



Fonte: ROSADA, 2010, p. 113

Nesse sentido, pode-se observar

algumas “raras imagens que restaram desta igreja no ano de 1871, e podemos notar que suas duas torres eram as responsáveis por seu adorno. Apesar da singeleza do templo, não deixava de ostentar uma elegante fachada/frontispício⁴⁸”. No ano de 1887, as torres foram demolidas por apresentar riscos de desabamento. Somente no ano de 1928 foi construída uma nova torre, além de passar por uma completa reforma (VIOLIN, 2021, p.406).

A simplicidade da igreja revelava o cuidado que os fiéis tinham com a ornamentação. Em Campinas os padres tiveram cuidado para dar uma certa dignidade à celebração. A irmandade pouca autonomia possuía, pois os párocos da matriz se viam na responsabilidade de administrar a igreja, de modo que a ornamentação interna tinha seu teto

dividido em dois compartimentos. O 1º, á entrada, representa o Santíssimo Sacramento, estando uma custódia ao meio e dous anjos ao lado em adoração. Em baixo um altar e em frente ao altar quatro jovens clérigos de joelhos. No 2º se vê Santa Clara, S. Francisco de Assis, S. Domingos, Nossa Senhora do Rosário e a imagem de Christo ressuscitado (*[sic]*, DAUNT, 1881, p.141 *apud* VIOLIN, 2021, p.407).

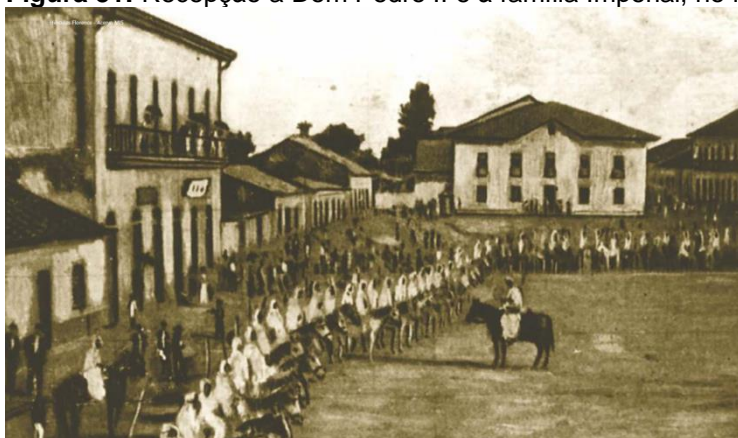
O singelo templo ainda

serviu de sede da Igreja Matriz (Dedicada à Nossa Senhora da Conceição) por duas vezes. A primeira, de 1846 a 1852, até a restauração da Igreja Matriz Velha (a construção era desde a criação da freguesia). Essa transferência aconteceu porque Campinas iria receber a visita do Imperador Dom Pedro II, no ano de 1846. (VIOLIN, 2021, p.407)

⁴⁸ Diz Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci Cf. http://www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista45/sarao_ol_texto1.htm. Acesso em: 10 de nov., de 2021.

A importância da visita do Imperador (Figura 51) fez com que Campinas se organizasse e apresentasse uma cidade agradável e com potencial econômico. Para isso, uma comissão foi reunida e decidiram por organizar a cidade da melhor maneira possível. Com a matriz nova em construção, e a matriz velha caindo aos pedaços, a igreja do Rosário seria a matriz e teria uma certa notoriedade, uma vez que as celebrações oficiais da visita Imperial seriam realizadas nela.

Figura 51: Recepção a Dom Pedro II e à família Imperial, no largo do Rosário em 1846.



Fonte: Campinas, 240 anos de história, 2014 *apud* VIOLIN, 2021, p.406.

Nessa perspectiva, pela segunda vez a igreja do Rosário voltaria a ser matriz, visto que, com o aumento territorial e populacional da cidade, além da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, passaria a existir uma nova freguesia, denominada de Santa Cruz. Desse modo, Caio Violin afirma que

a segunda transferência, ocorreu de 1870 a 1883, cuja justificativa se deu porque o território compreendido [...] era muito grande e a população crescia conforme o tempo, resultando na necessidade de dividi-lo em duas paróquias, uma dedicada à Nossa Senhora da Conceição e a outra à Santa Cruz. Dessa forma, a Igreja do Rosário ficou como sede da Paróquia Nossa Senhora da Conceição até que a Igreja da Matriz Nova (Catedral) ficasse pronta (VIOLIN, 2021, p.407).

O caso da igreja do rosário de Campinas é muito peculiar. Por ser uma igreja financiada pelos senhores escravocratas e ter se tornado matriz duas vezes, sua irmandade tinha uma certa função, mas não foi a responsável pela construção do templo. Assim, na próxima parte será aprofundado o papel da irmandade a partir das fontes encontradas.

3.1.1.2 A irmandade do Rosário de Campinas

No caso da cidade de Campinas, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário teria sido criada em 8 de abril de 1853, conforme uma das atas da Irmandade:

No louvável intuito de soerguer a benemérita Associação de Nossa Senhora do Rosário, fundada nesta igreja no dia 8 de abril de 1853, o Padre Sebastião, convocou e presidiu três reuniões preliminares, efetuadas nos dias 24 de maio, 5 e 20 de junho deste ano em curso (ATAS, 1951, p.2).

Não consta registro da época de fundação da Irmandade do Rosário de Campinas, sendo que o primeiro registro existente é sobre a convocação de uma nova mesa diretora, em 1895, dirigida pelo Conego João Batista de Correa Nery⁴⁹. Dois livros de tombo e atas auxiliam no entendimento de alguns aspectos da existência da Irmandade. Em sua maioria, as atas relatam a eleição da mesa diretora, contendo longos espaçamentos temporais de reuniões. Há também discussões acerca da conservação do templo religioso, prestação de contas e aquisição de novos materiais, além de discussões sobre a festa da padroeira, conforme exemplo a seguir:

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA MESA ADMINISTRATIVA DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro das 1895 às duas e meia horas da tarde, no consistório da irmandade, presente, o Revemo Juiz, Tesoureiro, Secretario, Andados, e os irmãos da mesa João Raul, Antônio Pedro da I, Custodio José Martins, David Roberto Alves, Acácio Antônio Ricardo, Moyses de Oliveira, Antônio Jose Martins e Francisco Antônio Moraes. Em vista de ter números legal o Senhor presidente declarou aberta a sessão. O secretario procedeu a leitura da acta da sessão anterior e foi aprovada. Continuando a reforma do compromisso foi o mesmo aprovada com algumas emendas. O senhor presidente propôs que, a começar de janeiro em diante seja celebrada uma missa. Por intenção de todos os irmãos vivos falecidos, havendo na tarde do mesmo dia recitação do terço e mais orações, e para cuja actas deve comparecerem o maior número de irmãos possível. Esta proposta foi unanimemente aprovada. Nada mais havendo a tratar – se o senhor presidente encerrou a sessão, de novo convidou os irmãos mesários para reunirem no próximo domingo 1 de dezembro, as 2 horas da tarde, para tratar-se ainda de assuntos referente da irmandade. E para constar lavrei a presente acta que depois de lida e aprovada será assinada. Eu Manuel Carlos de Toledo Leite secretario a escreví. Em tempo: declaro que a missa pelos irmãos vivos e defuntos deve ser no primeiro sobrado de cada mês e a devoção na tarde do primeiro domingo. Conego João Baptista correa Nery, juiz; Albino Fernando Guimaraes, Tesoureiro; Manoel Carlos de Tolivo Leite, Secretario; Jose Ramos da Cunha, Procurador (ATAS, 1895, p.6).

⁴⁹ O Cônego João Batista de Correa Nery foi muito importante para Campinas, além de ter sido pároco da Matriz foi o primeiro bispo da futura diocese de Campinas que seria erigida em 1908.

É possível observar como era importante para o Padre e os irmãos se reunirem e decidirem sobre a reforma do compromisso, além do incentivo da oração. No total, existem 35 atas de reuniões que se iniciam no ano de 1895 e terminam em 1949. Durante esses anos, observa-se que a irmandade conseguia cumprir seu papel, da mesma forma que a própria Igreja Católica orienta em seus documentos. A irmandade do Rosário de Campinas, contrariando a afirmação do cronista Jolumá Brito, era inicialmente destinada a membros de afrodescendentes e negros, como constata-se no livro “A vida religiosa de Campinas”⁵⁰:

[...] por ocasião de ser discutido o novo compromisso. Havia, ao que parece, uma corrente favorável à supressão de um dispositivo do antigo Compromisso, aquele que vedava entrada aos homens de côr; o Baía opôs-se, achando que devia ficar tudo como antes:
- Vão os negros para S. Banedito e os mulatos para o Rosário, sentenciou ele, e a sua opinião prevaleceu. Os irmãos submetiam-se à sua ditadura sem recalcitrar (A VIDA religiosa de Campinas, 1947, p.20).

Sendo assim, fica evidente que a irmandade do Rosário de Campinas era destinada, a princípio, aos devotos de cor parda. No tempo em que a Igreja do Rosário foi matriz provisória pela ocasião da visita de Dom Pedro II, em 1846, a Irmandade do Santíssimo Sacramento “passou a conviver ao lado dos Irmãos de N. Senhora do Rosário, ela se sentiu em plano inferior pelo que diz respeito à piedade” (A VIDA religiosa de Campinas, 1947, p.15), mostrando que a irmandade do Rosário, mesmo modesta em sua igreja, ganhou um destaque pela sua piedade e oração.

Nesse momento, percebe-se um equívoco de datas que não se pode relevar. No livro Ata 02 da Irmandade do Rosário, sua fundação teria sido em 8 de abril de 1853, conforme descrito no trecho anterior, porém, a menção do livro “A vida religiosa de Campinas – através do histórico da irmandade do Santíssimo Sacramento da

⁵⁰ Este livro é uma edição comemorativa dos 100 anos a reorganização da irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral, há um personagem muito notório que é o “Baía” como o próprio livro cita Antônio Francisco Guimaraes (Baía) “era português de nascimento, natural da Freguesia de S. Pio de Moreira de Cônegos, termo da cidade Guimaraes, na Província do Minho. Eram seus progenitores Manoel Fernandes Dias e Maria Francisca, falecidos ambos antes de 1868. Guimaraes veio muito moço para o Brasil e fixou-se a princípio na Capital da Bahia, e daí o apelido pelo qual era designado em Campinas. Na cidade do Salvador, dedicou-se ao comércio, com muitos dos seus compatriotas; ali prosperou, fez fortuna. Tempos depois por motivos que não importa apurar, transferiu sua residência para a Província de S. Paulo. Parece que ele não veio diretamente para Campinas, pois há quem diga que ele estacionou por algum tempo em Sorocaba. [...] Em que ano chegou o Baía a Campinas? Ignora-se; apenas se sabe que ele já residia aqui bem antes de 1836” (A VIDA religiosa de Campinas, 1947, p.16).

Catedral”, mostra que no ano de 1846 já existia a Irmandade do Rosário. Por conseguinte, por não ser possível encontrar mais fontes historiográficas a respeito do assunto, não é possível afirmar qual seria a correta data de fundação da Irmandade do Rosário de Campinas, sendo necessário convencionar que em 1846 a Irmandade do Rosário já teria sido fundada.

De certo modo, a irmandade e o templo do Rosário começam sua transformação a partir do ano de 1899, quando os padres da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria (Claretianos) assumem a administração religiosa do templo. Então, na reunião da décima quarta sessão extraordinária da mesa diretora, no dia 19 de fevereiro de 1899, o secretário da Irmandade relata em ata que o Juiz Padre Manoel Ribas d’ Avila⁵¹, argumenta que

[...] considerando que é necessário procurar um meio para que a referida irmandade possa desempenhar-se cabalmente do dever de promover o culto de N. Senhora; considerando que a Igreja do Rosário passa a maior parte do ano fechada a esse culto tão recomendada pelo atual Sumo Pontífice reinante Senhor Papa Leão XIII, por falta de sacerdotes nesta cidade, considerando que a Irmandade há muito tempo não possui, por esta última razão o fundido capelão que dirija seus destinos espirituais de modo que os nossos irmãos não tem como auferir os fructos de que carecem; considerando a pena que causa ver a Igreja mais central de Campinas não poder ao menos servir, por falta de capelão efetivos, para o cumprimento do preceito da audição da missa considerando que a Igreja ainda necessita de concerto e, fechada com anda naturalmente vão se tornando cada vez mais precárias suas condições de conservação; considerando que para satisfazer todas estas necessidades encontrará a Irmandade a maior boa vontade na Congregação dos Filhos do Imaculado Coração de Maria (ATAS, 1899, p.20).

O Padre Ribas, preocupado com os fiéis e o estado de conservação, busca convencer a irmandade do Rosário na conscientização da importância de ter uma congregação com padres presentes no respectivo templo. Padre Ribas propõe, então, aos irmãos:

⁵¹ A 4 de janeiro de 1897 aconteceu a nomeação do padre Manuel Ribas d’Ávila como pro-pároco da Freguesia de Santa Cruz do Carmo. Ele substituiria ao falecido cônego Scipião Ferreira Goulart e ficaria no cargo até 1904. Nesse período de sete anos Campinas, como todo Brasil, vivia a atribulação da mudança de séculos, que coincidia justamente com a presença de um campineiro, Manuel Ferraz de Campos Salles, na presidência da República. E, para a Igreja, era a dura etapa de transição após a separação do Estado, que havia ocorrido logo após a Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889. O padre d’Ávila foi, à frente da paróquia de Santa Cruz do Carmo, o pároco nessa etapa de grandes mudanças para a vida local, nacional e, em particular, para a Igreja brasileira. O padre Manuel Ribas d’Ávila assumiu a paróquia em um momento muito importante para a vida da cidade. Foi o momento em que Campinas procurava se restabelecer dos seguidos surtos de febre amarela, que abalaram em muito a posição da cidade no cenário estadual e nacional. 1897 foi exatamente o ano do último desses surtos, mas com efeitos bem menores do que os anteriores, em particular o de 1889, que quase arrasou Campinas (MARTINS, 2010, p.92).

1º Fazer a acomodação precisa para a residência dos Reveno Sacerdotes Filhos do Imaculado Coração de Maria e seus auxiliares, que forem designados pelo Superior da respectiva Congregação para estabelecerem residência da referida Igreja, cujas chaves como as de suas dependências ficarão sob a jurisdição exclusiva dos mesmos, pelo tempo em que durar a dita residência, sem ônus algum de sua parte para com a Irmandade, que também não se compromete a proporcionar meios para a sustentação dos membros da congregação a que fica entregue a Igreja.

2º Enviar uma cópia da presente acta no que se referir a deliberação que a mesa tornar a respeito da proposta apresentada a suprema autoridade eclesiástica da Diocese e outra a referida Congregação aquela para ser aprovada, a esta para sua sciencia e posse, mediante um arrolamento do que foi entregue. Sessão da irmandade do Rosário de Campinas aos desenove de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e nove digo noventa e nove (ATAS, 1899, p.21).

Com a proposta feita pelo Padre Ribas, o templo e a irmandade só teriam benefícios, pois, a partir daquele momento, os padres missionários teriam dedicação de tempo à vida religiosa e pastoral do local.

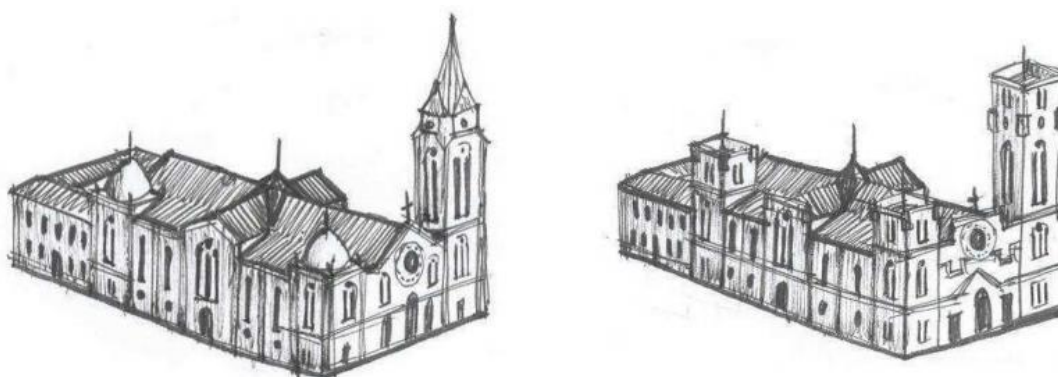
3.1.1.3 A nova administração da Igreja do Rosário

A transformação do patrimônio religioso afrocatólico só iria acontecer com a chegada dos “padres da congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria⁵² (Claretianos), em 1899, haveria uma grande mudança de fato [...], pois,

⁵² “Em 1898, a Igreja do Imaculado Coração de Maria (São Paulo) já havia sido consagrada, era o momento de os Claretianos trabalharem na fundação de novas casas. Cedo as pregações missionárias dos Claretianos pediram a criação de casas e de comunidades que lhes servissem de abrigo e viabilizassem incursões mais distantes e, outrossim, regulares e constantes. Entre os dias 4 e 16 de janeiro de 1889, a Casa-missão de São Paulo recebeu o Pe. Antônio Dalmau Caldero, Padre Visitador em viagem pela América do Sul. Durante a sua estada tratou-se de nova fundação. Havia, então, convites de várias cidades, entre outras, Sorocaba, Bauru e Franca. Duas eram as cidades, àquela altura, cogitadas pelos Missionários Claretianos: Campinas e Botucatu. Correspondências encaminhadas às Dioceses responsáveis foram favoravelmente respondidas, estava aberto o caminho para a expansão. Os Missionários Claretianos mostraram preferência pela cidade de Campinas, todavia, devido à solicitação de Dom Joaquim Arcoverde, agora Arcebispo do Rio de Janeiro, decidiu-se por Botucatu. É necessário observar que Dom Joaquim Arcoverde esteve à frente da Diocese de São Paulo entre os anos de 1894 e 1897 sendo, posteriormente, transferido para a Arquidiocese do Rio de Janeiro. A sede de São Paulo será vacante até a chegada, em 1899, de Dom Antônio Cândido de Alvarenga. Dom Joaquim Arcoverde, durante a sede vacante, foi o responsável pela Diocese de São Paulo, daí a sua participação no processo de criação de novas comunidades por parte dos Missionários Claretianos. Apesar da escolha, por parte de Dom Joaquim, de Botucatu, no final, a partir de visitas de Claretianos às cidades e apurada avaliação das circunstâncias a serem encontradas e daquilo que lhes era oferecido, a cidade de Campinas foi definida como a cidade que receberia a segunda Casa dos Missionários Claretianos. Entre as observações favoráveis à escolha de Campinas o Livro Tombo (1899 -1930), em notas assinadas pelo Padre Fidel Orueta, um dos integrantes da Segunda Expedição, registra o tamanho da cidade – aproximadamente 35 mil habitantes – e as linhas ferroviárias Mogiana e Paulista, que, àquela altura permitiam avançar em regiões do interior do Estado

com a dedicação dos missionários, a” antiga igrejinha “ganharia nova fachada, novos altares, novas imagens e novas pinturas, tornando-se uma das igrejas mais belas de Campinas” (VIOLIN, 2021, p. 408). Tais, “transformações que aconteceram no templo durante longos períodos históricos seriam um reflexo da vida religiosa presente na região” a presença de padres espanhóis exclusivos na igreja anularia a presença de uma irmandade de negros e a participação dos leigos, resultaria o ir à missa. Contudo, para compreender melhor todo esse processo é necessário voltar a origem da congregação dos padres claretianos.

Figura 52: A Nova Igreja do Rosário de 1914 no lado esquerdo. No lado direito, a reforma estilística da fachada e lateral em 1930.



Fonte: ROSADA, 2010, p. 114.

A Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, conhecido como Claretianos, teve sua iniciativa pelo Santo Antônio Maria Claret (Figura 53), seguida de seus companheiros José Xifré, Estevão Sala, Manoel Vilaró, Jaime Clotet e Domingos Fábregas, no dia 16 de julho de 1849, na cidadezinha de

de São Paulo e de Minas Gerais. Tratava-se de escolha estratégica que permitiria aos Missionários levar a Palavra aos interiores do país. A escolha definitiva para a fundação de nova comunidade ainda tardaria, Padre Genover Carreras, Superior da Casa de São Paulo, expressava preocupação com o surto de febre amarela na cidade de Campinas e, a despeito da preferência pela cidade, procurou acompanhar os desdobramentos da doença no interior do Estado de São Paulo. A espera demonstrou ao Superior de São Paulo que Campinas estaria em condições de receber a Comunidade Claretiana. Inaugurada solenemente no dia 24 de setembro de 1899, a nova casa exigiria grande esforço. Os Missionários receberam uma casa e capela de feições modestas e antigas. Dedicaram-se ao trabalho de ampliação e de reconstrução. Em novembro 1913, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário estava pronta, faltava decorá-la e instalar os altares; em nada lembrávamos a casa e capela originais. A Europa vivia os tempos tristes e áduos que prenunciavam uma guerra de grandes proporções, os altares, no total de seis, lavrados na Itália, segundo nos conta o Pe. Elias Leite, chegaram ao Brasil em 1914. A Igreja ganhava forma e graça pelas mãos daqueles que se empenhavam na sua construção e consagração. ” Diz DUARTE, Josias Abdalla. Cf. <http://serclaretiano.com.br/formacao/historia-dos-claretianos-no-brasil-parte-6/>. Acessado em 01 de agosto de 2021.

Vic, na Espanha (Figura 54), tendo como propósito anunciar a Palavra de Deus por todos os meios possíveis, em todo o mundo conhecido.

Figura 53: O arcebispo Antonio María Claret.



Fonte: Luis de Madrazo. 1612-1648. Museu do Romantismo de Madrid.

Figura 54: Pintura da Fundação da Congregação em 16 de julho de 1849.



Fonte: Missionários Claretianos no Brasil, 2022.

Durante os anos de 1858 a 1899, o Pe. José Xifré assume como Superior Geral da Congregação e, em diálogo com Dom Joaquim Arcoverde A. Cavalcante, bispo de São Paulo, firma o acordo de enviar os Missionários Claretianos para ao Brasil em

1895. Os primeiros missionários Claretianos chegam no dia 19 de novembro de 1895, na cidade de Santos.

No Brasil, para dar início à obra claretiana, vieram dez missionários a São Paulo, dentre eles o primeiro padre “superior da comunidade e chefe da primeira expedição de missionários ao Brasil” (BERALDI, 2012, p.57), Pe. Raimundo Genover e Carreras⁵³. Porém, com suas instalações não estando prontas, foi necessário que vivessem provisoriamente “nas habitações anexas à igreja da Ordem Terceira de São Francisco” (JUBILEU ÁUREO, 1945, p.8). Num relato dos padres missionários,

É indescritível a impressão que se recebe em terra estranha, de língua diferente, posto que hospitaleira e generosa. Parece o horizonte da vida enevado por neblina que adeja, sobe e desce, turvando a limpidez da vista que deseja o nítido clarão da comunicação e convivência. Os nossos primeiros Missionários sentiram esses naturais percalços e inevitáveis choques da humana natureza, até passarem as saudades do que se deixou, nos longes do velho mundo, e até se habituarem aos costumes da nova terra que lhes seria campo ubertos de bênçãos celestes (JUBILEU ÁUREO, 1945, p.7).

Em nova terra de missão, os padres missionários difundiram-se por outras regiões. Depois da fundação da Casa-Mãe de São Paulo, a próxima comunidade a

⁵³ Padre Raimundo Genover e Carreras, Nasceu em Seviña, Província de Gerona, a 8 de dezembro de 1853. Aos oito anos de idade já iniciara seus estudos eclesiásticos e aos 11 anos cursava já o 3º ano de latim. Foi durante todos os anos de Seminário o mais exemplar de todos os Estudantes e nas ciências não brilhou menos, pois obteve, durante todos os seus anos de estudo e em todas as matérias a nota de “Meritissimus Maior”. Sobre sua entrada na Congregação, ele mesmo deixou escrito: “A carta em que me comunicaram minha admissão no Instituto dos Filhos do Coração de Maria, foi escrita no dia 6 de maio de 1872 pelo Revmo. Padre Serrat, Secretário da Congregação, e assinada pelo Padre Xifré. Tenho-a guardado toda minha vida e a levo costurada dentro do escapulário, para que me enterrem com ela ao dar sepultura ao meu cadáver. Por isso rogo aos que me assistam naquela hora, que me enterrem com o escapulário posto”. Admirável exemplo de amor à vocação que recorda São Francisco Xavier levando sempre ao pescoço a fórmula de sua profissão e a assinatura do Superior, Padre Inácio de Loiola. Terminando o ano de noviciado, professou no dia 16 de julho de 1873, sendo logo nomeado professor de latim dos primeiros postulantes da Congregação e teve que esperar três anos para receber o Presbiterato, por falta de idade, ordenando-se com 22 anos e meio. Naquela época aparecia já verdadeiro modelo de observância regular, silencioso, piedoso, obediente, humilde, fazendo-se pressentir o custódio (Proteção) vigilantíssimo e inflexível da observância regular. Ordenado sacerdote em 1876, permaneceu na Espanha até 1895, tendo sido várias vezes Superior e dedicando-se sobretudo à pregação de Missões, figurando com honra e destaque entre nossos mais insignes Missionários, herdeiros imediatos de nosso Santo Fundador. Em 1895, foi designado para Superior da Primeira Expedição de Missionários ao Brasil, novo e dilatado campo que se abria ao zelo de nossa Congregação. Conta-se que, numa ocasião, o Revmo. Padre Xifré ou M. R. Padre Serrat disse ao Exmo. D. Arcoverde: “Enviamos a V. Excia., para Superior da fundação de São Paulo, um Padre adornado de um espírito muito semelhante ao de São Francisco Xavier”. Uma vez no Brasil, dedicou-se com toda a robustez de seu espírito apostólico aos ministérios, sobretudo às missões, indo à frente de todos com seu exemplo e procurando, além disso, estabelecer em bases sólidas aquela promissora fundação (MISSIONÁRIOS CLARETIANOS BRASIL, 2015).

ser fundada foi a comunidade de Campinas, a qual contou com o apoio do vigário que ali estava estabelecido.

Outro relato da vinda dos padres claretianos a cidade de Campinas mostra que

Em dezembro de 1896, um dos Missionários fazia umas pregações na antiga e conhecida Matriz do Carmo. Ladeado do Rvmo. Vigario, Conego Antonio da Costa Bueno, alongava as visitas, do alto da torre da Matriz, pela populosa cidade, deliciando-se no panorama que se descortinava. Surgindo-lhes à frente à igreja do Rosário, o Cônego Antonio alvitrou a ideia do estabelecimento de uma Comunidade para tomar conta da igreja.

Decorrido apenas um ano, dois padres se hospedaram, de passagem, na casa do novo Vigario, Rvmo. P. Manoel Ribas d'Avila, e novamente a conversa se deslisou acerca da fundação de uma Comunidade religiosa. Tudo facilitou o dedicado e apostólico P. Ribas, sempre bem lembrado pelos Missionários, dispondo-se a dar arrumação, incondicionalmente, a quantas dificuldades pudessem surgir à tona (JUBILEU ÁUREO, 1945, p.22).

Então, a nova comunidade claretiana de Campinas firma acordo com a Irmandade do Rosário, até então proprietária da Igreja, por incentivo do Padre Ribas. O seguinte acordo fora firmado:

Contrato celebrado em vinte e nove de agosto do ano de mil oitocentos e noventa e nove nesta cidade de Campinas, Diocese de S. Paulo no Brasil entre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Campinas, representada pela Mesa Administrativa da mesma e a Congregação de Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, representado pelo Revmo. Pe. Raymundo Genover, superior dos mesmos missionários, está estabelecido em São Paulo pelo qual livre e espontaneamente obrigam ao seguinte:

1) Com o intuito de dar culto a Nossa Senhora na Igreja do Rosário de Campinas, a Irmandade do mesmo nome, proprietária dela, entrega e cede espontânea e absolutamente, sem ônus, por tempo indeterminado a Congregação dos Filhos do Imaculado Coração de Maria, representado pelo supra dicto Pe. Genover, a uso e usufruto da mesma igreja com todos os cômodos adjuntos, joias, alfaias, paramentos, moveis etc... Os dictos Padres poderão na mesma Igreja, confessar, celebrar missa, pedir e receber esmolas, e fazer todas as funções religiosas, que lhes aprouver com inteira independência, salvos sempre os direitos parochiaes.

2) Logo que estes Padres entrarem na posse da igreja se fara um inventario por duplicata, assignado pelo Pe. Superior da Comunidade, e pelo Juiz da Irmandade, dos objetos existentes na igreja, sacristia e demais habitações. Um destes inventários ficará em poder da Irmandade e um conservará o mesmo Pe. Superior. Se acontecer aos fiéis darem algum presente de alfaias, joias etc, ou outros objetos do culto serão considerados como pertencendo a igreja, si não é que tiverem alguma marca ou outro qualquer sinal que indique o contrário, ou na mesma doação se fizer constar outra causa.

3) Quando a Irmandade houver de celebrar alguma festa ou função religiosa na sua Igreja ou em outra igreja para onde for convidada se porá de acorde com o Pe. Superior da Comunidade o qual prestara todo o seu concurso para que se faça com solenidade e boa ordem. O mesmo Pe. Superior deve julgar dos abusos, faltas de rubricas e outras desordens que podem cometer-se no templo e em caso necessário recusar aquilo que for

oposto ao espírito da igreja ou a outras disposições de seus superiores _____, no canto, pregação etc-etc.

4) Os Padres da Congregação devem conservar diligentemente como si fosse próprio tanto o edifício como todas as causas que lhe pertencem. Por conta própria farão os reparos e consertos necessários e ordinários, não sendo a despesa maior de 200\$000 ---, duzentos mil réis, em cujo caso deverão ser auxiliados pela Irmandade.

5) As despesas extraordinárias, não necessárias, isto é, feitas só para argumentar, melhorar ou adonar o edifício, devem ser pagas pela Irmandade. No caso, porém que as fizerem os Padres eles conservarão o domínio sobre elas, de tal sorte, que si acontecer ----- ou abandonarem o edifício por motivo de força maior ou por outra causa, deverão ser indenizados ou terão o direito de voltar a ocupar o edifício.

6) Como a ocupação do edifício não se faz senão com a aprovação da autoridade superior eclesiástica, assim não poderão ser despedidos dele sem consentimento expressa do Prelado diocesano. Pela mesma razão considerar-se-a extensivo aos Missionários aqui existentes o contrato que para o prudente exercício do Sagrado ministério foi feito pelos 99 missionários estabelecidos em S. Paulo.

7) Os artigos precedentes somente terão vigor si forem aprovados pela autoridade diocesana.

Pe. Manoel Ribas d' Avila: Juiz da Irmandade

Luis de França Junior, Secretario. Joaquim Villac, Thesoureiro. A rogo de Acácio Ricardo, 1º Andador por não saber ler nem escrever, Luis de França Junior. Alfredo Pinto, Aparecido de Souza: Procurador. João Engler, Zelador. João Raul, Moysés de Oliveira. A rogo de João Catharino do Rosário por não saber ler nem escrever João Raul. Alfredo Pinto, José João de Deus. Henrique Engler. José Narciso Monteiro. Luis Jose de Almeida. A rogo de Alexandrino Pinto por não saber escrever. Alfredo Pinto e João Engler.

Pe. Raymundo Genover, superior dos Missionários do Coração de Maria. Visto e examinado o contrato supra, celebrado entre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Campinas desta Diocese e os Revmos. Padres Missionários da Congregação dos Filhos do Imaculado Coração de Maria, representados por seu superior o M.to. Revmo. Pe. Raymundo Genover, damos nossa aprovação a todas as disposições dos sete artigos de que consta o dito contrato. Residência Episcopal em S. Paulo, 22 de setembro de 1899. + Antônio, Bispo de S. Paulo.

Nada mais se continha nem declarava-se em dito contrato em tudo aqui do original fiel e integralmente transcrito e o cujo original me reporto: dou fé. São Paulo, 30 de setembro de 1899 – Conego Júlio Marcondes de Araújo e Silva escrivão da câmara eclesiástica e secretario do Bispado (LIVRO DE CRÔNICA, 1899, p.1).

Como é possível analisar no documento citado integralmente, a Irmandade do Rosário entrega e cede à Congregação Claretiana a “Igreja com todos os cômodos adjuntos, joias, alfaias, paramentos, moveis, etc” (LIVRO DE CRÔNICA, 1899, p.1), para dar culto à Nossa Senhora na Igreja do Rosário de Campinas. No mesmo documento há cláusulas a respeito tanto da procedência que a Congregação deve ter, quanto a função da Irmandade depois da concessão, cada uma com sua obrigação. A partir desse contrato, a Irmandade passa a financiar tanto a Igreja como a comunidade de padres que ali estará presente. No dia 24 de setembro de 1899, com

sermão do P. Ribas e solene Te Deum⁵⁴, acontece a solene fundação da Comunidade dos Padres Missionários Claretianos na Igreja do Rosário da cidade de Campinas, tendo como superior da nova comunidade religiosa o Padre Eusebio Sacristán⁵⁵, e os Padres Lourenço Playán, José Beltrán, Manoel Martin Roda e Fidelis Urueta, e os Irmãos José Noguier, André Balsells e Candido Sanz. No início da comunidade, a residência não estava pronta e, não tendo onde morar, ficaram em quartos humildes arrumados no interior da igreja e nas tribunas da parte superior. A Igreja do Rosário, segundo os irmãos e padres, “nada tinha para se admirar e muito para se reformar” (JUBILEU ÁUREO, 1945, p.22). Entretanto, os padres e irmãos “entregues em cheio aos labores espirituais, começaram a movimentar o culto da igreja que, antes de sua chegada, ficava geralmente fechada” e, assim, tornou-se rapidamente a mais dinâmica da cidade. Tudo isso aconteceu não pelas alfaias e enfeites, mas pela novidade dos missionários, além da beleza dos cânticos e das pregações adaptadas a uma compreensão popular. Na recém-criada comunidade, a primeira solenidade da celebração do mês do Rosário contou com um “triunfo da graça divina, pois no dia do encerramento do mês marial comungaram na igreja 400 pessoas e muitíssimas não o puderam fazer, à falta de espaço no templo” (JUBILEU ÁUREO, 1945, p.22). O

⁵⁴ Te Deum é um hino cristão, usado principalmente na liturgia católica, como parte do Ofício de Leituras da Liturgia das Horas e outros eventos solenes de ações de graças. WIKIPEDIA. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Te_Deum>. Acesso em: 27 jun. 2021.

⁵⁵ Padre Eusébio Sacristán Villanueva (Faleceu em Madri, no dia 29/05/1923, com 67 anos.) Seus anos de atividade no Brasil foram, certamente, os mais fecundos de sua vida aproveitadíssima e deixou aqui recordações profundas, aureoladas com o justo prestígio de que gozou, junto a Bispos, sacerdotes e outras pessoas de destaque. Antes de vir ao Brasil fora coadjutor de nosso postulante de Alagón (1889-1892), missionário em Fernando Poo (1892-1894) e residiu em Gracia (1894-1895). Sua atividade no Brasil, descreve o autor de sua necrologia, foi intensa, vasta, abnegada e triunfante. Já no ano de 1897 aparece como Primeiro Consultor da Casa de São Paulo; a 17 de Setembro de 1889 fundou a Casa de Campinas e eleito Superior da nova Residência, levantou com o poder de seu prestígio e de seu zelo o belo templo do Rosário; é Superior da Casa de São Paulo em 1905, reunindo recursos e realizando naquela igreja a magnífica obra do Camarim do Coração de Maria e o altar-mor de mármore de Carrara, e no ano de 1906, como prêmio de tanta fadiga e trabalho, foi eleito delegado da Quase-Província da Argentina e Brasil para o Capítulo Geral celebrado em Aranda de Duero. Depressa impôs-se o Padre Sacristán na língua portuguesa e ao cabo de um mês de sua permanência no Brasil pregava, com correção e soltura, a seus ouvintes no doce idioma do país. Missões, quaresmas, exercícios a sacerdotes e religiosos, novenas, panegíricos, práticas, retiros, toda forma de pregação sagrada, teve no zeloso missionário seu hábil ministro e propulsor, e foi muito admirado o Exmo. Cardeal Arcoverde, o cardeal mais de uma vez solicitou o concurso do Padre Sacristán para obras da glória de Deus e delicados assuntos de sua Arquidiocese. [...] A estas missões dedicou, desde então, sem dúvida, o melhor de suas iniciativas e atividades sobretudo dos quatro últimos anos de sua vida. Doente gravemente sonhava ainda trabalhar por suas missões fernandianas. Notemos apenas “Los Apóstoles de la Guinea”, associação utilíssima por ele fundada; “El Misionero”, que teve no Padre Sacristán um poderoso iniciador, e sua notável colaboração no Almanaque de las misiones de Fernando Poo e na folha de propaganda Los Apóstoles de la Guinea. Foi, sem dúvida, um dos mais distintos missionários da Congregação, tanto por suas pregações como por seu notável apostolado na imprensa. (MISSIONÁRIOS CLARETIANOS BRASIL, 2015).

principal papel da Casa de Campinas foi a pregação das Santas Missões e o cuidado com o povo local.

3.1.1.4 Uma Nova Igreja do Rosário

Após a vinda dos Padres e irmãos Claretianos e, com o término de construção da nova casa no ano de 1901, foi a vez da simples capelinha receber uma primeira reforma. Segundo consta no livro de crônicas⁵⁶, “as reformas levadas a cabo depois que tomamos conta da igreja do Rosário não foram fundamentais como ella precisaria, porque esperamos mais favorável ocasião para modificá-la inteiramente” (LIVRO DE CRÔNICA, 1901, p.18). Dessa maneira, a comunidade optou por pintar a capela *mor* e no altar *mor* “colocariam portas nas tribunas, mudou-se o velho por outro mais decente, se fizeram uma boa porção de bancos e transformaram-se outros completamente”. Além disso, a comunidade fez “paramentos novos de todas as cores” compraram também quatro novas imagens, sendo uma imagem do “Coração de Maria que mede 2mts de altura, uma de S. José e outra do Coração de Jesus que mede 1mt 50cts cada uma. A quarta é a do menino Deus posto no berço”. Compraram também “um pequeno órgão de 9 registro, o qual foi melhorado pelo nosso organista P. Lourenço Playán”, e uma outra mudança se deu na lateral da Igreja, onde “finalmente deu-se a forma de capela de S. José [...] onde antes era nossa residência” (LIVRO DE CRÔNICA, 1901, p.19). Assim, a pequena Igreja do Rosário recebeu o devido zelo que tanto precisava. Nos arquivos da Igreja do Rosário, consta uma fotografia (Figura 55) sem referência, mas que, de acordo com os relatos apresentados, pode ser atribuída à antiga igrejinha de Nossa Senhora do Rosário.

⁵⁶ Livro de Crônicas é uma espécie de livro em que cada comunidade religiosa mantinha registrado, em forma de livro tomo, tudo o que acontecia de mais significativo na comunidade. Foi possível obter acesso aos dois livros de crônicas e transcrever integralmente um deles (Anexo 1), que se inicia no ano de 1899 e termina em 1976, com um total de 196 páginas. *Durante a transcrição houve dificuldade no entendimento da grafia e foi utilizada a expressão “___” para mostrar que existe uma palavra não identificada.*

Figura 55: Fotografia atribuída à antiga Igreja do Rosário de Campinas, anterior à grande reforma.



Fonte: Arquivo da Igreja do Rosário de Campinas, s.d.

A ideia da nova reforma surge, justamente, pois os padres Missionários achavam a igrejinha “velha, feia e pequena”, e, aos moldes daquilo que a “afanosa emulação dos Padres para com as coisas divinas” (JUBILEU ÁUREO, 1945, p.24), procuraram “transformá-la, pela remodelação, numa das melhores e mais artísticas igrejas” da cidade de Campinas. O projeto de reforma nasce no dia 9 do mês de setembro do ano 1902, quando “deu-se começo as obras da renovação da velha Igreja do Rosário, derrubando a parte chamada capela mór. Procedeu-se logo depois à edificação da parte mencionada” (LIVRO DE CRÔNICA, 1901, p.31). O projeto e a planta foram “apresentados pelo construtor de obras Sr. Adolpho Rodrigues”, embora o projeto tenha sofrido alteração pelo Dr. André Tecto e pelo Sr. Domingos Delpiano, da obra salesiana. Dessa maneira, “derrubaram-se as paredes formadas de terra socada pelos antigos escravos” (JUBILEU ÁUREO, 1945, p.24), o trabalho de demolição demorou dois meses, e assim que foi “derrubando o antigo edifício o arco até o altar-mor [...] foi benzida e colocada a primeira pedra com assistência de Monsenhor Souza, do Rvmo. P. Campos Barreto, e do arquiteto da obra Dr. Adolpho Rodrigues.” (LIVRO DE CRÔNICA, 1901, p.43).

Para essa primeira reconstrução, o empenho dos padres claretianos foi fundamental, pois através do pedido de recursos financeiros dos Padres Lourenço

Playan, Fidelis Orueta, Antônio Echeverria, Martinho Maiztegui, Euzebio Sacristán (até então na época Superior), e o P. Geraldo Palomera, e dos Irmãos Coadjuutores José Noguez, Andres Balceles e Candido Lauz, a obra teve continuidade. Alguns fiéis devotos benfeitores ajudaram “generosamente com esmolas de maior quantia à construção de nossa igreja” (LIVRO DE CRÔNICA, 1901, p.43), sendo eles D^a. Francisca Coelho de Queiroz, Sr. José Camargo Penteadado, D^a. Theresa de Paula Miranda, D^a Maria Amelia de Moraes, Sr. Francisco Bueno de Moraes, Sr. Bento Quirino dos Santos, D^a Maria Augusta Pontes, D. Chiquinha de Paula, D^a Delphina das Casas, Sr. Totó Lapa, Exma. Baronesa de Anhuma, Sr. Francisco de Pala Camargo, D^a Maria das Dores Moraes, Sr. Álvaro Xavier de Camargo, cônego João Gomes, D^a Maria Jose de Jesus Fontes, e D^a Antônia da Costa Correia. O total do custo da obra até sua parcial inauguração em setembro de 1903, foi de 41 contos de réis.

Segundo os livros de crônicas, houve um processo de reconstrução da Igreja do Rosário que levou alguns anos. Ao ser totalmente demolida, a Igreja foi reconstruída e inaugurada parcialmente e, a partir desse processo, os padres iam utilizando a igreja e ornamentando-a. O primeiro altar-mor chega no dia 5 de dezembro de 1903, e “teve feliz termo a colocação de magnifica grade de mármore do presbitério, que custou 5:110\$000 réis, incluídos nesta quantia os degraus da nova Igreja” (LIVRO DE CRÔNICA, 1904, p.47). No dia 19 de março de 1904, chega o “altar de mármore de S. Jose, cujo custo foi 6:700\$000” réis. Para sua inauguração, foi feita uma solene celebração, segundo relata o cronista S. José:

– Hontem, por ocasião da festa de S. José, era quase impossível se obter um lugar na igreja do Rosário tal o número de fiéis que ali foi tributar sua veneração ao Patriarcha. As 7 horas da manhã, cerca de 600 pessoas receberam o Santo Sacramento Eucaristico, e as 8 ½ deu-se em meio a missa solene, a inauguração do altar que a Côrte de S. José mandou fazer em honra do seu Patrono.

Toda de mármore, há nesse trabalho uma bonita combinação de mármore, de quatorze cores, sendo, sobretudo, muito elegante. As cerimoniaes de bençam foram feitas pelo celebrante Padre Faustino, salesiano, diácono padre Miguel Aineto e subdiácono Padre Balsells, fazendo-se ouvir nesse momento a filarmônica dos alunos do Lyceu de N. Senhora Auxiliadora que se apresentou uniformada. A missa cantada foi a do compositor Prado, e teve uma boa interpretação como era de se esperar, pois estava assim organizada a pequena, mas muito afinada orchestra: violinos, Srs. Jose Narciso Monteiro, Edgar Gerin e José Monteiro; violoncelo, sr. Pedro de Castro e Luiz Monteiro; Fruta, Sr. --- Limbres; clarinete, Sr. Meparis Ribeiro; harmonium, Padre Lourenço e o salesiano Tiago; vozes, Srs. Irmão Jose e o Padre Sacristán (LIVRO DE CRÔNICA, 1904, p.49).

Cada etapa de ornamentação da Igreja era comemorada por Solenidade e entusiasmo dos Padres e dos fiéis. No dia 8 de dezembro de 1904, foi a vez da inauguração do “altar de mármore do Imaculado Coração de Maria. Com toda solenidade, foi benzido e inaugurado o altar de mármore do Imaculado Coração de Maria” (LIVRO DE CRÔNICA, 1904, p.51), tendo um custo de 7:000\$000 réis.

No dia 7 de janeiro de 1906, segundo relato do cronista, há uma mudança no projeto e a nova planta passa a ser responsabilidade do Sr. Zelmo e Sr. Construtor José Piffes, com a direção do mestre de obras Sr. Antonio de Paula. No mês de maio de 1909 inaugura-se, então, o altar de São Miguel. Segundo o cronista, “no dia 12 foram encerradas as obras da Igreja, igualando a parte posterior da antiga Igreja conforme o estilo da mesa anterior levantada da nova planta” (LIVRO DE CRÔNICA, 1909, p.72).

Por fim, em meados de janeiro de 1910 “terminou-se o remate da torre empreitada pelo Sr. Piffes, que houve de perder 300\$000 réis por não terminar no tempo fixado no contrato” (LIVRO DE CRÔNICA, 1910, p.76). Todavia, o cronista relata que “o remate da torre ficou belo e admirável, chamando a atenção do povo campineiro que concorreu durante a execução desta parte da Igreja com suas esmolas angariadas pelo R. Padre Mariano da Esperança Serenes” (Figura 56).

Figura 56: Igreja do Rosário no final da construção em 1910.



Fonte: Museu da Imagem e Som de Campinas, s.d.

Dessa maneira, com o fim das obras de remodelação externa, em 1910, “por causas inerentes a toda obra importante, entre elas a falta de numerário suficiente, ficaram paralisadas as reparações na parte interna” (JUBILEU ÁUREO, 1945, p.24). Então, foi necessário o “animo resolutivo do infatigável e empreendedor P. Valdomiro Ciriza, tendo sido terminada em novembro de 1913. Ainda no dia 16 de novembro de 1912, “foi benzido o altar que se erigiu na Igreja em honra do Divino Coração de Jesus” (LIVRO DE CRÔNICA, 1912, p.84), doado por “caridade de D^a Delfina das Casas e a iluminação do mesmo o Sr. Lourenço Mazanereno”. Finalmente, ocorreu a inauguração com toda simplicidade.

O Padre Valdomiro Ciriza constitui uma comissão para angariar fundos para serem utilizados na ornamentação interna do templo, e a comissão para essa finalidade redige o seguinte memorando:

Exmo Sr.,

Constituídos em comissão que se vai incumbir de levar a efeito a terminação da Igreja do Rosário, desta cidade, vêm os abaixo assinados perante V. Excia. pedir-lhe um auxílio para as respectivas obras. Templo antigo, que por várias vezes serviu de matriz local, dita igreja nunca fora, definitivamente concluída. Os missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria, em 1901, iniciaram sua reconstrução sob novos moldes e de acordo com a moderna arquitetura, mas sim que a tradicional generosidade campineira lhes venha em auxílio, a obra permanecerá estacionária por muito tempo ainda. Ora, a todos os católicos de boa vontade, zelosos do nome desta gloriosa terra, não poderá ser indiferente o acabamento de um templo iniciado pelos velhos campineiros e hoje reconstruído de maneira a dotar-se esta cidade de mais um belo edifício.

É neste sentido que os abaixo assignados, confiado no espírito generoso de V. Excia. vêm dirigir-lhe este apelo, e estão certos de que V. Excia. concorrerá para uma obra que visa tanto o serviço da religião quanto o engrandecimento desta terra.

E agradecendo a V. Excia. desde já apresentam-lhe os protestos da mais alta estima e consideração.

A comissão. Seguem as assinaturas supra (LIVRO DE CRÔNICA, 1913, p. 95).

O trabalho da comissão foi fundamental e, pelo incentivo do Padre Valdomiro, conseguiram a quantia de 13:524\$000 réis necessária para dar início às obras de melhoramento interno, sendo obrigatório o cumprimento das seguintes cláusulas:

- a) Será construída a cúpula de cimento armado, os arcos de ferro-cotoneira duplas, revestidos com argamassa de cal, cimento e areia, com molduras de conformidade com a planta.
- b) Será construído o tecto do centro da igreja e dos lados da cúpula, idêntico ao existente, com material da mesma qualidade, isto é: vigas de pinho de viga, vigoltinhas de ---, sarrafos de pinho branco e argamassa de

cal, cimento e areia, e como o existente travado com barras de ferro no madeiramento do telhado e nas paredes.

c) Serão revestidas todas as paredes internas com argamassa de cal e areia e com molduras imitando o trabalho existente. As colunas também serão revestidas com o mesmo material, levando os capiteis que o Rvdmo. Padre Superior decidir.

d) Serão modificadas as janelas das tribunas laterais perto do altar mór de forma que não prejudique a solidez das paredes, sendo colocados os mesmos capiteis e balaústres do trabalho novo.

e) Serão feitos na sala do lado da torre 2 soalhos de taboas de peroba de medida de 9 centímetros por 25 milímetros com vigas de peroba de 8 por 16 centímetros, e 2 tectos, na mesma sala, com idêntico material dos tectos existentes pinhos paraná. As paredes da mesma serão revestidas com argamassa de cal e areia e será colocado uma escada de peroba para o 1º andar.

f) Os mais tectos da igreja isto é coro, acima e embaixo, sala a esquerda do mesmo e das tribunas laterais do altar mór, também serão feitos de madeira caibros de peroba e taboas de pinho paraná, da forma das existentes.

g) Os tectos das salas laterais (primeiro andar) serão feitos com o material supramencionado, e uma moldura de reboco em volta, igual a existente.

h) O arco sobre o coro será construído com o mesmo material dos arcos da cúpula.

i) Os capiteis serão --- que custão a 25\$000 réis, a mais do que o orçamento marcado ao princípio.

O pagamento será feito na forma seguinte: No fim de cada mês entregará o Rvdmo. P. Superior do Rosário 2:500\$000 réis; e com acabamento da obra tudo o que falte, imediatamente. Começou a obra no dia 4 de novembro do ano 1913 (LIVRO DE CRÔNICA, 1913, p.96).

Em paralelo à obra de melhoramento, o padre Superior, Padre Valdomiro, teve a ideia de adquirir um novo Altar Mor de mármore que fosse digno da nova Igreja e das aspirações dos fiéis católicos campineiros. Para que isso acontecesse, o padre sugeriu a formação de uma outra comissão, “que deveria custar de 200 famílias campineiras entrando cada uma com a quantia de 100\$000 réis recolhendo-se deste modo os 20:000\$000 réis em que pouco mais pouco menos poderia ficar o dito altar” (LIVRO DE CRÔNICA, 1913, p.99). A ideia foi muito bem recebida e já no primeiro mês obtiveram 100 famílias. As vantagens que cada família recebia por contribuir com o altar eram as seguintes:

1º. Os que devem a quantia mencionada gozarão da honra e privilégio de serem padrinhos do altar; 2º. Serão escritos seus nomes para todo sempre em letras d’ouro num livro que se conservará aos pés da Imagem de Nossa Senhora do Rosário no altar mor; 3º. Receberão de Roma uma preciosíssima prenda benzida e indulgenciada, com bênçãos e graças especiais do Santo Padre Pio X (LIVRO DE CRÔNICA, 1913, p.100).

Com a ajuda dos fiéis, a primeira tentativa de compra do altar importado se deu por encomenda e possuía as seguintes descrições “o mármore será de Carrara

brancas. Compreende o altar com os 4 anjos com asas. Reportados; as colunas, (as 6 de baixo) serão em 3 peças, ou em duas. As cores serão combinadas.” (LIVRO DE CRÔNICA, 1913, p.101). O preço do altar deveria ficar vinte contos de réis, sendo proposta, em contrato, a data de agosto de 1914 para entrega e assentamento, feita pelo Sr. José Pucci. Entretanto, houve a rescisão do contrato por parte do Sr. José Pucci, pois ao consultar as “casas italianas e todas elas respondendo que não podiam fazer o altar por esse preço, foi necessário rescindir o contrato” (LIVRO DE CRÔNICA, 1913, p.104). Dessa maneira, o padre superior iniciou a procura por outro profissional que fizesse o altar nas condições desejáveis.

Figura 57: Altar Mor de Mármore Carrara Séc. XX.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Campinas, s.d.

No ano seguinte de 1914, o cronista relata que as “obras da Igreja se levaram a termo de acordo com o contrato” (LIVRO DE CRÔNICA, 1914, p.106) assinado, porém, “apenas não se cumpriu a mortificação da parte lateral da Igreja por dificuldades e perigos que oferecia derrubar as paredes”. Durante toda a obra de melhoria não houve “desgraça a lamentar com atritos entre as partes contratantes”. Ao passo que a obra dava continuidade, o Padre Valdomiro contrata o Sr. Antônio Rebelto, por 2:280\$000 réis, para pintar toda a Igreja, aproveitando os andaimes presente na Igreja. Com a conclusão da obra, a Igreja “ficou muito bonita e muito do

agrado da população culta desta cidade” (LIVRO DE CRÔNICA, 1914, p.106). No dia 6 de novembro do mesmo ano inaugura-se um novo altar “de estilo gótico e [...] feito em Jacutinga (minas) pelo amador Pinheiro que já fizera os de nossa igreja de Pouso Alegre.” (LIVRO DE CRÔNICA, 1914, p.107).

Somente no ano de 1915 a Igreja do Rosário teria o novo altar (Figura 57), adquirido através da firma Niadema Roselli e C^a, sendo encomendado na Itália em agosto de 1914 por 23:500.000 réis, ficando pronto em agosto de 1915.

A sagração do altar se deu no “dia 1º de agosto pela Exma Sr. Bispo diocesano pregando no dia o Rvmo P. Florentino Simón.” (LIVRO DE CRÔNICA, 1915, p.108). Segundo relato do cronista:

Será hoje (1º agosto) sagrado por Excia Rvmo. O Sr. Bispo diocesano o novo altar mor da Igreja do Rosário. É de mármore de Carrara feito na Italia pela acreditada firma Nicodema Roselli e Corup^a de S. Paulo. É obra grandiosa e artística que muito honra a Campinas.

Mede 11 metros de Alto por 6,50 de largo, com um peso total em mármore de 32.000 quilos, tem 12 colunas, 6 de 3,20 de altura com 1,200 quilos cada uma: 2 que ladeiam o nicho de 2 corpo de 2,20 de altura com 700 quilos, outras 2 ao lado do nicho principal e duas pequenas graciosas, cores no sacrário.

Levo de anjos belíssimos escultura feita pela mesma casa Roselle Camp; dois de 2,50 de altura estão depois tudo nas mãos ___ candelabros de madeira dourada; outros encimam o primeiro corpo e estão geniflexos em ___ de adorar.

Possue também o altar 4 imagens de mármore: as de Nossa Senhora do Rosário, S. Domingos e Santa Catharina no corpo principal e um comovente crucifixo no segundo corpo. As imagens de madeira são das acreditadas oficinas de Barcelona (Hespanha) (LIVRO DE CRÔNICA, 1915, p.109).

Novas Imagens também foram adquiridas, como as do Sagrado Coração de Jesus e de Maria, do Carmo, São Domingos e Santa Catharina, Santo Antônio, São Luiz G. São Geraldo Magela, e Santa Margarida M. Alacoque, todos importados de Barcelona (Espanha). No livro comemorativo ao Jubileu Áureo de 50 anos da Congregação no Brasil, tem-se o seguinte relato:

Linda e atraente em sua apresentação interna e externa,urgia-lhe dar altar mor digno da beleza do templo divino. Não arredando pé à face das dificuldades, lancou-se a idéia da aquisição do mesmo na Itália, feito de mármore de Carrara. Com a felicidade de sair daquele país europeu em 1915, um mês antes de entrar na conflagração mundial, pode o altar chegar até Campinas. Tem 11 metros de altura, 6,50 de largura e um peso total de 32.000 quilos. Como ficou sorridente Nossa Senhora do Rosário nesse trono lindo que lhe prepararam seus filhos! (JUBILEU ÁUREO, 1945, p.25).

Podemos observar que a simples capelinha ganha imponentes reformas e, com o incentivo dos Padres Claretianos, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário se torna uma das mais belas da região de Campinas.

No ano de 1920, a Igreja do Rosário ganha novos altares, a começar pelo “altar de S. Antônio: Devido à generosidade de D. Francisca de Gatti, o altar de mármore de Santo Antônio passou por uma notável reforma” (LIVRO DE CRÔNICA, 1920, p.128), pois foi “colocado um artístico completo de mármore resultando”. O altar do Coração de Jesus ganha um “riquíssimo altar de mármore que fosse digno [...] à belíssima Imagem do Coração de Jesus” (LIVRO DE CRÔNICA, 1920, p.129). Ambos os altares foram feitos e assentados pelo Sr. Marcelino Velez. Os antigos altares foram doados à nova Igreja do Rosário em Ribeirão Preto. O artista Marcelino Velez fez também o Altar do Bom Jesus, que foi inaugurado no dia 6 de agosto de 1920, custando a quantia de um conto seiscentos mil réis ofertada pela generosidade de Dona Francisca de Paula Souza.

No ano de 1922, a Casa religiosa e a Igreja passam por uma vistoria completa e ganham alguns reparos necessários. No ano seguinte chegam as novas imagens encomendadas: São Sebastião e Santa Lucia, que deverão ser colocadas no futuro altar de São Roque, além de duas pequenas imagens com dois crucifixos, duas dolorosas e um lindo menino Jesus no berço, ambos importados de Vich na Espanha.

Em 16 de outubro de 1923, há a contratação de dois novos pintores para ornamentação artística da Igreja do Rosário Thomas Scheuchl e Luis. Desse modo iniciaram os preparativos da nova decoração da Igreja do Rosário.

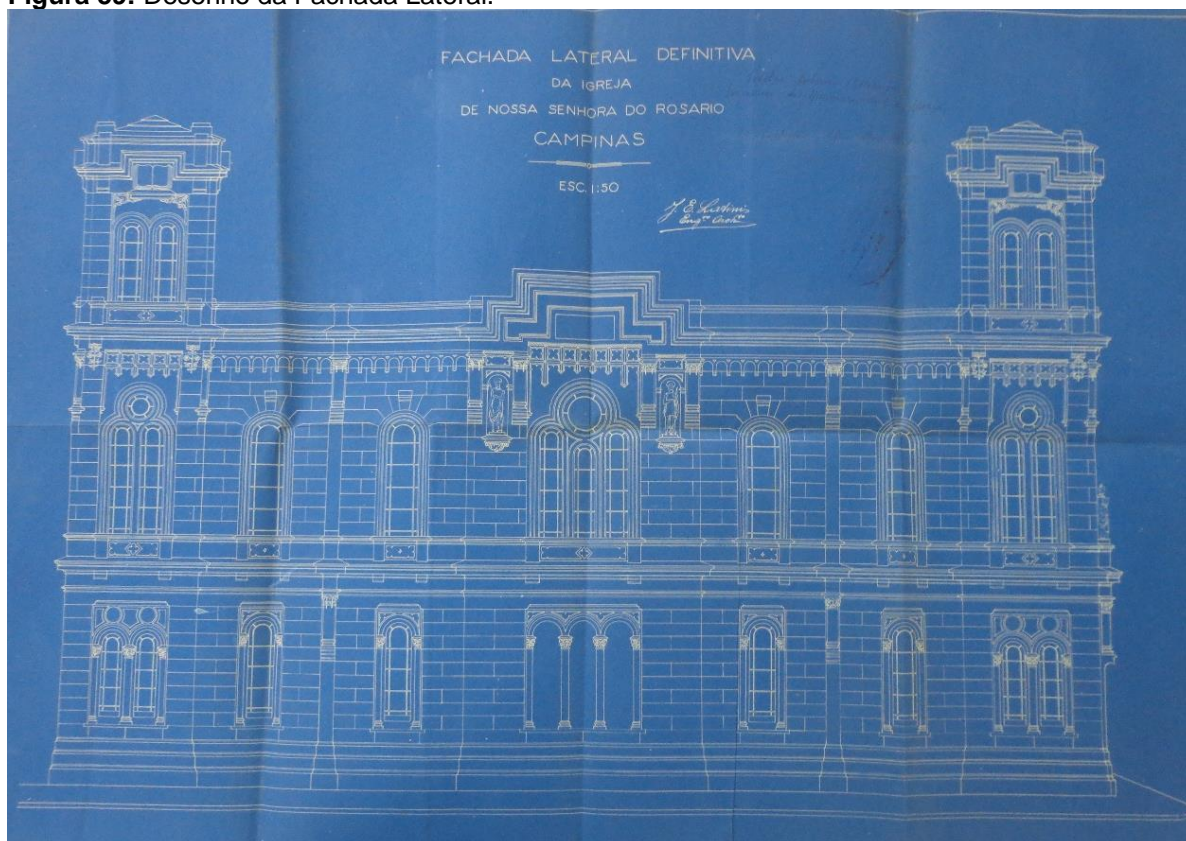
No ano de 1928, a antiga estrutura da torre apresenta problemas estruturais, e os padres claretianos determinam finalmente uma remodelação da fachada. Em março de 1929, o padre superior firma contrato com o empreiteiro no valor 41:740\$000 réis. O projeto constituía em remodelar a fachada e a lateral da Igreja (figuras 58 e 59), tendo a remodelação sido concluída no ano de 1930.

Figura 58: Desenho do Frontispício da Igreja do Rosário.



Fonte: Arquivo Municipal de Campinas, 2021.

Figura 59: Desenho da Fachada Lateral.



Fonte: Arquivo Municipal de Campinas, 2021.

3.1.1.5 A Demolição da primeira igreja e o Plano de Melhoramentos Urbanísticos de Campinas

A necessidade de um plano de melhoramento urbano para a cidade de Campinas nasce a partir do movimento de industrialização, modernização e higienista. Segundo Caio Violin,

Alguns fatores contribuíram para que isso acontecesse. Dentre eles, o principal foi o problema de ligação viária aos novos bairros que foram surgindo com o aumento da população em busca de emprego. O medo de uma nova epidemia de febre amarela que assombrou a cidade por décadas também contribuiu para que houvesse um planejamento urbano. Por isso, no ano de 1934, o escritório do engenheiro Prestes Maia foi contratado pela Prefeitura para a elaboração de um novo planejamento urbanístico (VIOLIN, 2021, p.408-409).

Antes mesmo da contratação do Prestes Maia, a cidade buscava discutir a remodelação da cidade, deixando seus aspectos coloniais para uma cidade moderna. A contratação do Engenheiro Arquiteto Anhaia Mello fez com que a cidade tivesse sua primeira planta cadastral, além de um relatório com possíveis indicações, em 1929.

Durante o golpe de 1930 e a guerra paulista de 1932, a ideia de implementação de um plano urbanístico ficou adormecida. Somente em 1933, em uma palestra do Engenheiro Ferroviário Carlos Willian Stevenson, no Rotary Club, a ideia voltaria à tona, com propostas baseadas, especificamente, na questão viária. Segundo o pesquisador Ricardo Badaró, o planejamento deveria seguir os princípios:

a cidade [...] estabelecer espaços para uma futura expansão; a cidade necessitava de rápidas possibilidades de comunicação interna; e a cidade precisava definir suas funções espacialmente, como administração, lazer, residência, comércio, entre outros (BADARÓ, 1996, p.50 *apud* VIOLIN, 2021, p.409).

O projeto elaborado por Prestes Maia, inspirado por algumas considerações de Anhaia Mello, ficou “conhecido como o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, ou plano Prestes Maia” (VIOLIN, 2021, p.409). O arquiteto divide o planejamento em duas etapas, sendo a

primeira fase de 1934 a 1955, e a segunda fase de 1956 a 1962. Sua aprovação se deu através do Ato Municipal nº 118, de 23 de abril de 1938. Entretanto, a principal característica do plano era melhorar as vias para um novo sistema viário, dividido da seguinte maneira: radiais externas, com a função de canalizar o tráfego rural e interurbano; perimetral externa, formada por anéis de vias de trânsito rápido; radiais internas, construídas ou de forma alargada para dar continuidade ao tráfego das radiais externas; perimetral média, para estabelecer a articulação com as radiais internas e a parte mais antiga da cidade; avenidas centrais, com o alargamento e criação de duas avenidas ortogonais entre si, que deveriam ligar o centro secundário com o centro principal; perimetral interna, que contaria com um quadrilátero englobando o centro principal e seu entorno imediato; e melhoramentos complementares, que pudessem completar as interligações entre as perimetrais média e interna (BADARÓ, 1996, p.51-73 *apud* VIOLIN, 2021, p.409).

Este plano também propôs, além das intervenções no sistema viário, recomendações quanto ao uso do solo e um plano de manejo, com um período de 25 a 50 anos. Além disso, houve um redesenho completo dos espaços verdes e dos parques da cidade. Para ter sucesso, a Prefeitura de Campinas precisou desocupar várias áreas, principalmente na região central. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi uma dessas desapropriações, pois ficava literalmente no prolongamento da Avenida Francisco Glicério e Campos Sales. Desse modo,

Outras perdas importantes para o patrimônio histórico da cidade foram o edifício dos Escritórios Centrais da Companhia Mogiana (demolido parcialmente); o Palacete Armbrust; o Mercado das Andorinhas; e o Teatro

Municipal. Nesta perspectiva, os melhoramentos feitos em Campinas fizeram com que a cidade perdesse seu aspecto tradicional e assumisse uma face de modernidade, sendo transformada de uma cidade do café para uma cidade industrial (VIOLIN, 2021, p.410).

Uma das estratégias para o convencimento da população, quanto à destruição de patrimônios históricos, foi a realização da Feira de exposição do Bicentenário de Campinas de 1939 (Figura 60). A ideia era mostrar aos cidadãos que

A antiga estrutura viária radial, sem a adição de novas e necessárias vias perimetrais e sem medidas que determinassem a descentralização do adensamento e das atividades comerciais, mostra-se hoje insuficiente para atender as necessidades do tráfego e dos transportes da cidade que se metropoliza (BADARÓ, 1996, p.154 *apud* VIOLIN, 2021, p.410).

Figura 60: Capa da revista bicentenário.



Fonte: Revista Oficial da Exposição-Feira do Bi-Centenário de Campinas 1739-1939. São Paulo: J. Gozo, 1940. Acervo do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas - CCLA.

Em outras palavras, esta exposição foi feita para que o poder público pudesse convencer a comunidade local quanto à implementação de um plano urbanístico para a cidade, aos moldes das exposições universais do século XIX e XX. Nesse sentido,

o evento “foi promovido pela Prefeitura da cidade e por uma ‘comissão oficial de festejo’, contando com *stands* de várias espécies: empresas, comércio, cidades vizinhas, agricultores e outros” (KROGH; SOUZA; SALGADO, 2016, p.113). Neste evento, o plano de melhoramentos urbanos fora “largamente divulgado [...] por meio de plantas, perspectivas e maquetes” (KROGH; SOUZA; SALGADO, 2016, p.114 *apud* VIOLIN, 2021, p.411).

A exposição aconteceu nos terrenos do Jockey Club, ocupando uma área de aproximadamente 100.000 m² e sendo construídos 14 pavilhões para exposições. O principal objetivo foi divulgar os benefícios da implantação do plano de melhoramento urbanístico. As plantas (Figura 61) e as maquetes traziam aspectos modernistas, apresentando uma cidade futurista com prédios e automóveis.

Figura 61: Planta do Plano de Melhoramentos de Campinas de Prestes Maia em perspectiva do trecho central da Avenida Francisco Glicério.



Fonte: Revista Oficial da Exposição-Feira do Bi-Centenário de Campinas (1739-1939). São Paulo: J. Gozo, 1940.

O plano caminhou a passos lentos desde a exposição, em 1939, até a desapropriação da igreja do Rosário, em 1956, durando quase 17 anos de implementação. A criação de uma legislação específica impedia os proprietários de fazerem grandes reparos nos imóveis situados nas ruas que seriam alargadas. A prefeitura tentava fazer cumprir a nova legislação e exigia do proprietário que adequasse seu imóvel para o recuo correto das novas avenidas. Nessa perspectiva,

O processo de desapropriação da Igreja do Rosário contou com uma interdição, quando, no dia 25 de janeiro de 1956, o engenheiro Cyro B. Costa, da seção Técnica de Obras Particulares do Departamento de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Campinas, encaminhou um ofício ao Bispo da Diocese de Campinas, D. Paulo de Tarso Campos, sobre as “condições de segurança do prédio da Igreja do Rosário”. Nesse ofício, o engenheiro comunicou a “interdição imediata da Igreja do Rosário, para ‘a garantia da segurança da coletividade que a frequenta’” (CASTRO, 1956). Justificou a intenção pelo laudo de vistoria realizado pelos engenheiros do departamento de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Campinas, Lix da Cunha, Mario de Camargo Penteado e Rubens Duarte Segurado, no dia 24 de janeiro de 1956. O intuito da Prefeitura era pressionar as autoridades eclesiásticas, já que a Congregação dos Padres Claretianos estava relutante com o desejo do poder municipal. Porém, quem deveria decidir o destino da belíssima igreja do Rosário era o ordinário local, Dom Parlo de Tarso Campos. A atitude do bispo foi contratar um novo engenheiro para realizar uma nova visita técnica (VIOLIN, 2021, p.411).

Assim, os Engenheiros civis José Carlos Figueiredo Ferraz e Telemaco Hipolito Van Langendonck atestaram, no dia 9 de fevereiro de 1956, as seguintes conclusões:

- 1) A estabilidade da estrutura não está absolutamente comprometida pela existência de trincas localizadas na alvenaria sobre os arcos principais que suportam a cupola, e nos arcos secundários laterais. Estas trincas resultaram tão somente das diferenças de recalque entre os corpos laterais, mais pesados, e o corpo central mais leve. A disposição absolutamente simétrica dessas trincas comprova este fato. Muito embora os indícios revelem não ter havido recentemente qualquer movimento de recalque, aconselhamos serem colocados selos para simples controle, mesmo porque, dentro em breve, serão construídos nas proximidades edifícios de grandes proporções.
 - 2) As tesouras do telhado, com todos seus elementos, pernas, escoras, tirantes, terças, pelo menos nos locais onde o acesso nos foi possível, não apresentam qualquer anormalidade.
 - 3) As estruturas do forro, sim, apresentam-se bastante danificadas, carcomidas e oferecem sério risco. Neste particular os reparos se fazem necessários.
 - 4) Julgamos, portanto, que se deva manter a interdição do local ao público até que estejam terminados esses serviços de reparo do forro, que podem ser realizados em prazo relativamente curto.
- Sendo o que nos pareceu digno de nota na análise que procedemos, servimo-nos da oportunidade para reiterar a V. Excia. Revma. Os protestos da nossa mais elevada consideração.

(assinatura)
Jose Carlos de Figueiredo Ferraz
(Assinatura)

Telemaco Van Langendonck (FERRAZ, 1956).

Com o relatório, a diocese buscou sondar a prefeitura sobre o assunto até que a mesma fizesse a proposta:

uma indenização para desapropriação do imóvel no valor de Cr.\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), a ser paga da seguinte maneira: Cr.\$3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil cruzeiros) em títulos de dívida pública, e Cr.\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) em dinheiro. A proposta foi feita comunidade claretiana e ao senhor bispo. No dia 23 de fevereiro de 1956, o bispo convocou a 173ª sessão capitular extraordinária do Cabido para dizer aos padres que “diante do parecer do laudo técnico [...], a melhor solução para o caso seria aproveitar agora a boa vontade do Sr. Prefeito Municipal para estudar o valor da desapropriação do templo.” (CABIDO, 1956). No dia 4 de abril de 1956, o bispo assinou o acordo amigável entre a Prefeitura para a desapropriação do espaço religioso (VIOLIN, 2021, p.411).

Após a assinatura do acordo de desapropriação (Figura 62) em abril de 1956, os antigos proprietários da igreja tentaram tirar tudo o que conseguiram, de portas a ornamentos, de imagens a pinturas. Depois de trinta e oito dias, no dia 11 de maio de 1956, a igreja começou a ser demolida pela prefeitura, causando comoção e repercussão em todo estado.

Figura 62: Assinatura do acordo de desapropriação. Da esquerda para direita: Padre Isidoro Belseils da Sociedade dos Amigos do Brasil, Dom Paulo de Tarso Campos (bispo diocesano), Sr. Ruy Helimeister Novaes (prefeito municipal), e Dr. Paulo da Silva Pinheiro (secretário de obras e serviços da prefeitura).



Fonte: Correio Popular de 5 de abril de 1956.

No dia 1 de setembro de 1956, o último tijolo foi derrubado e, assim, foi eliminado um patrimônio religioso que um dia havia sido afrocatólico (Figura 63).

Figura 63: Demolição da Igreja no ano de 1956. Pode-se observar detalhes e imagem pintada de Nossa Senhora Aparecida e Santa Teresinha.



Fonte: Coleção Aristides Pedro da Silva – Centro de Memória da UNICAMP, 1956.

Na tentativa de retirar a maior quantidade de material possível para a preservação patrimonial, o senhor Dr. José de Angelis teve a iniciativa de financiar a retirada das pinturas em murais da igreja, usando um processo que remove o concreto. Durante a demolição, inúmeros jornais noticiaram o fim trágico da suntuosa Igreja que um dia pertenceu à comunidade negra.

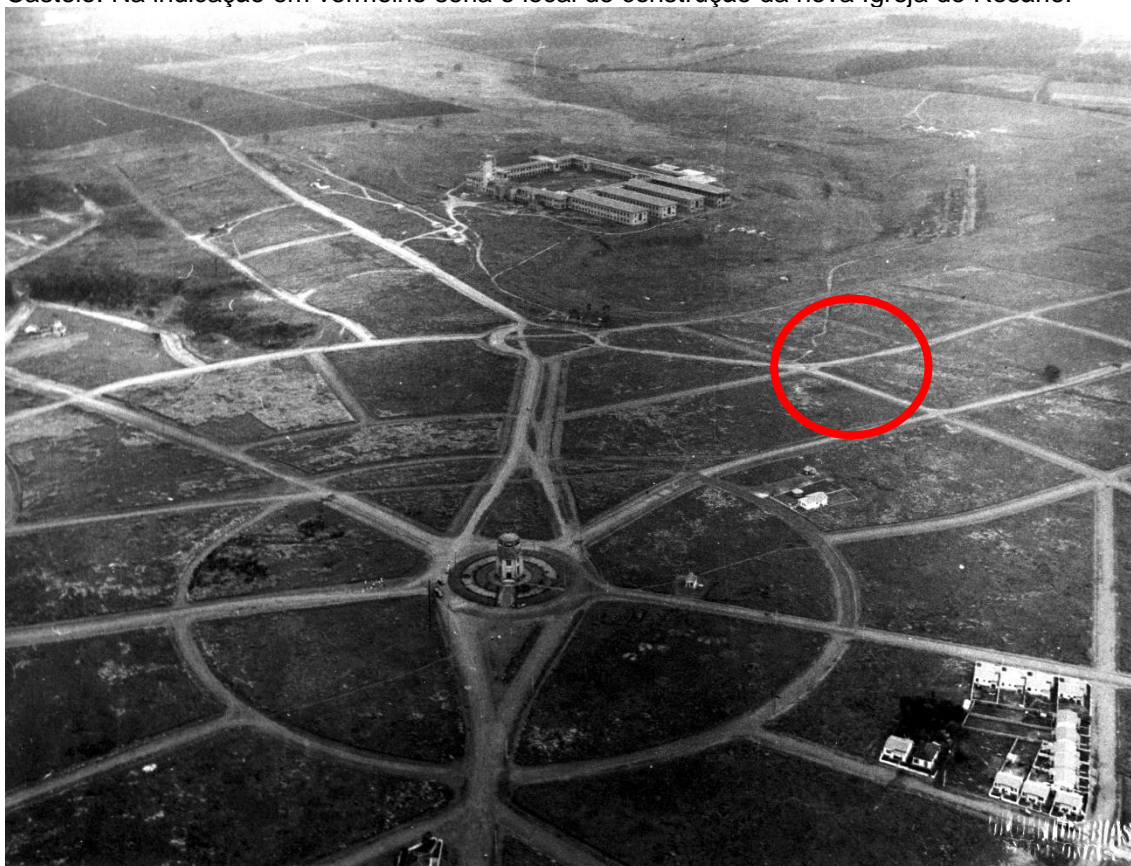
3.1.1.6 A Nova Construção

A ideia de uma nova Igreja surge quase instantaneamente, uma vez que a promessa da Prefeitura Municipal de Campinas era reconstruir tanto a casa dos padres quanto a Igreja do Rosário. Após a desapropriação e demolição total da Igreja do Rosário, os padres missionários claretianos estavam sem casa e sem igreja, e naquele momento foram se hospedar em casas de amigos, aguardando a melhor solução. Algumas residências foram oferecidas como parte da indenização, mas eram muito distantes e precárias. A comunidade se estabeleceu numa casa de aluguel do

Sr. José de Paiva Neto, até que fosse finalizada a construção da nova casa junto à igreja.

No entanto, “durante todas estas indecisões [...] os padres claretianos estiveram inclinados a deixar Campinas e retornar à Casa-Mãe, em São Paulo” (LEITE, 1999, p.18). O dilema teve fim com a ideia de construir uma nova Igreja num terreno que a congregação havia adquirido há alguns anos na antiga Fazenda Cafezal, loteamento Jardim Chapadão (Figura 64).

Figura 64: Loteamento Jardim Chapadão. No centro da imagem estão a caixa d'água, denominada Castelo. Na indicação em vermelho seria o local de construção da nova Igreja do Rosário.



Fonte: Museu da Imagem e do Som de Campinas, s.d.

Os padres Claretianos levaram a ideia à Dom Paulo de Tarso, que viu no bairro sugerido um novo recomeço, no qual haveria de prosperar muito, tanto na expansão populacional quanto econômica. Assim, a nova Igreja logo tornar-se-ia uma futura paróquia. Segundo Padre Elias, “solucionado o problema do local e determinada a construção da casa e igreja, entra agora em pauta o procedimento legal e a parte técnica” (LEITE, 1999, p.19). A proposta inicial era de construir primeiro a casa dos padres e, depois que estivesse pronta, eles poderiam acompanhar de perto a

construção da nova Igreja. Pe. Damião Ormaeche chega à comunidade de Campinas encarregado de acompanhar toda a obra e, graças ao seu jeito teimoso, não descansou “enquanto não viu casa e igreja erguidas, emoldurando o Castelo” (LEITE, 1999, p.19).

Após um mês e seis dias do fim da demolição da antiga Igreja do Rosário, exatamente no dia 7 de outubro de 1956, numa grande celebração litúrgica, Festa de Nossa Senhora do Rosário, deu-se início “à benção e ao lançamento da primeira pedra para a construção da nova Igreja do Rosário, no Jardim Chapadão” (LEITE, 1999, p.19). Num relato do livro de crônicas, redigido pelo padre Elias, temos a seguinte ocasião:

Era a tarde de um domingo plena de luz e serenidade. Conforme a liturgia do Pontifical Romano D. Paulo de Tarso Campos, Bispo Diocesano, benzeu a primeira pedra. P Padre João Machado, secretário do Bispo, procedeu a leitura da ata artisticamente escrita em rico pergaminho e assinada logo pelas autoridades presente, O pergaminho, algumas moedas e os jornais do dia, lacrados numa urna, foram encerrados dentro da “primeira pedra”. Assinaram: Monsenhores, Cônegos, Sacerdotes, Religiosos e Religiosas; autoridades civis e militares. Banda de Música de Força Pública, Guarda Civil em uniforme de gala e uma concorrência de povo, calculada em 25 mil pessoas. Fizeram uso da palavra: Padre Sebastião Pujol, Superior; Dr. José Vicente, diretor da faculdade de Filosofia de Campinas; Dr. Álvaro Barcello Raghianti; Prof. Camilo Guimarães; Vereador Edmo Goulart, em nome do Presidente da Câmara Municipal de Campinas e finalmente o Exmo. Sr. Bispo Diocesano D. Paulo de Tarso Campos. Representou a provincial Pe. Geraldo Fernandes, que nesta mesma noite regressou a São Paulo. Nesta tarde, (Festa Litúrgica de Nossa Senhora do Rosário) Campinas viveu um dos seus grandes dias. Resultou impressionante o modo como, já bem entrando o crepúsculo, aquela massa imensa foi tomando diversos rumos, na descida para a velha Campinas. Foram utilizados todos os veículos: autos, ônibus, e bondes cujo ponto terminal é a pouca distância, mas, grande parte do povo voltou a pé, como na vinda.

Na construção da nova Igreja do Rosário houve algumas dificuldades financeiras. A Prefeitura não cumpriu o acordo firmado e, portanto, o Padre Damião recorreu a festas, quermesses, bazares, rifas e doações, ou seja, tudo que poderia ajudar na arrecadação de recursos para ver a tão sonhada Igreja do Rosário construída. Antes da Igreja estar pronta, no dia 28 de outubro de 1965, o Sr. Bispo publicou a criação da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, no bairro do Castelo, sob o comando dos padres Claretianos. Em 1971, a igreja já estava coberta, embora ainda não concluída. A inauguração da Nova Igreja de Nossa Senhora do Rosário aconteceria “solenemente, no dia 7 de outubro do ano da graça de 1989, festa Litúrgica da padroeira de Nossa Senhora do Rosário.” (LEITE, 1999, p. 27).

3.1.1.7 Características da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Campinas

Nome do templo

Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Proprietária

Antiga - Família Teixeira Nogueira | Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Atual - Congregação dos Padres Claretianos, Arquidiocese de Campinas.

Área construída / Status

Antiga – Aproximadamente 1392 m²

Atual – 749 m²

Status: Reconstruída em outro local.

Irmandade

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Localização:

Antiga - Praça Guilherme de Almeida, Av. Francisco Glicério, S/N - Centro, Campinas - SP, 13010-130.

Atual - Av. Francisco José de Camargo Andrade, 535 - Jardim Chapadão, Campinas - SP, 13070-055

Ano de construção

Antiga – 1817

Atual – 1956

Tipo de proteção:

Não há nenhum tipo de proteção

Resumo do histórico da construção

Em 1797, a iniciativa da construção partiu do padre Antônio Joaquim Teixeira; em 1817, a construção da Igreja do Rosário foi toda em pau a pique; em 1847, depois de receber reboco e pintura branca, foi elevada à condição de matriz provisória; em 1851, houve a primeira reforma; em 1887, as torres foram demolidas, pois suas estruturas estavam comprometidas; em 1889, a administração da igreja passou a ser dos Padres Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria; em 1907, as paredes de taipa foram demolidas, passando a ter muros de alvenaria; em 1909 começou a ser construído o muro da igreja; em 1914, as obras foram finalizadas; em 1923, houve a contratação do artista austríaco Thomaz Sheutel para fazer as pinturas sacras; em 1938, Francisco Prestes Maia criou um plano de modernização do Centro, e a igreja teria que ser demolida; em 1956, houve a demolição da igreja; e em 1979 a nova igreja estava finalmente construída em outro local.

Iconografia

Nas imagens a seguir, há um comparativo entre as imagens antigas e as atuais.

Figura 65: Largo do Rosário e ao fundo a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas.



Fonte: Museu da Imagem do Som de Campinas, 1955.

Figura 66: Demolição da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas, fotografada pelo V8.



Fonte: Centro de Memória da Unicamp, 1956.

Figura 67: Frontispício da antiga Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas.



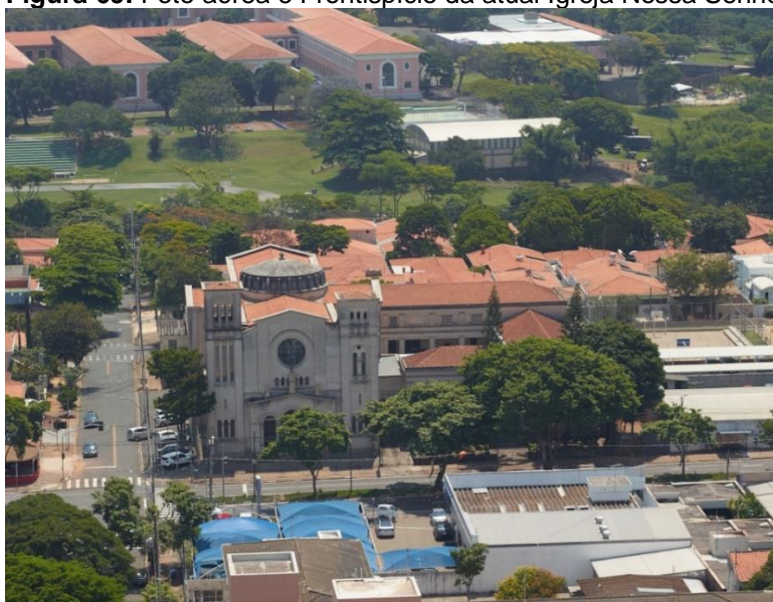
Fonte: Museu da Imagem do Som de Campinas, 1954.

Figura 68: Largo do Rosário.



Fonte: Museu da Imagem do Som de Campinas, s.d.

Figura 69: Foto aérea e Frontispício da atual Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas.



Fonte: Arquivo da Paróquia do Nossa Senhora do Rosário, 2021.

Figura 70: Vista do interior da atual Igreja Nossa Senhora do Rosário de Campinas.



Fonte: Autor, 2019.

3.1.2 Capital – São Paulo, Penha

Figura 71: 1890 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos da Penha.



Desenho: Autor, 2023

Fonte: Arquivo da Paróquia do Nossa Senhora do Rosário, 2021.

3.1.2.1 Origem do Núcleo Urbano

A origem da região da Penha inicia-se a partir de uma devoção religiosa católica. Porém, antes de entender a gênese dessa região, é necessário compreender o significado do vocábulo “penha”, que segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, significa

“grande massa de rocha isolada e saliente; penhasco; penedo”. Logo, o título “Nossa Senhora da Penha”, atribuído à Mãe de Jesus, pressupõe a existência de um penhasco, ou minimamente uma rocha. Com efeito, a origem da invocação está ligada a um jovem pastor francês que, nos Pireneus, adormeceu encostado a uma rocha. Um crocodilo, saindo das margens de um rio, avançou em direção ao pastor. Quando estava prestes a devorá-lo, surgiu a imagem de Maria, sustentando Jesus em seu braço esquerdo e segurando um cetro com a mão direita. O réptil, intimidado, recuou (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.42).

O significado da palavra “penha” ajuda a perceber que o nome atribuído à região também pode estar relacionado com as características morfológicas do local, pois a região onde está localizado o primeiro núcleo urbano seria um território de várzea ao pé da colina, posteriormente conhecida como a colina da penha. A devoção religiosa à Nossa Senhora da Penha tem origem na França, e foi sendo propagada

na Espanha, também em circunstâncias miraculosas: em uma aldeia de Málaga, os habitantes esconderam uma pequena imagem de Maria em uma rocha, para protegê-la do ataque de animais e de homens. Séculos depois, os moradores passaram a notar uma intensa luz ao redor da rocha, encontrando então a imagem escondida. A invocação chegou a Portugal no século XVI com Antônio Simões, que, graças à aparição de Maria, sobrevivera ao desastre militar de Alcácer-Quibir - quando pereceram D. Sebastião e grande parte da nobreza de Portugal. Antes mesmo de Portugal, a devoção a Nossa Senhora da Penha fora introduzida no Brasil em 1570 pelo frei franciscano Pedro Palácios, tornando-se uma das mais divulgadas na colônia - foram erigidas igrejas no Espírito Santo, no Rio de Janeiro (1635) e, posteriormente, em Pernambuco, na Bahia, no Ceará, na Paraíba, em Goiás, em Minas Gerais, em Santa Catarina e em São Paulo (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p. 42-43).

No Brasil, os primeiros colonizadores portugueses desses núcleos urbanos conservaram suas tradições religiosas. A partir da catequização dos indígenas e dos escravos vindos da África, deu-se o processo de associação religiosa, ou sincretismo religioso, sendo a presença católica predominante nessas regiões durante o período colonial. Assim, a raiz da devoção na região da Penha, que então distava 11 km da vila de Piratininga, está também relacionada a uma experiência de fé à Nossa Senhora.

Diz a tradição: Um viajante de origem francesa (...) fazendo o trajeto de São Paulo ao Rio de Janeiro, aliás ligação então única entre as duas cidades, por duas vezes viu-se obrigado a retroceder, à procura de uma imagem de Nossa Senhora da Penha e da qual era muito devoto e que o acompanhava desde sua partida da França (daí o título de Nossa Senhora da Penha de França). A imagem, por duas vezes, teimosamente, sumira dos pertences de nosso viajante, vindo a encontrá-la no alto de uma colina. (...) O viajante viu naquele fato em duas sequências, que a imagem ali desejava ficar, e para tanto foi construída uma modesta ermida para abrigar a referida imagem (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.42-43).

Após esse fato miraculoso, a região começa a ficar famosa e se torna um local de peregrinação. Como resultado, Nossa Senhora da Penha passa a ser a padroeira da vila e, conseqüentemente, da cidade de São Paulo até os dias atuais. Além da origem religiosa, a região também era considerada uma região de passagem de

tropeiros, bandeirantes, fazendeiros, entre outros, que buscavam acessar o interior. Nessa região era possível encontrar hospedarias para descanso, locais para alimentação, decks de embarcações, além de um comércio que pudesse abastecer as tropas que iriam em direção as Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e ao Vale do Paraíba. É justamente nesse contexto que a região de várzea ao pé da colina surge como

bairro da Penha de França. É impossível desvincular sua fundação da devoção a Maria, mãe de Jesus, sob o título de Nossa Senhora da Penha (aliás, padroeira da Cidade de São Paulo) [...] bem como é impossível negligenciar os ciclos que motivaram os bandeirantes a abandonar o triângulo fortificado de Piratininga e a estabelecer, cerca de oito quilômetros a leste, um local de pouso, no primitivo aldeamento indígena dos Ururá (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.12).

A bibliografia existente acerca da história da Penha a representa como um núcleo – imediações da igreja cujas bases datam do século XVII – e suas “vilas” surgidas dos grandes loteamentos. Desse modo, é preciso entender a região da Penha com os seguintes limites territoriais: ao norte, o Município de Guarulhos e o bairro do Cangaíba; a leste, o bairro da Vila Esperança; a oeste, o bairro do Tatuapé; e ao sul, o bairro de Vila Matilde. Nessa “individualidade geográfica”, a região surge com a visão de

otimizar sua missão evangelizadora e como estratégia para manter a presença colonizadora, os jesuítas estabeleceram aldeamentos mais para o interior. Por volta de 1560, em consequência, foram reunidos os índios Guarus (peixe barrigudo) - ou Guarulhos - na aldeia de Nossa Senhora da Conceição. Já os Ururá (tribo cujo nome significa rio do lagarto) foram concentrados na aldeia de São Miguel (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.20).

A ocupação original indígena da região foi apropriada pelos colonizadores portugueses. Todavia, um outro movimento a ser considerado na criação desse território é o reconhecimento dos sesmeiros, que

independente da data, se tomarmos a concessão da sesmaria como marco inicial, teremos que a Penha de França foi fundada pelos irmãos Nunes de Siqueira - e a atitude dos dois sacerdotes pareceu prenunciar o papel religioso notável que a região viria a ter em toda São Paulo (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.20).

A participação dos irmãos Nunes na administração reforça a importância do pequeno povoado, além das características rurais que a região possuía. Os sesmeiros

“irmãos Matheus e Jacintho Nunes de Siqueira reformaram a ermida” e tiveram o “apoio de muitos devotos de Nossa Senhora, incluindo o bandeirante Domingos Leme e sua esposa Maria da Costa, que moravam em Piratininga, mas possuíam sítio próximo à Penha” (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.25). O território, com uma distância de aproximadamente 10 km do triangulo histórico da vila do Piratininga, adquire um certo destaque pela importância da devoção à Nossa Senhora da Penha. Contudo, ao entender a etimologia da palavra e a estrita relação que o nome Penha tem com a devoção religiosa, será necessário aprofundar as mudanças que a região teve até chegar no bairro consolidado.

Nessa perspectiva, é necessário subdividir os trechos a seguir em períodos históricos, elencando os principais eventos. O intuito é trazer aspectos que deram origem e desenvolveram essa região, fazendo uma análise na perspectiva morfológica e tipológica.

3.1.2.2 Origem do povoado – 1560 a 1667

A região à beira do rio Tietê possui grande relação com a cultura indígena, mas, para o devido reconhecimento civil e religioso, é necessário constituir-se ao redor de uma pequena capela ou ermida, o que, de fato, acontece com a região. A devoção da Penha adquire importância considerável e, a partir das sesmarias dos irmãos Nunes Siqueira, o povoado começa a ser reconhecido.

Por outro lado, “com o declínio da cana-de-açúcar em São Vicente, a metrópole portuguesa estava interessada na descoberta de minas de ouro e de pedras preciosas - em 1597, Afonso Sardinha encontrou algumas jazidas em Guarulhos;” (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.22). Em 1674, Fernão Dias Pais partiu em busca de esmeraldas e, em 1698, Antônio Rodrigues Arzão encontrou ouro em Minas Gerais. Surgiu então um interesse pela construção de locais de pouso para as tropas, onde os homens descansavam e as montarias eram alimentadas (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.22). Assim, de acordo com Gilberto Marques, no livro sobre a história do bairro, “a colina (da Penha) era o primeiro ponto de parada dos bandeirantes que deixavam a vila de São Paulo em direção às Minas Gerais dos Cataguás, por meio do Vale do Paraíba” (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.22).

3.1.2.3 Freguesia rural – 1668 A 1822

Com o início do povoado, os moradores solicitaram a elevação da capelinha à condição de freguesia e, desse modo, a assistência de um vigário colado na região. Por se tratar de uma devoção que ganhou importância na região, a capela até então modesta precisava de uma boa reforma e ampliação.

“Anos antes da concessão da sesmaria - que se deu em 5 de setembro de 1668 - uma capela em louvor a Nossa Senhora da Penha já havia sido erguida na região dos Ururai e que, em face do crescente fluxo de devotos, era necessária uma reforma, visando sua ampliação” (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.24).

Assim sendo, o pequeno povoado começou a crescer no entorno da Igreja, além de ter uma “posição estratégica no caminho para as Minas Gerais, ademais, tornava constante a presença de todos os atraídos para aquela região.” (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p. 26). De acordo com o IBGE, pela emissão do alvará de 26-03-1796, foi criado o distrito de Penha de França, anexo ao município de São Paulo. Ainda no ano de 1774, deu-se início à construção da primeira igreja matriz, seguindo os critérios de ampliação,

em estilo colonial, terminada em data ignorada. Na verdade, o povoado, “com 746 habitantes, [...] ia sendo consolidado, basicamente à sombra da devoção a Maria, mas também através de aspectos culturais singulares que o marcariam nos séculos seguintes. Então, em 15 de setembro de 1796, por alvará real, criou-se a Freguesia de Nossa Senhora da Penha de França, desmembrando-a da Freguesia da Sé (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.27).

A partir desta citação, tem-se duas datas de elevação da freguesia a serem consideradas: segundo a fonte do IBGE, a data seria 26 de março de 1796 e, segundo a fonte do livro da história do bairro da Penha, a data seria 15 de setembro de 1796. Para determinar qual seria, portanto, a data correta, é necessária uma pesquisa mais aprofundada. O que se pode afirmar é que no ano de 1796 a região teve o reconhecimento de freguesia. Somente em 1802 houve “a elevação canônica da Matriz, [...] os moradores raramente iam à Sé, exceto quando a imagem era trasladada por iniciativa da população ou por solicitação da Câmara de São Paulo, em situações de interesse coletivo, como secas, epidemias, durante a Guerra do Paraguai etc.” ALMEIDA; MACEDO, 2017, p.28). O reconhecimento dessa devoção de Nossa Senhora da Penha chega ao ponto de ter a visita do Imperador Dom Pedro II e da

Imperatriz Dona Teresa Cristina, em 1886, para conhecer a imagem milagrosa. Nessa perspectiva, “ao lado dos visitantes nobres, muitas famílias afluíram, atraídas pelo clima, pelo solo, pela fé”, assim, os peregrinos e devotos faziam doações “vultosas, de sorte que, em 1838, era valiosa a relação de pratas e ouros” (ALMEIDA; MACEDO, 2017, p. 29).

3.1.2.4 A criação da Igreja dos Negros

A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha tem sua origem a partir de uma petição de construção feita pela Irmandade, uma vez que a comunidade negra era impedida de entrar na igreja onde tinha a imagem milagrosa de Nossa Senhora da Penha. Nesse sentido, a

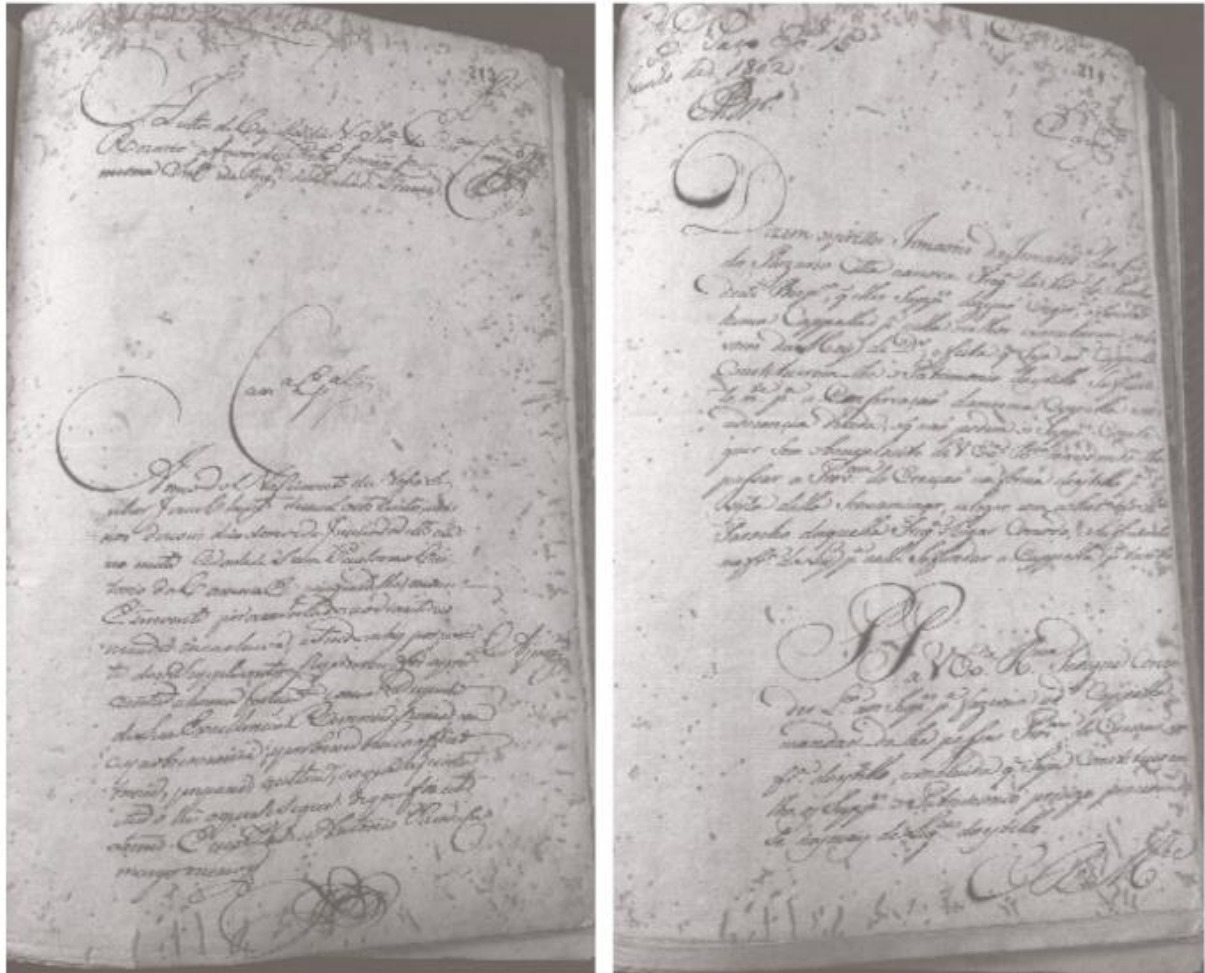
Igreja Matriz da Penha nos séculos XVI ao XIX não aceitava a população negra e escravizada em suas principais atividades religiosas ou, se os recebia, eram colocados em condição inferior à população branca e livre que frequentava o templo [...]. A localização geográfica da Igreja da Penha indica que a construção foi feita em reverência à Igreja da Sé, no centro de São Paulo, templo ao qual ela é subjugada. **No século XVIII, parte da população de origem africana, escravizada e livre da região da Penha se associara em uma irmandade negra religiosa, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Penha de França, associação que construiu sua própria capela** (GOULART, 2016, p.56, [grifo nosso]).

A petição foi encaminhada no dia “16 de junho de 1802, e a Irmandade dos Pretos da Freguesia da Penha de França dirigiu ao Bispo de São Paulo, suplicando autorização episcopal para a construção de uma capela [...] sob a direção do vigário colado Antônio Benedito de Camargo (SANTARCANGELO, 1968 *apud* ALMEIDA, 2019, p.19-20). A documentação primária que revela tal iniciativa é o termo de abertura dos autos de ereção da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Figura 72), feito por requerimento da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Tal documentação faz parte do acervo documental do arquivo arquiocesano de São Paulo. Desse modo,

com relação à Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha [...], nos informam que os membros da Irmandade do Rosário solicitaram à Câmara Episcopal da cidade de São Paulo a autorização para erigir uma capela para melhor exercitarem os seus louvores à Nossa Senhora. A autorização foi concedida em 16 de junho de 1802 conforme os autos de ereção da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Esse documento pode ser

entendido como uma certidão de nascimento da Igreja do Rosário da Penha (GOULART, 2016, p.59-60).

Figura 72: Termo de autos de ereção da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: Arquivo Arquidiocesano de São Paulo (Dom Duarte Leopoldo e Silva *apud* GOULART, 2016, p.60).

Com a construção da modesta capela, a irmandade poderia dar início “às suas obrigações e garantir um enterro digno aos seus confrades. Muitos irmãos eram enterrados dentro das igrejas ou em áreas externas”. Na igreja do Rosário da Penha não foi diferente, o cemitério dos cativos ficava muito próximo ao átrio da igreja, “então a informação de que, ao cavar os alicerces para a construção da nova torre da Igreja do Rosário, foi encontrado um esqueleto enterrado em pé, pode ser verdadeira” (ALMEIDA, 2019, p.19-20). Considerando o próprio “adro da capela, houve ou ainda há ossadas humanas, resultado do desejo de muitos paroquianos e devotos de serem enterrados junto à igreja”. Essa prática foi muito comum até que o poder público construísse cemitérios públicos mais afastados do centro urbano, para evitar doenças.

Assim, a capela do Rosário “foi construída em taipa de pilão no início do século XIX e ainda preserva muitas de suas características originais, apesar de ter sofrido algumas reformas que alteraram seu frontão e sua torre, mudando-os do lado esquerdo para o lado direito” (GOULART, 2016, p. 60). Um detalhe a ser levado em consideração é que a igreja foi construída de costa para a matriz, sendo sua porta

voltada para o leste, e não para a Igreja da Sé como era o costume nas construções de templos na época. Esse acontecimento informa um pouco sobre a postura das pessoas que constituíram a Irmandade do Rosário no século XVIII perante a sociedade da época. **Acreditamos que as populações negras, escravizadas ou livres possuíam certo grau de autonomia nesta comunidade, uma vez que esta construção pode ter representado um pouco da insubordinação destes aos outros membros da sociedade na época.** Ao ser construída com sua frente voltada para a região leste da cidade, as pessoas que construíram a Irmandade do Rosário consideraram também os conhecimentos sobre a natureza, pois à leste nasce o sol e as construções voltadas para este ponto recebem mais luminosidade e calor na parte da manhã, sendo considerado o ideal por muitos arquitetos. Outro aspecto a ser levantado é que o templo está voltado para a região da Capela de São Miguel Paulista, podendo indicar alguma ligação com o território (GOULART, 2016, p.61).

De certo modo, a organização e a construção da igreja protagonizada pela irmandade seguia “uma tradição que vinha da Península Ibérica”, na qual “muitas irmandades religiosas restringiam a associação de seus membros de acordo com a sua cor e classe social. Por isso era comum encontrar irmandades de homens brancos, livres, pardos, pardos libertos ou pretos” (GOULART, 2016, p.56), sendo a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França um reflexo disso.

Entretanto, mesmo a fundação da igreja sendo em 1802, a irmandade já estava em plena atuação desde 1755. Conforme revela “o Livro de Assento da Irmandade do Rosário de Penha de França, a associação já atuava desde 1755, pois é deste ano o registro mais antigo encontrado no livro”. O registro em questão “refere-se ao irmão Antônio Jaques que, segundo consta, entrou para esta irmandade em 07 de junho de 1755. Antônio contribuiu para a irmandade entre 1755 e 1808, e depois dessa data o livro registra a inscrição ‘Faleço’, indicando a morte do membro”. (GOULART, 2016, p.61).

O livro de assento é outra documentação primária que, graças ao movimento cultural Penha, está preservado e foi republicado numa edição para futuras pesquisas. Contudo,

o livro destinado ao Assento dos Irmãos do Rosário possui 175 folhas, onde estão registradas as inscrições dos irmãos na confraria. Uma análise preliminar do documento indica que cerca de 260 pessoas se associaram à irmandade de 1755 a 1880. O livro contém, majoritariamente, o nome dos associados ou irmãos, anos e valores das contribuições à associação (GOULART, 2016, p.62).

O último registro documental da existência da irmandade do Rosário data do final do século XIX. No século XX, entre os anos 1930 e 1960, a igreja do Rosário acolheu outra irmandade, chamada São Benedito. Conforme a modernização ia chegando na região, a igreja permanecia preservada. Assim, o patrimônio religioso da Igreja do Rosário da Penha de França é

tombado pelo Condephaat, em 04/05/198259. Ao analisar o processo de tombamento registrado pelo órgão de proteção, é interessante verificar que os técnicos do Conselho estiveram na região da Penha em 1973 para verificar sobre o possível tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Penha, atual Santuário, mas, segundo o relatório assinado pelo arquiteto Carlos Lemos, a Igreja já teria sofrido diversas reformas e estaria descaracterizada. **Nesse mesmo processo, Lemos aponta que ao redor da Igreja da Penha há um modesto templo que mereceria atenção por estar praticamente conservado e ter sido construído em 1802. Lemos refere-se à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.** Naquele período (1973), de acordo com esse relatório, a Igreja do Rosário guardava os ex-votos dos milagres feitos por Nossa Senhora da Penha e era praticamente um museu. **Essa observação de Carlos Lemos no relatório é o que dá início ao processo de tombamento da Igreja do Rosário. O processo de estudo para o tombamento desse bem durou anos e, em 1982, com o processo finalizado, o bem foi inscrito no Livro de Tombo Histórico do Estado de São Paulo, de acordo com publicação do Diário Oficial do Estado em 07 de maio de 1982** (GOULART, 2016, p.67, [grifo nosso]).

Além da igreja, “o Largo do Rosário na Penha representa a memória e a história da comunidade afro-brasileira de forma geral, mas, assim como a cidade, o Largo é dinâmico e vem sendo apropriado e ressignificado por outras pessoas” (GOULART, 2016, p.71), como também acontece com a própria igreja na tentativa de resgate da Festa cultural e religiosa de Nossa Senhora do Rosário.

3.1.2.5 Característica da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da Penha

Nome do templo

Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Penha.

Proprietária

Irmandade do Rosário.
Diocese de São Miguel Paulista.

Área construída / Status:

467 m²
Status: Preservada.

Irmandade

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Localização:

Largo do Rosário, 4 - Penha de França, São Paulo.

Ano de construção

1800

Tipo de proteção:

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

Nome atribuído: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Localização: Largo do Rosário, s/n – São Paulo – SP.

Número do Processo: 20776/79.

Resolução de Tombamento: Resolução 23, de 04/05/1982.

Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 07/05/1982, p. 19.

Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 181, p. 42, 15/6/1982.

Resumo do histórico da construção

Em 1800 houve a construção da Igreja; em 1890, a construção do frontispício e torre atuais; em 1920, a construção de salas na parte posterior; e entre 1962 e 1969, houve reformas.

Iconografia

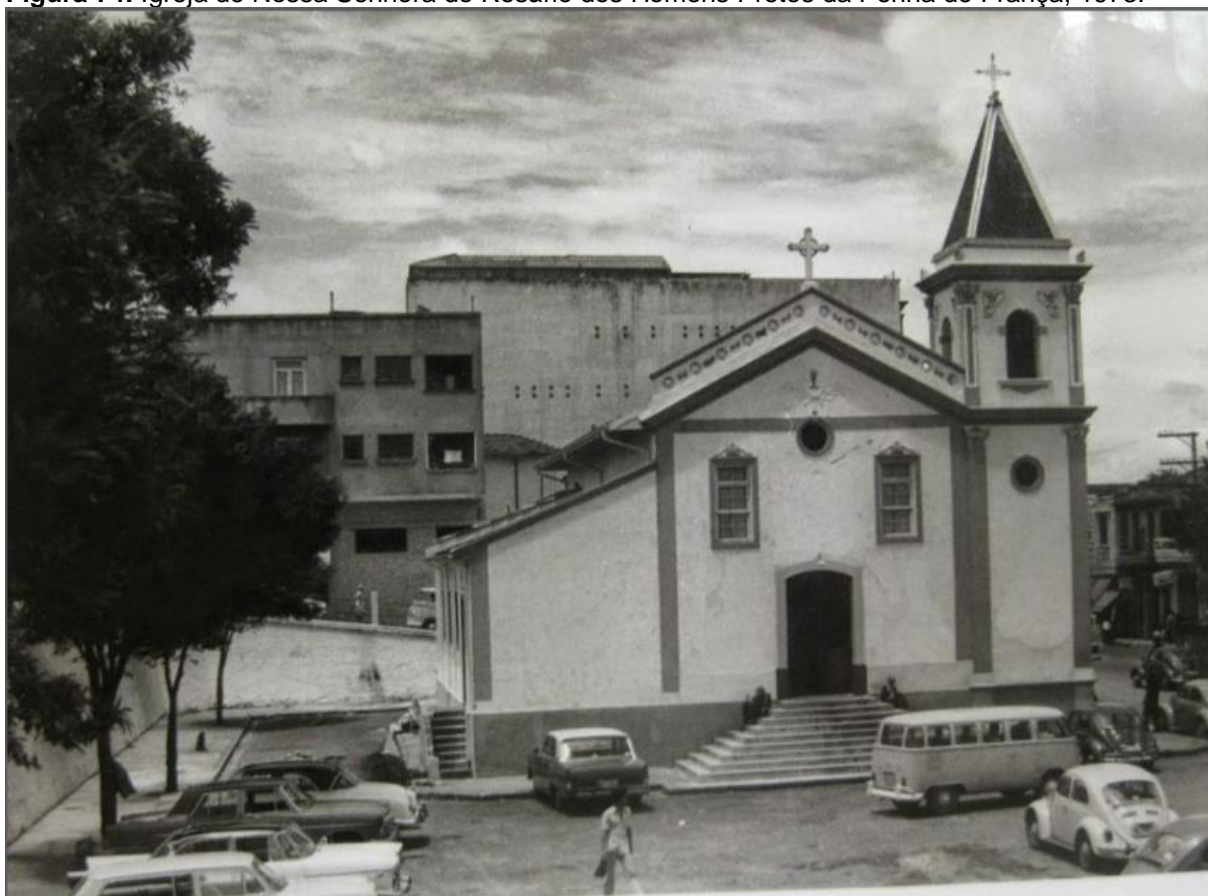
As imagens a seguir são imagens antigas e atuais da Igreja do Rosário da Penha.

Figura 73: Irmandade de São Benedito em frente à Igreja do Rosário. S.d.



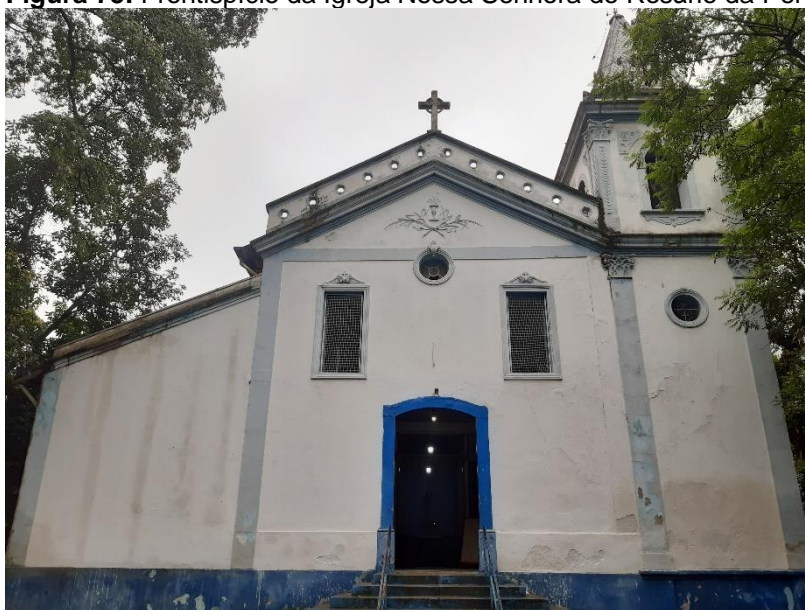
Fonte: Acervo do Movimento Cultural Penha apud GOULART, 2016, p.60.

Figura 74: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, 1973.



Fonte: Arquivo do Monumento Cultural Penha apud SANTOS, 2021, p.26.

Figura 75: Frontispício da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha em São Paulo.



Fonte: Autor, 2022.

Figura 76: Vista da praça e ao fundo a Igreja do Rosário da Penha.



Fonte: Autor, 2022.

Figura 77: Vista do interior da Igreja.



Fonte: Autor, 2022.

Figura 78: Altar-mor da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Penha.



Fonte: Autor, 2022.

Figura 79: Vista do fundo da Igreja do Rosário da Penha.



Fonte: Autor, 2022.

3.1.3 Litoral – Iguape

Figura 80: 1841 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape



Desenho: Autor, 2023

Fonte: Autor, 2022.

A cidade de Iguape, fundada no início da exploração portuguesa no Brasil, em 1538, apresenta característica de preservação patrimonial e parece estar congelada no tempo. Conhecida como uma típica cidadezinha colonial, seu conjunto histórico paisagístico permanece tombado pelo Iphan desde 2011. Como toda cidade colonial, possui, no centro do seu traçado urbano, a Igreja matriz, tendo como padroeiros a Nossa Senhora das Neves e o Senhor Bom Jesus. Sua geografia mescla a planície litorânea e a serra do mar. A localização desse pequeno núcleo urbano foi estratégica para que pudesse futuramente ter expedições ao sertão. A vida religiosa era muito intensa, tendo,

Antigamente, [...] as Irmandades seguintes: a do Santíssimo Sacramento, a da Senhora das Neves, a do Senhor B. Jesus, e tão bem as confrarias das Almas, da Senhora do Rosário, do Nome de Deus, de São Miguel, de Sancta Luzia, da Senhora do Carmo, de Sancto Antônio e de São Sebastião. [...] Supponho que está Irmandade será do princípio desta Freguesia (FORTES, 2000, p.46).

A presença de várias irmandades revela a importância que elas tinham até mesmo como agente político e religioso. Por isso, a construção de uma igreja própria é mais do que um simples lugar de oração, mas também um local de articulação e encontro. Sabe-se que a construção da Igreja do Rosário de Iguape foi protagonizada pela irmandade de mesmo nome. Segundo o livro tombo da matriz,

referindo-se à Irmandade do Rosário escreveu as seguintes linhas: **“A da Senhora do Rozario dos pardos, e pretos, creada em 1724, e approvada pelo Ordinário em 1750, tem Compromisso sem Confirmação Regia:** manda dizer doze Missas pelos Irmaons vivos, e defunctos, as quaes se devem dizer nos primeiros Domingos de cada mez: tem diferentes annuaes, dá sepultura, e tumba aos Irmaons fallecidos; e pela alma de cada hum destes manda dizer trez Missas: faz a Festa na Segunda feira do oitavario da pascoa.” (FORTES, 2000, p.251, [grifo nosso]).

Portanto, “de acordo com o Livro do Tombo da Paróquia de Iguape, a Igreja do Rosário foi iniciada, aproximadamente, no ano de 1751” (FORTES, 2000, p.251). Sua construção foi em “um local ermo, antigamente conhecido por Largo do Rocio. Ali existiam, primeiramente, a Igreja do Rosário e, depois, a Cadeia Velha” (FORTES, 2000, p.251). Nessa perspectiva,

a construção dessa igreja contou também com o auxílio dos devotos de São Benedito, conforme nos informa o historiador Ernesto Guilherme Young, destacando que **“por falta de absoluta de recursos d’estas irmandades, esta obra levou muitos annos em construcção.”** (FORTES, 2000, p. 251, [grifo nosso]).

A demora na construção por falta de recursos financeiros é uma problemática recorrente na construção de igrejas para os negros. Segundo o Livro do Tombo,

essa igreja foi iniciada em outro local e, mais tarde, transferida para onde foi construída, conforme escreveu o padre José Alves Carneiro, em 1841: **“A capella de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito desta Villa de Iguape, que se principiou a fundar e edificar a mais de quarenta annos, em tempo do Reverendo Vigário Diogo Rodrigues Silva, estando em alicerces, por inconvenientes foi mudada para outro lugar vizinho ao em que foi principiado, onde hoje se acha.”** Ao tempo do padre Diogo

Rodrigues Silva, que parouquiu de 1780 a 1821, as obras dessa capela pouco adiantaram, ficando apenas nos alicerces. Foi com o padre João Chrysostomo de Oliveira Salgado Bueno (então coadjutor, que assumiu efetivamente a Paróquia de Iguape em 1821, após a morte do padre Diogo) que a capela ganhou novo impulso, mas logo tornou a parar, porque os recursos das duas irmandades se esgotaram, ficando apenas as paredes relativamente adiantadas (FORTES, 2000, p.251 [grifo nosso]).

O processo de construção dessa igreja foi bem dinâmico, e houve uma má “administração dos tesoueiros, procuradores e demais membros dessas irmandades, responsáveis pela paralisação das obras” (FORTES, 2000, p.251). A passos bem lentos, “num Livro de Atas da Câmara de Iguape (1816 a 1829)” foi encontrada

uma referência à Igreja do Rosário, então em construção. Em sessão dia 18 de junho de 1823, foi lido requerimento “pello Procurador da Irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos desta Villa, em que se requeria vistoria para o melhor alinhamento da capela da mesma Senhora do Rosário.” (FORTES, 2000, p.252).

Após as obras continuarem houve uma paralisação,

pois uma informação remetida, em 1830, ao Bispo, citada por Young, diz: “Dentro da villa se acha tão bem começado hũa capella que se propoem erigir a Irmandade da Senhora do Rosário dos Pretos, cuja obra está parada por falta de meios.” No paróquiato do padre João Baptista Ferreira (1833 a 1839), as obras foram reiniciadas com maior dinamismo, graças ao esforço do tesoureiro da Irmandade do Rosário, José Antônio da Silva, ocasião em que foram vendidas duas casas pertencentes à irmandade. Com o produto da venda foi possível concluir as paredes da capela-mor e a sacristia até a altura do vigamento do teto, ficando o corpo da capela com apenas os alicerces do lado da Epístola até a frente, e com alguma pedra e parte das telhas para se cobrir a capela-mor e a sacristia. Não havendo mais recursos, as obras foram novamente paralisadas (FORTES, 2000, p.252).

A construção da Igreja do Rosário foi um desafio aos fiéis, a irmandade, não conseguia arrecadar grandes fundos, pois, a maioria dos seus membros eram escravizados e a Igreja Matriz até aquele momento ajudava com muito pouco, a mudança só viria quando o Padre José Alves Carneiro assumisse a paróquia em 1840. Nesse sentido, a igreja foi sendo erguida a base de doações e segundo,

uma carta de data da Câmara, datada de 28 de abril de 1838, faz referência à essa igreja: a Câmara de Iguape concedeu a Maria da Glória de Toledo “hũa **Carta de data de sessenta palmos de terrenos**”, **situados na “rua que segue ao Nordeste para detraz da nova Capella de Nossa Senhora do Rozario”, que ficava diante dos fundos da casa de Agostinho Teixeira.** Nesse mesmo dia, outra carta de data foi concedida a Antônio Manuel Ribeiro, cujo terreno ficava situado na rua que passava atrás “da nova Capella de Nossa Senhora do Rozario”. Imagino que esta rua fosse a atual

Rua 7 de Setembro. Foi no paróquio seguinte, do padre José Alves Carneiro, vigário de Iguape de 1840 a 1850, que os negros voltaram a se animar, sendo as obras reiniciadas com maior dinamismo (FORTES, 2000, p.252 [grifo nosso]).

A doação de terras e casas para construção da igreja contribuía para a captação de recursos e dava mais dinamismo para o término da igreja. O esforço de inúmeros irmãos, e até mesmo do padre, fez com que a igreja pudesse começar a ser finalizada e, por isso,

merecem ser destacados os esforços do tesoureiro da Irmandade de São Benedito, João Baptista da Silva Carneiro, também procurador-geral da Irmandade do Rosário. Foi vendida uma casa pertencente à Irmandade de São Benedito e, com mais uma pequena quantia em caixa das anuidades dos irmãos, foram finalmente concluídas as paredes da sacristia e cobertas, tanto essa como a capela-mor (FORTES, 2000, p.252).

A união entre a irmandade do Rosário e a de São Benedito resultou na construção do templo dedicado à Nossa Senhora do Rosário. A técnica construtiva utilizada foi o

telheiro de pau-a-pique rebocado de cal no lugar do corpo da capela, sendo atacado ainda o soalho e o forro da capela, ficando dessa forma o novo templo em condições de abrigar as imagens dos seus padroeiros: Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (FORTES, 2000, p.252).

Após a conclusão parcial das obras,

no dia 17 de fevereiro de 1841, o Bispo de São Paulo, D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, autorizava a ereção e fundação da capela de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, "contanto que seja em lugar decente, alto, livre de humidades, desviados quanto possa ser de lugares immundos, e sordidos, e de cazas particulares, não sendo porem em lugar ermo, despovoado, e com ambito em roda para poderem andar procissões, o qual lugar será asignalado pelo muito Reverendo Vigário Collado, e observará o que determina a Constituição do Bispado (FORTES, 2000, p.253).

Mesmo a igreja não estando totalmente concluída,

foi benzida no dia 6 de março daquele mesmo ano de 1841, pelo padre José Alves Carneiro, quando começaram a ser celebrados no novo templo cultos religiosos. No dia seguinte, numa grande procissão, foram transladadas, com toda a pompa, as imagens de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, que até então pertenciam à Igreja de Nossa Senhora das Neves. A imagem da Santa do Rosário é do período barroco, possivelmente do Século XVII, esculpida, em madeira policromada, com certeza em alguma oficina portuguesa. No início, como as duas irmandades eram muito pobres, a capela

era ornada com poucos paramentos. Assim, na ocasião da festa de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, eram emprestados alguns ornamentos da Igreja Matriz das Neves, enquanto os irmãos, pretendendo ornar a capela com os paramentos necessários e recomendados pela Constituição do Bispado, empenharam-se ao máximo em obter esmolas junto aos fiéis dos dois santos (FORTES, 2000, p.253).

A necessidade de um espaço próprio para os negros resultou na sua utilização antes mesmo de estar completamente finalizada, mostrando, assim, a importância de uma irmandade ter a sua própria igreja. Em meados do século XX, no ano de 1975, “as funções religiosas da Igreja do Rosário estavam suspensas, tendo em vistas as atividades da Basílica.” (CONDEPHAAT, 1980, p.5). Estando relativamente perto da Matriz que se tornou basílica, a Igreja do Rosário deixou de ser usada e foi fechada. Não possuindo mais a irmandade do Rosário como sua mantenedora, a responsabilidade do edifício passa ser da igreja matriz. A paróquia responsável pela igreja do Rosário propõe, então, o “tombamento ao CONDEPHAAT, para que, realizada sua restauração, tivesse alguma utilidade para a cidade” (CONDEPHAAT, 1980, p.5). Pode-se perceber que o templo estava totalmente abandonado ao tempo. Dessa maneira,

A Igreja do Rosário foi tombada pelo Condephaat em 6 de fevereiro de 1975, sendo restaurada nos anos de 1978/1979. O Museu de Arte Sacra foi instalado em suas dependências no dia 18 de novembro de 1979 (FORTES, 2000, p.253).

O acervo do novo museu foi composto por valiosas “imagens, alfalás e documentos dos séculos XVII, XVIII e XIX, referentes às igrejas locais, de propriedade da Paróquia de N. S. das Neves, surgindo a possibilidade da utilização da igreja como local para exposição das peças e pesquisa da documentação.” (CONDEPHAAT, 1980, p.5-6).

Com a nova proposta do museu e a elaboração do Projeto de restauração, as obras “foram iniciadas, em 1978, no prédio do futuro Museu de Arte Sacra de Iguape”, que utilizaria o espaço da igreja do Rosário. Nesse sentido,

As Intervenções feitas para a implantação do novo programa foram as mínimas possíveis:

1. prospecções nas paredes laterais da nave, onde foram encontrados arcos que anteriormente abrigavam os altares laterais e que estavam vedados por alvenaria de tijolo, intervenção realizada provavelmente em 1921. Retirando-se a vedação, foram aproveitados esses nichos, colocando-se em seu interior lajes pré-moldadas que comportam as vitrinas do museu;

2. colocados forros do tipo saia-e-camisa na capela-mor e nas salas laterais que se encontravam sem forração, tendo em vista as obras de recuperação da estrutura do telhado empreendidas pela paróquia;
3. substituição das portas que encontravam se comprometidas pela ação do cupim: o desenho original foi respeitado;
4. imunização contra cupim em todo o madeiramento da igreja;
5. revestimento das paredes da nave: posteriormente toda a igreja passou por pintura à base de cal;
6. a cor utilizada tanto nas paredes como nas portas e janelas foram pesquisadas descascando-se as esquadrias antigas ainda existentes. Procurou-se manter as características originais da Igreja do Rosário, respeitando-se, inclusive, as reformas executadas em outras épocas e que demonstravam as necessidades surgidas no decorrer do tempo (CONDEPHAAT, 1980, p.6).

A restauração e revitalização demonstram que esse patrimônio cultural, representativo de um período histórico, pode e deve ter seu uso retomado, sob a forma de um novo programa que possa ser usufruído pela comunidade” (CONDEPHAAT, 1980, p.6). Entretanto, a própria comunidade religiosa, descontente com o rumo que o patrimônio religioso havia tomado no início do século XXI, busca requisitar a Igreja do Rosário para exercer a sua função como lugar de oração.

O estudo de caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape, dentre os mostrados até o momento, apresenta limitação nas fontes documentais, pois, durante a visita presencial aos arquivos da igreja e da cidade de Iguape, foram encontradas apenas duas fontes, o documento três do CONDEPHAAT, “Igreja do Rosário, Museu de Arte Sacra Iguape”, e o livro “Iguape... Nossa História”, do memorialista e historiador Roberto Fortes.

Objetivando a realização de uma pesquisa mais aprofundada no livro tomo da paróquia, a iniciativa foi inviabilizada pelo pároco responsável, pois o mesmo não sabia onde estavam os livros naquele momento.

3.1.3.1 Características da igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape

Nome do templo

Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Proprietária

Paróquia Nossa Senhora das Neves.

Diocese de Registro.

Área construída / Status:

450 m²

Status: Preservada.

Irmandade

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

Localização:

R. Papa João XXIII, 777, Iguape - SP, 11920-000.

Praça do Rosário, s.n., Centro, Iguape-SP.

Ano de construção

(1751), 1845

Tipo de proteção:

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Nome atribuído: Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape / Núcleo Urbano Histórico de Iguape

Localização: Iguape-SP

Número do Processo: 1584-T-09

Livro Histórico: Nº inscr. 595, vol. 3, f. 006-010, 30/09/2011

Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Nº inscr. 150, vol. 2, f. 059-063, 30/09/2011

Descrição: Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Iguape.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

Nome atribuído: Centro Histórico de Iguape

Localização: Centro – Iguape-SP

Número do Processo: 00469/74

Resolução de Tombamento: Resolução SC de 06/02/1975

Publicação do Diário Oficial: Poder Executivo, Seção I, 07/02/1975, p. 43

Livro do Tombo Histórico: Nº inscr. 93, p. 11, 17/02/1975

Resumo do histórico da construção

Em 1751 foi realizada a construção da primeira capela do Rosário; em 1845, a construção da Igreja atual; entre 1891 e 1894, a igreja sofreu reformas; em 1921, houve nova reforma; em 1925, outra nova reforma; em 1979, houve um restauro capitaneado pelo CONDEPHAAT, e adaptação para as funções de Museu de Arte Sacra (São Paulo, 1979, p.05); e em 2014, ocorreu a transferência do Museu de Arte Sacra de Iguape para uma ala da Basílica do Bom Jesus, e retorno da Igreja do Rosário às atividades litúrgicas.

Iconografia

As imagens a seguir são imagens atuais da Igreja.

Figura 81: Frontispício da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape.



Fonte: Autor 2022.

Figura 82: Lateral da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape.



Fonte: Autor 2022.

Figura 83: Vista interior da Igreja.



Fonte: Autor 2022.

Figura 84: Vista do interior da Igreja.



Fonte: Autor 2022.

Figura 85: Altar-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Iguape.



Fonte: Autor 2022.

O terceiro e último capítulo procurou exemplificar os conceitos trabalhados no primeiro e segundo capítulos, a partir da escolha de três objetos de caso, mostrando as particularidades e semelhanças de cada um. Nele, busca-se explorar a origem da Igreja e da Irmandade, e como acontece o processo de construção do templo religioso, além da manifestação religiosa. O caso de Campinas é um dos casos que possuem inúmeros fatores de transformação do templo religioso, enquanto no de Iguape e o da Penha a comunidade resiste e busca conservar o templo o máximo possível, como um resquício da comunidade afrocatólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As irmandades católicas tiveram um papel protagonista no território nacional. A autonomia leiga fez com que a junção do catolicismo e o sincretismo acontecessem forjando o afro catolicismo. Através dessa pesquisa, foi possível perceber a importância do patrimônio cultural religioso pertencente ao afro catolicismo.

No entanto, para chegar no entendimento dessa reflexão, é preciso retomar às perguntas que nortearam o desenvolvimento desta reflexão: de que maneira ocorre o processo de construção cultural do afro catolicismo, avaliados a partir de seus territórios? Qual a importância das Igrejas e Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no processo de construção cultural do afro catolicismo? Como a identidade cultural dos negros escravizados foi construída a partir dos templos religiosos das irmandades de Nossa Senhora do Rosário? Será que existe um tipo de Igreja e irmandade afrocatólica?

Na tentativa de responder tais indagações, é necessário perceber que a identidade é um produto da coletividade, possuindo relação com a comunidade, nesse caso, a comunidade negra. A identidade afrocatólica que buscamos desenvolver possui relação muito dinâmica com aquilo que se pode entender como o sagrado e o profano. Tais elementos estão presentes na construção desse patrimônio cultural religioso, sendo o monumento histórico vivo dessa ancestralidade que vive sendo exterminada. Assim,

O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo - neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular; ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso "desejo de arte" (Kunstwollen): neste caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história. (CHOAY, 2006, p.25).

Desse modo, compreender a origem dessa memória viva é resgatar no patrimônio elementos do afro catolicismo. Esse processo de construção cultural acontece a partir da chegada dos negros escravizados ao Brasil e que, porventura, buscam uma certa sobrevivência cultural e precisam criar estratégias de fusão entre a cultura religiosa africana e portuguesa. O afro catolicismo é resultado desse fenômeno. Entretanto, o negro é forçado a ocupar esse espaço e em muitos casos

incomodava, causava temor e inquietação. Suas reivindicações significavam ameaças e eram vistas como tentativas de desestabilização social. Comumente vistos como criminosos, ladrões, feiticeiros, incapazes, perigosos e suspeitos, os negros tiveram vários de seus bens usurpados ao longo da história (ALMEIDA, 2019, p.11).

Sua criatividade é capaz de reinventar o próprio jeito de ser cristão no novo mundo, sendo de fundamental importância a utilização das irmandades como meios que

serviram de espaço de resistência e de transmissão de diversas tradições africanas. Roger Bastide afirmava que “em toda parte onde existiram as irmandades de negros, a religião africana subsistiu, no Uruguai, na Argentina, no Peru, na Venezuela, e que essas religiões africanas desapareceram nesses países quando a Igreja proibiu as confrarias” (BASTIDE, 1971 *apud* ALMEIDA, 2019, p.12).

No Brasil, as irmandades foram ambientes de luta e liberdade, resultando na construção das próprias igrejas. Sob a devoção de Nossa Senhora do Rosário, que podia ser associada ou sugerida, foi capaz de permanecer sobre uma identidade coletiva e criar verdadeiras comunidades. Todavia, a norma eclesiástica orientava como isso deveria acontecer e, muitas vezes, em benefícios dos próprios escravizados, pois poderia obrigar o senhor de escravizados a garantir o dia do Senhor, isto é, a folga para ir à missa.

Na capitania paulista, as transformações econômicas resultaram no

aumento da demanda por escravos, sua posse tendia a concentrar-se cada vez mais diretamente na produção voltada para a comercialização, ou aos serviços ligados a estas atividades, com redução na importância relativa de seu uso nos cultivos de produtos para subsistência e no trabalho doméstico. Tendia a ampliar-se a importância dos escravos como força de trabalho, mas reduzia-se sua importância como um mero complemento da mão-de-obra familiar no campo ou no lar. Deve-se notar que a estabilidade na proporção de fogos com escravos, no patamar dos vinte por cento, ocorreu mesmo com o expressivo aumento no número de fogos no período (LUNA, 1998, p.109-110).

Repensar se a pesquisa foi capaz de responder as perguntas norteadoras é perceber que os objetivos, em sua maioria, foram alcançados. Mesmo havendo obstáculos no caminho, como a escassez de fontes primárias e dificuldade de acesso aos arquivos eclesiásticos, o percurso foi trilhado e a construção de uma identidade

afrocatólica em terras paulistas pôde ser percebida através das irmandades e igrejas de Nossa Senhora do Rosário das cidades de Campinas, São Paulo (penha) e Iguape.

Assim, a identidade afrocatólica está pautada a partir da sua coletividade, ou seja, na própria irmandade. Portanto, pensar nessa identidade é retomar o significado presente na união de tais comunidades e da sua função perante a sociedade, que era cuidar dos irmãos.

Diante disso, os negros africanos que vêm para ao Brasil de forma forçada não são objetos, mas sim seres culturais que carregam consigo sua ancestralidade em seus jeitos de ser e fazer. Essa presença cultural negra, que vem sendo subjugada a partir da cultura de dominação cristã portuguesa, viabiliza processos de afro catolicismo.

Ao longo dessa dissertação, buscou-se exemplificar como acontece essa construção de identidade afrocatólica através do patrimônio religioso. Num primeiro momento, debruçou-se na reflexão conceitual de identidade, afro catolicismo e patrimônio cultural religioso. A partir disso, foi proposta uma reflexão sobre a origem das irmandades e a devoção à Nossa Senhora do Rosário. Através desses elementos introdutórios, foi possível compreender que o afro catolicismo possui uma identidade, evidenciada através de seus patrimônios religiosos que, no caso em questão, são as igrejas de Nossa Senhora do Rosário.

A presença desse patrimônio afrocatólico no ambiente urbanos do território paulista revela que essas igrejas não são simples templos cristãos católicos, mas estão imbuídas de significados e significância. Essas igrejas são verdadeiros territórios afro-diaspóricos, pois foram os próprios negros que as construíram e utilizaram. Nesse sentido, o espaço é a própria identidade cultural negra que permanece na sua ancestralidade. Como exemplo dessa realidade, tem-se as igrejas de Campinas, São Paulo (penha) e Iguape.

Uma dentre as perguntas norteadoras se sobressai, tornando-se a espinha dorsal da pesquisa: “Há um tipo de identidade nas igrejas afrocatólica?”. A partir da pesquisa realizada, podemos elencar alguns itens que facilitam a elaboração da resposta, como:

- Fundação: A própria fundação da igreja é um elemento de identidade, pois para que os negros pudessem construir uma igreja num regime escravocrata, era necessário uma irmandade e muito esforço comunitário, de modo que o primeiro elemento de identidade deste patrimônio é a sua própria existência e

fundação, pois o povo negro poderia ter um patrimônio para chamar de seu, mesmo em uma sociedade escravista.

- **Devoção:** O principal elemento que comprova uma identidade afrocatólica é a devoção, ou seja, possuir um santo de devoção, ou padroeiro, próprio da cultura negra. Como no caso de devoção à Nossa Senhora do Rosário, que foi a primeira devoção negra a ser associada pela comunidade ou, em alguns casos, indicada por padres. As outras devoções mais conhecidas no Brasil incluem São Benedito, Santa Efigênia e Santo Elesbão, santos de cor de pele negra.
- **Simplicidade arquitetônica:** Outro elemento identitário seria a própria simplicidade na arquitetura. Diferentemente das igrejas matrizes, as igrejas dos negros têm características muito simples e, em muitos casos, são pequenas. As igrejas de Nossa Senhora do Rosário, presentes na capitania de São Paulo, possuem simplicidade que revela muito de sua característica construtiva predominantemente, a taipa de pilão. Não há um exagero no embelezando sacro. Mesmo tendo características da arquitetura colonial, são igrejas sem exagero nos ornamentos. No caso da igreja do Rosário de São Paulo, na Penha, existe um simples altar e pouquíssimos ornamentos. Assim acontece em Iguape, onde, mesmo com um Altar mor, há uma simplicidade nos traços, diferentemente dos encontrados na igreja matriz. Já a reconstrução da igreja do Rosário de Campinas é bastante diferente, pois a Igreja deixou de pertencer à irmandade e passou a ser dos padres Claretianos, que exageraram na ornamentação.
- **Adro:** A presença de um espaço denominado adro da igreja, mesmo que de forma pequena em sua frente, é um elemento de identidade, pois em todas as igrejas pesquisadas existe esse espaço de encontro para festas e danças de capoeira, da congada, do jongo, entre outros. Mesmo seguindo as normas eclesiais da constituição primeira, o adro torna-se um espaço de identidade afrocatólica.
- **Localização:** A localização das igrejas do Rosário é outro elemento de identidade, pois estão localizadas muito próximas da igreja matriz, podendo estar na mesma rua, atrás, na frente ou ao lado. Essa característica reforça a presença de uma igreja exclusiva para negros ou pardos.

Por fim, a pesquisa que resultou nesta dissertação de mestrado revela que, de fato, há uma identidade afrocatólica a partir das irmandades e igrejas de Nossa Senhora do Rosário. Diante dessa constatação, faz-se necessário resgatar a cultura patrimonial negra presente nos centros urbanos. Muitas vezes são esquecidas, e em outras são preservadas pelo conservadorismo, mas é preciso retomar sua conservação através da preservação do patrimônio cultural religioso afrocatólico, assumindo o exemplo da ancestralidade negra que foi capaz de resistir a uma cultura escravocrata nos núcleos urbanos. Sob a ótica colonial portuguesa, tais igrejas e irmandades cumpriram seu papel de dominação cultural, pois ainda são cristãs. Entretanto, sob uma perspectiva decolonial, ou até mesmo sob um olhar da própria comunidade negra, tais espaços foram verdadeiros ambientes culturais de resistência, liberdade e religiosidade.

FONTES DE PESQUISA

5.1 Arquivos

Arquivo Metropolitano de São Paulo
Arquivo da Cúria de Campinas
Arquivo da Prefeitura Municipal de Campinas
Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Rosário
Arquivo da Paróquia de Bom Jesus de Iguape
Biblioteca Municipal de Campinas
Biblioteca Municipal de Itapetininga
Biblioteca da UNICAMP
Biblioteca da PUC-Campinas
Biblioteca da PUCRS
Arquivo da Diocese de Lorena
Arquivo da Paróquia de Iguape
Museu de Imagens e Som de Campinas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

6.1 Recortes Bibliográficos e Fontes

6.1.1 Livros

A VIDA religiosa de Campinas: **Através do histórico da Irmandade do SS. Sacramento da Catedral (1847 – 1947)**. Campinas, 1947. 95p.

ALMEIDA, P. F. (coord.). Contribuições para a história do protagonismo de negros e índios na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Penha de França. **São Paulo: Movimento Cultural Penha**, 2019.

_____. **Territórios de Ururay**. São Paulo: Movimento Cultural Penha, 2016.

ALMEIDA, W.; MACEDO, J. G. Penha **de França**. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal, 2017.

AZZI, R; GRIJP, K. **História da Igreja no Brasil Terceira Época**. Petrópolis: Vozes, 2008. t.II/3.

BADARÓ, R. S. C. (1986) **Plano de Melhoramento urbano de Campinas (1934-1962)**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Carlos, São Carlos.

BELLOTTO, H. L. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1755 – 1775)**. São Paulo, Editora Alameda, 2007, 340 p.

BEOZZO, J. O. **História da Igreja no Brasil Primeira Época**. In: BEOZZO, J. O. (Org.) História Geral da Igreja na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1980. t.II/1.

_____. **História da Igreja no Brasil Segunda Época**. In: BEOZZO, J. O. (Org.) História Geral da Igreja na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1985. t.II/2.

BERALDI, P. R. V. **A origem dos Missionários Claretianos no Brasil**. Ed. Ave-Maria: São Paulo, 2012.

BOSCHI, C. C. **Os leigos e o poder: Irmandades leigas e políticas Colonizadoras em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BRITO, J. **Histórias da cidade de Campinas**. Campinas: Saraiva, 1956-1969. 26 vols.

BUENO, E. **A coroa, a cruz e a espada: Lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BULLARIUM ROMANUM, 1789. In: PIO V. **Constituição Apostólica Consueverunt Romani Pontífices**. Roma, 1569. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_mI9aIFkq1gAC>. Acesso em: 8 mai. 2022.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: Debates Contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.

CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade – UNESP, 2006.

COSTA, L. F. Sobre a Cidade, Sobre Itaquera, Sobre Patrimônio. *In*: ALMEIDA, P. F. **Territórios de Uruguay**. São Paulo: Movimento Cultural Penha, 2016.

CONCÍLIO Ecumênico De Trento: Contra As Inovações Doutrinárias Dos Protestantes 1545-1563. Paraná: Editora família católica, 2019. 114 p.

DAUNT, R. G. **Os primeiros tempos de Campinas**. São Paulo: Tipografia Paulista, 1879.

_____. **Rosário de Campinas** in: Almanaque Literário de São Paulo para 1881.

FONSECA, J. **Religião e liberdade: Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (séculos XV a XIX)**. Lisboa: Edições Húmus, 2016.

FORTES, R. **Iguape... Nossa História**. Iguape: Soset, 2000.

FRANCO, J. E. (Org.). **Arquivo Secreto do Vaticano Expansão Portuguesa – Documentação Tomo I: Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas**. Lisboa: Esfera Caos, 2011. t.I.

_____. **Arquivo Secreto do Vaticano Expansão Portuguesa – Documentação Tomo III: Brasil**. Lisboa: Esfera Caos, 2011. t.III

GOULART, M. M. Colina, Patrimônios e Histórias. *In*: ALMEIDA, P. F. **Territórios de Uruguay**. São Paulo: Movimento Cultural Penha, 2016.

HARRIS, J. E. **A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo**. *IN*: ALLAN, Bethwell (org.). História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII. Brasília, DF: UNESCO, 2010. 1208 p.

HEYWOOD, L. M. **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira: I tomo - A época colonial, Do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira: II tomo – Administração, economia, Sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLTZ, J. L. A. **Da cruz do negro ao brilho das estrelas**. Itapetininga: José Luiz Holtz (ed), 2007.

HOORNAERT, E. **A cristandade durante a primeira época colonial**. In: HOORNAERT, E (Org.) **História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo**. Tomo2. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

_____. **A Igreja no Brasil-Colônia:(1550 –1800)**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

JUBILEU ÁUREO DA PROVINCIA CLARETIANA NO BRASIL. São Paulo, 1945.
LEITE, P. E. **Missionários Claretianos, Igreja do Rosário, 100 anos em Campinas-SP, 1899-1999**.

LACORDAIRE, R. P. H. D. **Vida de S. Domingos**. Lisboa: Typ. da Livraria Ferin, 1907. 337 p.

LORETTE, A. C. R. (2003). **Cemitério em Campinas: Transformação do espaço para sepultamento (1753-1881)**. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e Tecnológicas. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

LUNA, F. V. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial, 2009.

_____. **São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Imprensa Oficial - Poiesis, 2011.

_____; KLEIN, H. S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2006.

_____; KLEIN, H. S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial, 2010.

MACHADO, B.; FORTES, R. **Almanaque do Senhor: Bom Jesus de Iguape**. Iguape: Tribuna de Iguape.

MACIEL, C. S. **Discriminações Raciais: Negros em Campinas (1888-1921)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

MARTINS, J. P. S. **Basílica do Carmo – História de Fé no Coração de Campinas**. Ed. Komedi: Campinas, 2010.

MARX, M. A. **Cidade Brasileira**. São Paulo, Edições Melhoramentos & Editora da Universidade de São Paulo, 1980, 151 p.

_____. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo & Editora Nobel, 1991, 143 p.

_____. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, 219 p.

MORELLI, J. **Penha de França Expressões do Rosário: Irmandade da Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França – Testemunho de solidariedade e de esperança**. São Paulo: Laços editora, 2016.

OLIVEIRA, A. J. M. **Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Quartet – FAPERJ, 2008.

POEL, F. V. D. **O Rosário dos Homens Pretos**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 1981. 318 p.

QUEIROZ, S. R. R. **A Abolição da Escravidão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. **Escravidão negra em São Paulo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

_____. **Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RECADOS. **Memória das relações entre a Comunidade e o Patrimônio**. São Paulo: Movimento Cultural Penha, 2011.

REGINALDO, L.; FERREIRA, R. (org.). **África, Margens e o Oceanos: Perspectivas de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

SANTOS, Y. L. **História da África e do Brasil Afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SCARANO, J. **Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

STAID, E. D. **Rosário**. In: DICIONÁRIO de Mariologia. São Paulo: Paulus, 1995.

TERRA, M. J. E. **O negro e a Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

THORNTON, J. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800 [1992]**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TOURINHO, A. O.; BELORTE, B. **Memória e mudança nas representações sobre a Penha: em busca de seu conhecimento**.

VIDE, D. S. M. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

VIEIRA, D. R. **História do Catolicismo no Brasil (1500-1889)**. Aparecida, SP: Ed. Santuário, 2016.

_____. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida: Editora Santuário, 2007.

6.1.2 Dissertações e Teses

BEZERRA, A. S. 2009. **A confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quixeramobim (Ceará - Brasil): identidades e sociabilidades**. 323f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1272>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

CARDACHEVSKI, A. M. 2021. **Entre a fazenda e a cidade, o poder e a salubridade: São Paulo e trabalho na Primeira República**. 308 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <<http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16503>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

LARA, C. B. Q. **O patrimônio cultural religioso: história e memória da igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2017. Disponível em: <<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FINAL-REVISADO-P%C3%93S-BANCA.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

DELFINO, L. L. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica: Freguesia do Pilar-São João Del-Rei (1782-1850)**. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, p. 526. 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/877>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PACANO, F. A. 2018. **O Forjar da Modernidade: Piracicaba e a Belle Époque Caipira (1889-1930)**. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, SP, 2018. 221p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154554/pacano_fa_dr_rcla.pdf?sequence=5>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PAES, G. S. M. 2014. **Ventura e Desventura no Rio Ribeira de Iguape**. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13052014-112252/publico/2014_GabrielaSegarraMartinsPaes_VCorr.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PEREIRA, C. M. 2011. **Abolição e catolicismo: a participação da igreja católica na extinção da escravidão no Brasil**. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2011. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/16365>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

POLITO, J. A. 2013. **Territórios de Civilidade: o papel das “Mogis” na formação e reconfiguração do leste paulista, séculos XVII-XIX**. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia

Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013. 256p. Disponível em: <<http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16195>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

REGINALDO, L. **Os Rosário dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, p. 251. 2005. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279889>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

RIBEIRO, F. B. 2010. **Caminho da piedade, caminhos de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba Paulista - século XIX**. Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. 272p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16112010-103406/publico/2010_FabiaBarbosaRibeiro.pdf> Acesso em: 16 fev. 2023.

ROSADA, M. 2010. **Sob o signo da cruz: Igreja, Estado e secularização (Campinas e Limeira 1774 – 1939)**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010, 293 p.

_____. 2016. **Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: Arquitetura e Ornamentação**. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Pag. 375. doi:10.11606/T.102.2016.tde-30062016-112001. Acesso em: 19 mai. 2022.

SANTOS, F. F. 2021. **As três Igrejas dos Homens Pretos de São Paulo de Piratininga: gênese urbana e disputas territoriais (1720-1910)**. 284 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/213476>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SIMÃO, M. S. **As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os Africanos no Brasil do Século XVIII**. Tese (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, PT, p.108. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3386>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ZIMMERMANN, C. A. 2006. **Memória e identidade da praça Pádua Salles em Amparo - SP**. Dissertação de Mestrado em Projeto, Espaço e Cultura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 170p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-26052010-101442/publico/Dissertacao_final_3.pdf> Acesso em: 16 fev. 2023.

6.1.3 Artigos

ALMEIDA, A. Memória Histórica sobre Sorocaba. **Revista de História**, v.37, n.76, p.345, 1968. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322609659_Memoria_historia_sobre_Sorocaba_VIII>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ALMEIDA, C. F.; PEREIRA, R. B. A rede urbana no oeste do rio sapucaí - Cabo Verde: arraial, freguesia e vila. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 131–159, 2018. DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8651121>. Acesso em: 7 dez. 2021.

BORGES, F. A. F.; COSTA, C. J.; MENEZES, S. L. **Política, Cultura, Economia e Religião na expansão comercial portuguesa nos séculos XV e XVI**. HISTÓRIA E CULTURAS (Online). vol. 3, n. 5, p. 41-69, jan. – jun. 2015. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=RHC&page=article&op=view&path%5B%5D=1364>>; Acesso em: 27 abr. 2020.

BOSCHI, C. C. **Confraternidades negras na América portuguesa do Setecentos**. ESTUDOS AVANÇADOS (ONLINE). vol. 33, n 97, p. 211-234, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3397.012>>; Acessado em: 26 jan. 2020.

BRIDI, C. Uma Cidade que se transforma. **Revista Em Rede (IHS – Rede Filhas de Jesus)**: Edição Especial, n.10, p.12-14, 2012. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0004604714c9a9dee763e>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

BUENO, B. P. S. **Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 251-294, 2009. DOI: 10.1590/S0101-47142009000200013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5522>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CAVATERRA, C. A. Capela de Nossa Senhora do Rosário de Lorena: Uma pequena joia eclética no Vale do Paraíba. **X Encontro de História da Arte: 'Estudos transdisciplinares & métodos de análise'**, p. 141-152, 2014, Campinas, SP. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2014/Cristiana%20Antunes%20Cavaterra.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

COELHO, A. B. **Os argonautas portugueses e o seu velo de ouro (séculos XV-XVI)**. IN: TENGARRINHA, José (org.). História de Portugal. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p. 60-61.

CONSTANTINO, H. “Viva Nossa Senhora do Rosário!” Uma festa de pretos em Mogi das Cruzes – SP. **Revista de Ciberteologia: Teologia e Cultura**, n.49, p.69-79, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/15057249/_Viva_Nossa_Senhora_do_Ros%C3%A1rio_Uma_festa_de_pretos_em_Mogi_das_Cruzes_-_SP>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CONTE, C. Q. Frontões curvos: um tipo de frontão em igrejas do litoral brasileiro. **Revista Patrimônio: Lazer & Turismo**, 2008. Disponível em: <https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/images/artigos/Ensaio1_AbrMaiJun08.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

COSTA, A. P. P. Interações entre África, Europa e Novo Mundo no Atlântico: imigração africana, comércio de escravos e trocas culturais. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20598>. Acesso em: 23 mai. 2022.

FLEXOR, M.H.O. **O Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: “programa” da arte sacra no Brasil**. In: HERNÁNDEZ, M.H.O., and LINS, E.Á., eds. *Iconografia: pesquisa e aplicação em estudos de Artes Visuais, Arquitetura e Design* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 206-251. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788523218614.0013>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

JOAQUIM, M. S. Mogi das Cruzes: Um estudo sobre patrimônio histórico. **Revista Cultura Histórica & Patrimônio**, v.1, n.2, p.70-83, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cultura_historica_patrimonio/article/view/04_art_v1n2>. Acesso em: 16 fev. 2023.

KROGH, D. S. S.; SALGADO, I.; SOUZA, R. H. B. **O papel das exposições na formação do urbanismo: a difusão do Plano de Melhoramentos de Campinas de Prestes Maia na exposição de 1939**. *Arq.Urb. USJT*, número 17, setembro-dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/numero-17/7-krogh-souza-salgado.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2019.

LIMA, H. R. C. Transplante da Igreja do Rosário dos Homens Pretos. São Paulo 1903-1908. **XII Encontro de História da Arte Unicamp**, 2017, Campinas, 2017. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2017/Heloisa%20Rosa%20Costa%20Lima.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LUNA, F. V. Características Demográficas dos Escravos de São Paulo (1777-1829), **Estudos Econômicos**, São Paulo, 22(3): 443-483, set/dez. 1992. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/158881>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

_____. Observações sobre o casamento de escravos em São Paulo (1829). **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)**, Olinda, (3): 215-233, 1988. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/488>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

_____. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 99-169, 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116890>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

_____.; KLEIN, H. S. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 349-79, 1990. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/158282>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

LUZ, R. C. **Santo Antônio das Minas de Apiaí**. Apiaí: 1996. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.gpme.org.br/bd/wp-content/uploads/eco/pdf/bd-gpme-0091.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MARINHO, T. A.; SIMONI, R. S. C. Decolonialidade e Mulheres Negras em Goiás: do afrocatolicismo aos feminismos de terreiros. **NUMEN: REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISA DA RELIGIÃO**, v. 24, p. 23-52, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/32146>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

MOMBELLI, N. F.; TOMAIM, C. S. **Memória e identidade: um estudo preliminar sobre os usos e apropriações do passado nos documentários da TV OVO**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 45-61, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/26843>. Acesso em: 19 dez. 2022.

NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v.6, n.1, p.26-38, jan./mar, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8635027/4268>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

NASCIMENTO, G. M. R. Identidade e resistência negra: memórias da irmandade do rosário dos homens pretos a partir de vivências e experiências das famílias nascimento e cassimiro lopes na festa do rosário da lapa-graça-ce. **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60727>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

NUNES, G. A. E. 2018. **História e Cotidiano: Estudo da Cidade de São José dos Campos/SP por meio da Toponímia**. Relatório Final de Conclusão de Curso de Graduação em História, Universidade do Vale do Paraíba, Faculdade de Educação e Artes. São José dos Campos, 2018. 95p. Disponível em: <<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2019/01/TCC-Historia-e-Cotidiano-Estudo-da-cidade-de-SJC-por-meio-da-toponimia.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PICCINATO JUNIOR, D.; SALGADO, I. **Tendências gerais dos status urbanos no nordeste paulista**. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v.1, n. 28, p. 100-119. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/viewFile/P.2316-1752.2014v21n28p100/7852>. Acesso em: 12 set. 2021.

PINA, M.; HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 4, n. 1, p. 213-218, 28 jul. 2015. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3562>. Acesso em: 19 dez. 2022.

REGINALDO, L. "**África em Portugal**": devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. História [online]. vol.28, n.1, p. 289-319, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100011>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Rosário dos Pretos e São Benedito e Quissama: irmandades e devoções negras no mundo atlântico (Angola e Portugal, século XVIII)**. Studia Histórica: História Moderna, v. 1, p. 123-151, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5538367>>. Acesso em: 01 mai. 2020.

RIBEIRO, F. B. Irmandades de pretos e pardos no Vale do Paraíba Paulista (XVIII-XIX). In: XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão - ANPUH/SP - USP, 2008, São Paulo. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, violência e exclusão**, 2008. Disponível em: <<http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Seminarios%20Tematicos/ST%2028%20Maria%20Hele%20P.%20T.%20Machado%20,%20M.%20Cristina%20Wissenbach%20e%20Rafael%20B.%20Marquese/Fabia%20Barbosa%20Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

ROSA, N. G. M. B. **Identidade: Anthony Giddens e Norbert Elias**. Humanidades em diálogo, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 135-148, 2007. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2007.106102. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106102>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SALGADO, I.; PEREIRA, R. B. **A formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia: procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII**. In: Paranoá, n. 18, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n18.2017.10>. Acesso em: 12 set. 2021.

SANTANA, T. O Culto a Santos Católicos e a Escravidão Africana na Bahia Colonial. **Revistas Aulas**. n. 4, 2007. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_24.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SANTOS, D. R. **Como a Igreja Católica tratou negros e negras nestes 507 anos?** Tempo e Presença Digital. 2007. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=102&cod_boletim=6&tip o=Artigo>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, F. F. Lugares do Catolicismo Negro na São Paulo do século XIX. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 35, n. 102, p. 279-294, 2021. DOI: 10.1590/s0103-

4014.2021.35102.017. Disponível em:
<<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/190314>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

_____. Negros Católicos ou Catolicismo Negro? A contribuição africana na formação da religiosidade brasileira. **Revista Piratininga do Museu de Arte Sacra de São Paulo**, São Paulo, p. 14 - 19, 29 jun. 2020.

SANTOS, V. J. R. A Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho: História de Fé, (Re)Existência e Comida. **Anais (re) existência Intelectual Negra e Ancestral**, 2018. Disponível em:
<https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1527603628_ARQUIVO_ArtigoXCOPENE_VagnerRocha_AIrmandadedosPretosdoPelourinho.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SILVA, L. A.; ALVIM, A. A. T. B. A evolução do traçado urbano e o desmonte de um bairro fluvial: o caso da Penha (1930 – 2018). **Revista de Morfologia Urbana**.

VASCONCELOS, S. S. D. Igreja Católica e a escravidão no Brasil colônia: uma abordagem cultural. **Anais ANPUH**. Natal, 2013. Disponível em: <<http://snh2013.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/04-rep-sociais/Artigo%20de%20Sergio%20Douets.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

VIOLIN, C. F. G. **Configuração e Formação Espacial do Patrimônio Religioso da Capela Nossa Senhora do Rosário de Campinas**. In: o XXIII Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas, 2018, Campinas. Anais eletrônicos [...] Campinas: PUC-Campinas, 2018. Disponível em: <https://wl.sis.puc-campinas.edu.br/websist/Rep/Sic08/Resumo/2018816_94448_631242425_resESU.pdf>. Acesso em: 15 abr 2021.

_____. **The Transformation Of The Religious Heritage Of The Church Our Lady Of The Rosary Of Campinas: From Disappointment To New Construction**. In: XXIV Scientific Initiation Meeting of PUC-Campinas, 2019, Campinas. Anais eletrônicos [...] Campinas: PUC-Campinas, 2019. Disponível em: <https://wl.sis.puc-campinas.edu.br/websist/Rep/Sic08/Resumo/2019819_14595_366222192_reseu.pdf>. Acesso em: 15 abr 2021.

_____. Um plano que destrói Igreja: O caso da Igreja do Rosário de Campinas/SP. In: SCHIAVON, C. G. B.; NERY, O. S.; CARDOZO, J. C. S.; FELONIUK, W.; SILVEIRA, L. P. (Orgs.). **Patrimônios em perspectivas: histórias, memórias e identidades**. 1. ed. Porto Alegre: EDITORA CASALETTRAS, 2021. p. 403-413. Disponível em:
<https://4shp.furg.br/images/SCHIAVON_NERY_CARDOZO_FELONIUK_SILVEIRA_Patrimnio_em_Perspectivas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

6.1.4 Sites

A IGREJA apagada pelo progresso. **Correio Popular**. 2019. Disponível em:
<https://correio.rac.com.br/_conteudo/2019/10/campinas_e_rmc/876073-a-igreja-apagada-pelo-progresso.html>. Acesso em: 22 jun. 2021.

A IGREJA do Rosário. **O Diário de Mogi**. Disponível em: <<http://www.odiariodemogi.net.br/a-igreja-do-rosario-2/>>. Acesso em: 18 jun. 2021.

AMPARO – Igreja Nossa Senhora do Rosário. **IPatrimônio**. Disponível em: <<http://www.ipatrimonio.org/amparo-igreja-nossa-senhora-do-rosario/>> Acesso em: 16 fev. 2023.

AS ANTIGAS igrejas santistas (2d). **Novo Milênio**, 2007. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0188b4.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BELO, E. **434 Reflexoes Sobre O Fundador Oficial De Indaiatuba**. Tribuna de Indaiá, 2022. Disponível em: <https://tribunadeindaia.com.br/uncategorized/434-reflexoes-sobre-o-fundador-oficial-de-indaiatuba.html>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BERALDO, L. S. Genealogia Mogi-Guaçu - SP. **Imigrantes Italianos**. Disponível em: <http://www.imigrantesitalianos.com.br/MOGI_GUACU.html>. Acesso em: 16 fev. 2023.

CARLOS, M. **Os padres de Itapira**. ITAPIRA – Histórico e Cultural. Blogspot, 2012. Disponível em: http://marciocarlosblog.blogspot.com/2012/06/os-padres-de-itapira_18.html. Acesso em: 20 dez. 2022.

CUNHA, C. Perfil Cesar Cunha. Igreja Nossa Senhora do Rosário. **Facebook**, 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3671431512874965&set=a.511412155543599&type=3&theater>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

FERREIRA, Professor Maurício. Igreja Nossa Senhora do Rosário. Jundiaí: **Facebook**, 2019. Perfil do Professor Maurício Ferreira/Sebo Jundiaí. Disponível em: <<https://www.facebook.com/professormauricioferreira/posts/245649978105537>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

IBGE. **Catálogo São José dos Campos**, 2023. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=446118&view=detalhes>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IGREJA de Itapetininga construída no século 19 apresenta problemas estruturais, aponta laudo. **G1 Itapetininga e Região**. 25 ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2019/08/25/igreja-de-itapetininga-construida-no-seculo-19-apresenta-problemas-estruturais-aponta-laudo.ghtml>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IGREJA do Rosário, em São Luiz do Paraitinga, é entregue restaurada. **IPHAN**, 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/438/igreja-do-rosario-em-sao-luiz-do-paraitinga-e-entregue-restaurada>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IGREJA Nossa Senhora do Rosário. **Mapio**. Disponível em: <<https://mapio.net/pic/p-22957595/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IGREJA Nossa Senhora do Rosário. **Prefeitura de Jundiaí: Patrimônio Histórico e Cultural de Jundiaí**, 2014. Disponível em: <<https://jundiai.sp.gov.br/planejamento-e-meio-ambiente/wp-content/uploads/sites/15/2014/08/Igreja-Nossa-Senhora-do-Ros%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IGREJA Nossa Senhora dos Homens Pretos (São Paulo). **Wikipédia**, 2023. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Nossa_Senhora_do_Ros%C3%A1rio_dos_Homens_Pretos_\(S%C3%A3o_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Nossa_Senhora_do_Ros%C3%A1rio_dos_Homens_Pretos_(S%C3%A3o_Paulo))>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IGUAPE. Wikipedia, 2022. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Iguape>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

INCAO, J. R. CityTour: Aniversário de Sorocaba. **Prefeitura de Sorocaba**. Disponível em: <https://turismo.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/livreto_citytour2019.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades Históricas São Paulo: Penha**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/historico>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

INTERDITADA a Igreja do Rosário. **Jornal Contato**. 10 a 17, set. 2010. Notícias. Disponível em: <<http://www.jornalcontato.com.br/473/JC473.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IPPLAP. **Igrejas – Piracicaba**: IPPLAP, 2012. V. 2, 92p. Disponível em: <<http://ipplap.com.br/site/wp-content/uploads/2013/03/igrejas-3.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LUIZ, S. Paróquia Nossa Senhora do Rosário (Serra Negra). **Diocese de Amparo**. Disponível em: <<http://www.diocesedeamparo.org.br/index.php/2016/05/03/paroquia-nossa-senhora-do-rosario-serra-negra/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LUIZ, S. Paróquia São José (Mogi Mirim). **Diocese de Amparo**. Disponível em: <<http://www.diocesedeamparo.org.br/index.php/2016/05/04/paroquia-sao-jose-mogi-mirim/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

NETO, F. L. **A Igreja apagada pelo progresso**. Correio Popular de Campinas, 2019. Disponível em: <https://correio.rac.com.br/_conteudo/2019/10/campinas_e_rmc/876073-a-igreja-apagada-pelo-progresso.html>. Acesso em: 10 mai. 2020.

NOGUEIRA, J. L. Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. **Genealogia – José Luiz Nogueira**, 2006. Disponível em: <<http://jlnogueira.no.comunidades.net/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

NOSSA História. **Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Serra Negra**, 2023. Disponível em: <<http://www.nossasenhadorosario.com.br/historia.php>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MARQUEZI, C. H. S. Capela: Devoção religiosa começou com escravos. **Gazeta Guaçuana**, 2018. Disponível em: <<https://www.gazetaguacuana.com.br/capela-devocao-religiosa-comecou-com-escravos/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PREFEITURA de São José dos Campos. **São José em dados**, 2016. Disponível em: <http://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/667370/sjdados_2016.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PREFEITURA Municipal de Iguape. Iguape, 2022. Disponível em: <<https://www.iguape.sp.gov.br/site/>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RESTAURO Igreja Nossa Senhora do Rosário – São Luiz do Paraitinga. **Incorplan Engenharia**. Disponível em: <<http://www.incorplanengenharia.com.br/patrimonio-cultural-restauro-igreja-nossa-senhora-do-rosario-sao-luiz-do-paraitinga>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

RUBENS, H. Mais fotos antigas de Itapetininga. **Jornal Rol**, 2016. Disponível em: <<http://www.jornalrol.com.br/mais-fotos-antigas-de-itapetininga/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

SANTOS, A. L. F. Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Bragança. **Cidade e Cultura: Turismo**, 2023. Disponível em: <<https://www.cidadeecultura.com/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-em-braganca/>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

VISÃO Geral de Nossa História. **Missionary Benedictine Sisters of Tutzing**, 2021. Disponível em: <https://osbtutzing.org/?page_id=76811&lang=pt-br>. Acesso em: 16 fev. 2023.

WIKIPÉDIA. **Campinas**. Wikipedia, 2022. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Campinas>>. Acesso em: 22 abr 2022.

WIKIPÉDIA. Penha (**distrito de São Paulo**). Wikipedia, 2022. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Penha_\(distrito_de_S%C3%A3o_Paulo\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Penha_(distrito_de_S%C3%A3o_Paulo))>. Acesso em: 1 mar. 2022.

WIKIPÉDIA. **São Paulo**. Wikipedia, 2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo#Clima>. Acesso em: 1 mar. 2022.

6.6 Documentos

ATAS DA IRMANDADE DO ROSÁRIO. **Livro tomo 01**. Campinas, 1895-1899. Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.

ATAS DA IRMANDADE DO ROSÁRIO. **Livro tomo 02**. Campinas, 1951. Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.

CABIDO, D. C. **173º Sessão Capitular extraordinário**. Campinas, 1956.

CAMINHA, P. V. [Carta] 01 mai. 1500, Brasil [para] MANUEL I, Dom. Lisboa, 13f. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil.** Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acessado em: 21 mai. 2020.

CASTRO, C. B. [Ofício] 25 jan. 1956, Prefeitura Municipal de Campinas. [para] CAMPOS, Paulo de Tarso. **Curia Diocesana de Campinas.** Campinas. 1f. Interdição da Matriz do Rosário.

ESTATUTOS da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com uma carta régia e outro. **Documento Referente a dita irmandade.** Bahia, 1802.

FERRAZ, J. C. F. [Ofício] 9 fev. 1956, J. C. de Figueiredo Ferraz Engenheiro Civil. [para] CAMPOS, Paulo de Tarso. **Curia Diocesana de Campinas.** São Paulo. 1f. Laudo Técnico.

LIVRETO do CONDEPHAAT/Documentos 3 – Iguape. 1980.

LIVRO DE CRÔNICA. **Comunidade Claretiana de Campinas 1899-1930.** Campinas.

MISSIONÁRIOS CLARETIANOS BRASIL. **Necrologio da Província Brasileira C. M. F.** 50 Aniversário da Chegada Ao Brasil. Disponível em: http://dev.redeclaretiano.edu.br/dev/res/portalclaret/necrologio_50_anos.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

MISSIONÁRIOS CLARETIANOS BRASIL. **Necrologium Claretianum. Padre Raimundo Genover Carreras.** Disponível em: <https://www.claret.org.br/necrologio/54/padre-raimundo-genover-carreras>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Relatório da Subprefeitura da Penha Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Perímetros de Ação.** Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PA-PE.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Relatório da Subprefeitura da Penha: Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico.** Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/QA-PE.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. **Processo CONDEPHAAT 24300/85.** Núcleo Histórico e 23 Edifícios ou Sítios no município de Amparo. São Paulo: CONDEPHAAT, 1985. Disponível em: <http://www.infopatrimonio.org/wp-content/uploads/2018/06/COND_024300_1985.pdf> Acesso em: 24 jun. 2021.



PUC
CAMPINAS

